Rodrigo Pacheco troca o MDB pelo DEM e mantém intenção de concorrer ao governo

FÁBIO CORRÊA

I fcaraujo@hojeemdia.com.br

O deputado federal Rodrigo Pacheco filiou-se ontem ao Democratas garantindo a pré-candidatura ao governo de Minas. Existe a expectativa de aliados de que ele possa formar chapa com o senador Antonio Anastasia (PSDB), que comunicou na última semana a entrada na

"Mantenho meu conceito em relação ao senador Anastasia, que é o melhor possível", disse o deputado federal, eleito para o cargo ainda pelo MDB.

"Foi um excelente governador, reconheço isso, mas tenho direito de dar a Minas Gerais uma alternativa, por isso coloco meu nome para governo do Estado", concluiu Pacheco, que assinou a filiação acompanhado pelo presidente da Câmara e pré-candidato ao Planalto, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e pelo presidente nacional do partido e prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto.

O evento de filiação de Pacheco atraiu deputados e lideranças de vários partidos do campo oposicionista. Dentre eles, estavam tucanos como o presidente do PS-DB em Minas, deputado Domingos Sávio, e o prefeito de Contagem, Alex de Freitas.

No palanque, Domingos Sávio elogiou a capacidade de diálogo de Pacheco. O Democratas é um dos partidos que o PSDB irá procurar para tentar uma composição.

"No limite, vão ser candidaturas que vão propor coisas parecidas. Eles acreditam nas mesmas coisas e acho que, na minha aposta, vai haver um entendimento para que saiamos juntos", declarou Alex de Freitas.

"Pacheco é um candidato que tem total condição de contribuir em qualquer espaço, como vice, como senador da República. O importante é que nós consigamos estreitar o diálogo para que possamos fazer uma ampla frente para essa eleição", complementou o deputado João Vitor Xavier (PSDB).

Representantes do Avante, PEN, PSD, PPS, PP, PMB, MDB, PTC e PSB também prestigiaram a filiação de Pacheco ao Democratas.



PACHECO – Deputado promoveu evento para filiar-se ao Democratas

'Não posso me atirar de cabeça em uma aventura', diz Lacerda

LUCAS BORGES

lborges@hojeemdia.com.br

O ex-prefeito de Belo Horizonte Marcio Lacerda (PSB) declarou ontem que irá manter a pré-candidatura ao Palácio da Liberdade. Porém, afirmou que não sustentará uma campanha sem alianças.

Lacerda passou o dia conversando com aliados. Até o presidente nacional do partido, Carlos Siqueira, esteve ontem na capital mineira avaliando o cenário, após a entrada na disputa do senador Antonio Anastasia (PSDB).

"É perfeitamente normal o PSDB lançar uma candidatura própria. Nós mantemos a nossa candidatura e entendemos que ela será, e já é, muito competitiva", afirmou Lacerda.

Entretanto, a possível perda do apoio de prefeitos e partidos, que passariam a se unir a Anastasia, pode fazer com que Lacerda repense os planos para a eleição. "Te-



LACERDA – Ex-prefeito passou o dia avaliando o cenário com aliados, dentre eles, Siqueira

nho o plano de ser candidato a governador, mas também não pode ser uma aventura. Não posso me atirar de cabeça em uma aventura. Temos que ter uma aliança mínima", disse.

Apesar do risco de enfraquecimento na sua base eleitoral, Lacerda descartou fazer uma aliança com o PT, que deve lançar o atual governador Fernando Pimentel à reeleição.

"Está descartada essa possibilidade já há algum tempo inclusive", declarou.

O ex-prefeito de BH negociou apoio do PDT, que lancará Ciro Gomes candidato à Presidência da República. Ciro e Lacerda são amigos.

Eleainda espera pelo Solidariedade, partido que deve abrigar o ex-deputado Dinis Pinheiro.

Contudo, com a entrada de Anastasia no processo eleitoral, já se fala na desistência de Dinis. Ele deve disputar uma vaga ao Senado. Nesse contexto, Lacerda avalia o apoio ao ex-deputado.

"O Dinis tem uma bela carreira como deputado e presidente da Assembleia. Tem uma grande rede de apoiadores em todo o Estado. Nós temos uma combinação, desde março do ano passado, de estarmos juntos e definirmos as posições em função das pesquisas", disse Lacerda.

O deputado estadual Rogério Correia (PT) disse ontem que o grupo de esquerda acredita na polarização do discurso nas eleições deste ano. "A disputa fica mais clara. Vamos decidir se o eleitor quer a volta do que era o PSDB em Minas ou não"

COOPERATIVA DE EDUCADORES E CONSULTORES LTDA. CNPJ 01.163.931/0001-73
Sede: Av. Barão Homem de Melo, 1963, sala 106, Baitro Alpes - BHIMG - CEP 30.451-669
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINĀRIA A Presidente da Cooperativa de Educadores e Consultores Ltda. - COOEDUCAR, usando as atbies que lhe confero e Estatuto Social, convoca os Associados para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 06 de abril de 2018, na sede, Av. Barão Homem de Melo, 1963, Bairro Alpes, Belo Horizonte/Mo, às 15 horas, em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) do núme de associados, às 16 horas em segunda convocação com metade mais um dos associados, ou ainda, em terceira e ditima convocação, às 17 horas, coma presença de, no mínimo, 10 (dez) associados. PAUTA DA ASSEMBLEIA: 1 - ORDEM DO DIA: 1. Relato do processo de liquidação da cooperativa. 2. Eleição do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal para o mandato 01/04/18 a 31/03/2020.
3. Leitura, discussão e aprovação do relatório da administração, balanço patrimonial, demonstração da conta sobras e perdas e parecer do Conselho Fiscal referente a prestação de contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Belo Horizonte, 16 de março de 2018.

Maria Helena Tavares Polastri - Presidente; Jonas Custódio Nunes - Liquidante. COOPERATIVA DE EDUCADORES E CONSULTORES LTDA. CNPJ 01.163.931/0001-73

EP 01 Nova Lima Mall Holding S.A., 18.392.915/0001-55 com sede na Rua Turim, nº 99, bairro Santa Lúcia, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nova Lima, através do Processo Administrativo nº 17356/2017, CERTIFICADO AMBIENTAL LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA para o empreendimento EP 01 NOVA LIMA MALL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA localizado na Rodovia Estadual MG 030, n° 1.645, lotes 0001, 1A 2A, 3A, 4A e 5A, quadra 04, Bairro Pau Pombo, na cidade de Nova Lima - Minas Gerais, CEP: 34004639.

REGISTRO DE IMÓVEIS DE BELO HORIZONTE - EDITAL DE INTIMAÇÃO - PAULO EUGÊNIO REIS DUTRA, Oficial Interino do 6° Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG, nos termos da Portaria nº 5.195/CGJ/2017 e na forma da Lei, etc... utilizando-se das atribuições conferidas pelo art. 26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do contrato de financiamento imobiliário nº 144440232465-2 INTIMA os Srs. ANAMARIA PIRES E ALBUQUERQUE JACQUES e RENATO DE BRITO VEIGA, residentes em local incerto e ignorado para satisfazer, tendo em vista a infrutífera tentativa de intimação pessoal, na forma da Lei, no prazo de 15 dias, as prestações vencidas e as que vencerem até a data do pagamento, com juros convencionais as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais nclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel além das despesas de cobrança e de intimação, referentes ao contrato de compra e venda garantido por Alienação Fiduciária, firmado em 28/02/2013 registrado sob nº R-05, na Matrícula nº 77.707 deste Serviço, referente ao imóvel situado à Rua Pernambuco, nº 1.045, Apto 1.605. Edifício Pancetti Residence Service. 5ª Secão Urbana. Belo Horizonte/MG, com saldo devedor que, em 20/03/2018, perfaz o montante de R\$118.640,42, relativo a prestações vencidas e não pagas, devendo comparecer a este Serviço de Registro de Imóveis, situado à Rua Inconfidentes nº 914 - Savassi - Belo Horizonte/MG, onde deverá efetuar o pagamento do débito acima descriminado purgando-se a mora, sob pena de se consolidar a propriedade em nome do credor fiduciário. Dado e passado nesta Cidade de Belo Horizonte aos 20 de março de 2018. O Oficial Interino, (ass) Paulo



ANUNCIE AQUI (31) 3236-8001

O PT em Minas fará aliança com o MDB, PCdoB e PRB. Os partidos tentarão reeleger o governador Fernando Pimentel (PT). Com o nome do candidato definido, a busca agora é pelos quadros que comporão o restante da chapa



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG CNPJ 38.486.817/0001-94



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Mensagem da Administração

Desde 2015, o BDMG resgatou sua missão de banco de desenvolvimento, cujas ações têm como destinatário final a sociedade. Nossa estratégia, em linha com as diretrizes do Governo do Estado de Minas Gerais, está calcada nos pilares da diversificação produtiva e do desenvolvimento socioeconômico sustentável, competitivo e inclusivo.

Para levar adiante esse propósito, foram definidos e implementados direcionadores de atuação de curto. médio e longo prazos, assentados na intencionalidade, ou seja, na escolha de objetivos coerentes com a definição estratégica. Tal atuação se dá de forma estruturada, com equipe dedicada e planejamento, a companhamento e avaliação permanentes, por meio dos seguintes Programas: Sustentabilidade, Agro, Inovação e Desenvolvimento Regional e Social, que se alinham aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Essa estratégia é viabilizada com sucesso, mesmo em meio ao quadro de crise econômica do Brasil e de Minas Gerais nos últimos anos - que acarretou, para o Banco, redução e/ou encarecimento das fontes usuais de funding e aumento significativo da inadimplência, fundamentalmente porque o BDMG soube se posicionar diante do novo quadro e adotou importantes medidas de aprimoramento da sua ação. Entre

- ▶ Aprimoramento na política de crédito: revisão de processos de concessão, acompanhamento e cobrança, com ajustes nos modelos de classificação e concentração de risco, visando diversificar e melhorar ainda mais o perfil qualitativo da carteira;
- ▶ Aperfeiçoamento do novo modelo de precificação de produtos de forma a garantir a rentabilidade operacional e definição de carteira de produtos que atendam, ao mesmo tempo, às prioridades estratégicas dos desembolsos e aos requisitos de consistência da remuneração do Banco;
- ▶ Implementação de nova política de garantias: qualificação das garantias em termos de suficiência e liquidez e estabelecimento de limites de exposição, com exigência de maiores e melhores garantias, de
- acordo com a classificação de risco e porte do tomador;

 Robustecimento da política de liquidez: implementação de critérios e requerimentos mínimos de liquidez de curto, médio e longo prazo, fortemente relacionados ao fluxo de caixa e à execução da estratégia de forma sustentável;
- ► Estabelecimento de política proativa de renegociação e recuperação de crédito: adoção tanto de medidas preventivas quanto de cobranças e repactuações que, compatíveis com os objetivos e o regulamento do Banco, sejam coerentes com as dificuldades que a conjuntura econômica tem imposto a muitas empresas e. ao mesmo tempo, preservem nosso fluxo de recebimentos;
- ▶ Diversificação de funding: em linha com as melhores práticas das instituições de fomento no Brasil e no mundo, o BDMG firmou diversas parcerias que ampliaram suas fontes de recursos para concessão de crédito:
- ▶ com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foram R\$ 201 milhões repassados pelo Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) em 2017;
- ▶ com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) foi aprovado limite adicional de R\$ 80 milhões para novas contratações de projetos de inovação:
- ► com a Fundação Renova, que gera recursos para atuar nas regiões impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão, foram firmados dois acordos. Um deles para gestão de um Fundo de financiamento a empresas, que teve início no segundo semestre de 2017 e já atendeu a 131 empresas, com desembolso total de R\$ 4,4 milhões. O outro para gestão de concessão de recursos para os municípios da região,
- sobretudo para políticas de saneamento, e que prevé conceder o montante de R\$ 390 milhões;

 com o Ministério do Turismo obtivemos, no final de 2017, credenciamento para operar R\$ 9,8
- milhões do Fundo Geral de Turismo (Fungetur);

 ▶ duas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), que totalizaram R\$ 159,9 milhões para utilização em produtos de recursos próprios. No biênio 2016-2017, essas emissões totalizaram $\mathbb{R}\$$ 225
- Ainda em 2017, o BDMG deu início a processos de novas captações tanto no mercado nacional (via, sobretudo, mecanismos do mercado de capitais) quanto junto a organismos multilaterais internacionais, visando a um incremento de 15% a 25% no desembolso total ao longo de 2018;
- ▶ Redução de despesas: redução de custos operacionais por meio da metodologia Orçamento Base Zero (OBZ) tanto para a execução orçamentária de 2017 quanto para a elaboração do orçamento de 2018 nesse modelo; também foi implementada uma nova política de gestão de pessoas, com readequação da

Também objetivando a redução de despesas, a Administração do BDMG, aprovou as seguintes medidas

- para 2018: ▶ Plano de Demissão Voluntária (PDV) para 33 funcionários elegíveis e licença sem remuneração de 1 (um) ano, renovável por mais 1 (um) ano, para até 20 funcionários. Com a adesão esperada às duas medidas, estima-se uma redução de custos da ordem de R\$ 3,3 milhões em 2018 e de R\$ 15,6 milhões em 2019, já considerando o custo de implementação do PDV.
- ▶ Retirada do benefício pós-emprego referente à assistência à saúde e ao seguro de vida dos empregados ativos quando de sua aposentadoria. Essa medida terá efeito positivo no resultado do Banco, em 2018, de cerca de R\$ 20 milhões, e, de 2019 em diante, de cerca de R\$ 4,7 milhões anuais, em decorrência da redução da provisão atuarial relacionada a esses benefícios.

Todas essas medidas contribuem para a efetiva melhoria dos nossos resultados operacionais, dos nossos indicadores de rentabilidade da carteira e da nossa gestão da liquidez, a par de sustentar nosso objetivo estratégico de atender às prioridades programáticas do Banco.

Contudo, como mostram os resultados finais das nossas Demonstrações Financeiras de 2017, os três últimos anos de acentuada crise econômica no Brasil implicaram alta expressiva nos níveis de provisão, consequência direta da ampliação das dificuldades das empresas e da maior inadimplência que atingiu o

Observa-se que o montante da provisão tem grande concentração em reduzido grupo de clientes, sendo a grande maioria com financiamentos concedidos antes de 2015 - a partir de então a atual gestão introduziu novas políticas de risco e concentração. No entanto, esse grupo apresenta dificuldades desde o início da crise, o que tem conferido à rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) uma

recorrência que se agrava com a reclassificação regulamentar e prudencial desses créditos.

Por isso, em 2017, o BDMG, seguindo sua metodologia de classificação de riscos, e face à perspectiva praticamente nula de recuperação ou mesmo de renegociação eficaz de grande parte desses ativos, realizou o provisionamento total desses ativos, perfazendo um índice de cobertura 60% superior ao nível de inadimplência observado no período. Isso mostra o rigor do BDMG no tratamento das possibilidades de perdas de crédito - além disso, retira do cenário aqueles financiamentos que foram concedidos à luz de antigas políticas de risco e concentração, prévias a 2015, permitindo uma análise mais clara do desempenho do Banco e das políticas implementadas na atual Administração.

Assim, apesar dos avanços nos resultados operacionais e na rentabilidade da carteira de produtos, registramos resultado negativo de R\$ 177 milhões em 2017 em decorrência, principalmente, do volume de provisões de crédito de R\$ 559,5 milhões. A maioria das operações de crédito provisionadas, cerca de 77%, foi originada em período anterior a 2015.

a gestão do BDMG tem compromisso com a manutenção da solidez e com o crescimento sustentável do Banco e a convição de que, com as medidas adotadas, com a melhoria relativa do cenário econômico, com a firmeza de nossos sistemas de análise e de controle e com a consistência de sua estratégia, já no início de 2018 o Banco apresentará demonstrativos financeiros positivos e fiéis ao processo de crescimento sustentável que o BDMG - um Banco de Desenvolvimento e, portanto, voltado, repita-se, ao atendimento da sociedade como beneficiária principal de sua atuação - executa desde 2015.

Resultado operacional e políticas públicas

O desembolso do BDMG em 2017 foi de R\$ 1.151 milhões, gerando um impacto adicional na produção mineira de R\$ 982,4 milhões e cerca de 23 mil empregos estimulados. O Banco alcançou, nesse ano, 21.397 clientes ativos em 747 municípios, resultado que mantém a presença do BDMG em 87% dos municípios mineiros (747 dos 853). São micro, pequenas, médias e grandes empresas de diversas atividades econômicas e prefeituras em todos os Territórios de Desenvolvimento Regional do Estado.

Com sua missão de "promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável e competitivo de Minas Gerais, com geração de mais e melhores empregos e redução das desigualdades", o BDMG definiu programas estratégicos para impulsionar a competitividade de setores importantes da economia mineira. Nesse aspecto, foram priorizadas quatro áreas - Sustentabilidade, Inovação, Agro e Desenvolvimento Regional e Social - que comprovam o compromisso do Banco com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) descritos na agenda internacional proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Sustentabilidade: atingiram R\$ 64,5 milhões em 2017, entre os quais R\$ 25 milhões foram destinados a projetos de energia renovável e eficiência energética, R\$ 19 milhões para o tratamento de resíduos ndustriais, R\$ 12 milhões para redução da poluição ambiental e R\$ 7,6 milhões para obras de saneamento

Alinhado às propostas de ser um agente ativo na transição para uma economia de baixo carbono, foi lançado em 2017 o produto BDMG Táxis Híbridos, que oferece financiamento para a aquisição de veículos e capital de giro para as empresas permissionárias da BHTRANS. Foram financiados, nesse ano, 66 táxis, e o valor desembolsado atingiu R\$ 8,3 milhões. Os veículos híbridos são movidos a gasolina e energia elétrica, reduzindo, assim, o consumo de combustíveis e a emissão de poluentes na atn

Inovação: foram desembolsados cerca de R\$ 63,5 milhões ao longo do ano e estabelecida uma nova metodologia de acompanhamento e avaliação dos projetos com a finalidade de medir os resultados e impactos em termos dos objetivos definidos previamo

O BDMG também atua em Fundos de Investimento em Participação (FIP), viabilizando projetos de empresas com alto potencial de crescimento que não encontram nos produtos de crédito tradicionais condições ideais para desenvolver suas atividades. No total, 13 empresas mineiras foram apoiadas em 2017, e o total aportado chegou a R\$ 3,3 milhões. Ainda nesse ano, o Banco efetivou participação no oitavo fundo, o Primatec, destinado a investir em companhias inovadoras com alto potencial de crescimento e geração de valor, com foco em empresas incubadas, pós-incubadas e residentes em parques tecnológicos. Além disso, lançou o Fundo Seed4Science, que realizará investimentos em empresas de base tecnológica oriundas de universidades e centros de pesquisa.

No que se refere à participação direta, o Banco atua por meio da sua subsidiária BDMGTEC em duas empresas cujas atividades inovadoras contribuirão para a diversificação produtiva de Minas Gerais nas áreas de biofármacos e semicondutores. Ao final de 2017, os valores integralizados chegaram a R\$ 32 milhões na Biomm, fabricante de insulina, e R\$ 56,2 milhões na Unitec Semicondutores.

Agro: o valor desembolsado para o setor agro totalizou R\$ 387 milhões em 2017. Entre as principais cadeias produtivas do agronegócio, o BDMG se destacou em leite, cana e café.

Para ampliar os instrumentos de ação no setor, foi lançado um edital para o credenciamento de correspondentes bancários para o segmento de crédito rural, que objetiva ampliar o financiamento de pequenos produtores rurais com crédito avalizado por cooperativas. Foram liberados R\$ 9 milhões para produtores de agricultura familiar associados a cooperativas de crédito e fornecedores integrados com a cadeia de produção em 2017.

Desenvolvimento Regional e Social: o BDMGWEB, plataforma digital do BDMG para concessão de crédito às micro e pequenas empresas, ultrapassou a marca de 116 mil solicitações de financiamento pela internet em cinco anos de implementação. Em 2017, mais de 16 mil micros e pequenas empresas fizeram suas propostas eletronicamente, resultando em desembolso de R\$ 177 milhões. Desse valor, R\$ 13,7 milhões para empresas de municípios cujo IDH-M é inferior à média estadual, buscando promover o

Para complementar a atuação neste segmento, foi ampliada a contratação de crédito com apoio do Fundo de Aval das Micro e Pequenas Empresas (Fampe) pela internet e para todos os produtos de capital de giro do BDMG com recursos próprios. Por meio desse instrumento, disponível no BDMGWEB, as empresas terão mais acesso a crédito, o que contribui para o aquecimento da economia - visto que as micro e pequenas empresas têm importante papel na geração de emprego e renda.

Ainda com o objetivo de contribuir para o incentivo da atividade econômica no Estado, durante 2017 o BDMG reduziu por três vezes suas taxas de financiamento para capital de giro. Isso foi possível graças às captações feitas pelo Banco com custos mais baixos, redução dos spreads e cortes de gastos internos realizados na atual gestão, bem como pelas sucessivas quedas da taxa Selic.

O apoio ao setor público foi marcado pela continuidade das ações do edital lançado em 2015 em parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais. Foram realizados desembolsos no valor total de R\$ 80.8 milhões para 139 municípios. Os financiamentos tiveram como finalidade obras de construção, reforma e ampliação de prédios públicos, abastecimento de água e esgoto, resíduos sólidos, mobilidade e drenagem urbana, bem como recursos para aquisição de máquinas e equipamentos.

Outra frente de atuação em 2017 foi o Programa BDMG Solidário: conjunto de ações emergenciais para as cidades que tiveram estado de emergência ou calamidade decretado em decorrência da chuva e reconhecido pela Defesa Civil de Minas Gerais. As prefeituras têm condições especiais de crédito para aquisição de máquinas e equipamentos novos, edificações municipais, iluminação pública, mobilidade, drenagem urbana, água, esgoto e resíduos sólidos urbanos. Além disso, o BDMG também oferta condições diferenciadas de renegociação de dívidas aos clientes localizados nas cidades afetadas.

O Programa BDMG Municípios Mineradores foi implementado em 2017 com o objetivo de garantir renda, empregos e arrecadação tributária para as cidades que dependem dos recursos da mineração. Foram liberados R\$ 68 milhões para 11 municípios.

Dando continuidade à parceria com a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, o Programa de Financiamento a Hospitais Filantrópicos manteve sua atuação em 2017. Foram liberados R\$ 27,6 milhões de recursos para três instituições habilitadas. Ao todo, foram desembolsados R\$ 69,3 milhões nessa linha de crédito entre 2016 e 2017.

Além dessa linha, outros produtos foram direcionados para financiamentos que objetivaram a disponibilidade e/ou a qualidade dos serviços ligados à ampliação de serviços sociais de educação e saúde. Foram disponibilizados R\$ 41,8 milhões, reforçando o papel do BDMG no desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais

Relevância do BDMG no Estado

O BDMG teve ativa participação na estruturação de projetos de infraestrutura do Governo do Estado de Minas Gerais. Em 2017, tornou-se oficialmente estruturador de parcerias público-privadas (PPPs) e concessão para a Administração Estadual por meio do Decreto nº 47.155/2017. Com base nesse normativo, foi autorizado a atuar como assessor técnico nos projetos de modelagem da PPP das Escolas Estaduais, no edital de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) da Fundação Ezequiel Dias (Funed) e no PMI do Centro de Convenções da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Atuou também como assessor técnico do Governo Estadual em projetos de modelagem de PPPs de hospitais da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), de delegacias da Polícia Civil e da Plataforma Tecnológica de Monitoramento e Fiscalização. No âmbito dos municípios, foi autorizado a assessorar tecnicamente o Consórcio Regional de Saneamento Básico (Consane), o Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga (CIMVALPI), no tema de iluminação pública, e o município de Poços de Caldas, no tema de ativos turísticos públicos.

Outra frente de atuação do BDMG é lastreada na gestão de fundos estaduais criados pelo Governo do Estado de Minas Gerais para ampliar investimentos na economia mineira. O MG Investe será destinado a conceder financiamento para execução de projetos de implantação e expansão de empreendimentos, fornecimento de insumos, prestação de serviços, refinanciamento ou saneamento financeiro. Entre os objetivos está o de prestar garantia ou cobertura do BDMG em projetos estratégicos definidos pelo grupo de coordenação referente à política pública de desenvolvimento econômico e sustentável de Minas Gerais. O Governo do Estado, mesmo diante de uma situação financeira adversa, manteve o compromisso com o BDMG e aumentou o capital em R\$ 36 milhões, completando o aporte de R\$ 100 milhões anunciado

Diversificação de funding

Visando dar continuidade à estratégia de diversificação das fontes de funding, o BDMG realizou em 2017 Visiando da Cominulada a Susidaga de directinação das ofines de tinding, o Dizidor leadou en 2017 duas emissões de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA): R\$ 139,9 milhões em junho e R\$ 30 milhões em dezembro para utilização em produtos de recursos próprios. No total, R\$ 169 milhões no ano e R\$ 225 milhões no biênio 2016-2017.

Ainda com o objetivo de incentivar o agronegócio, destaca-se o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). O Ministério da Agricultura repassou ao BDMG R\$ 201 milhões para apoiar empresas e cooperativas do setor cafeeiro na safra 2017/2018. Em 2017, foram liberados R\$ 128 milhões desse limite. os outros R\$ 24 milhões desembolsados no ano faziam parte do limite anterior.

Como parte da estratégia de se tornar o "Banco da Inovação de Minas Gerais", a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) aprovou limite adicional de R\$ 80 milhões para novas contratações de projetos de

Quanto ao fortalecimento da atuação em desenvolvimento regional e social, o BDMG e a Fundação Renova firmaram parceria e atuaram em duas frentes nas regiões impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão. O Desenvolve Rio Doce é uma linha de crédito com condições especiais para empresas e foram atendidos 131 clientes com desembolso total de R\$ 4,4 milhões. Para o setor público nessa região, foram disponibilizados R\$ 390 milhões para projetos de saneamento e gestão de resíduos sólidos. O BDMG fará o repasse dos recursos não reembolsáveis aos municípios, bem como a análise de viabilidade dos projetos

e acompanhamento da aplicação dos montantes desembolsados

Frente à relevância do incentivo ao turismo para a atividade econômica no Estado, o BDMG conquistou o credenciamento do Ministério do Turismo para a operar recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur). O objetivo é apoiar a implantação, ampliação, modernização ou a reforma de empreendimentos turísticos como hotéis, agências de viagens e parques temáticos. Foi homologado o repasse de R\$ 9,8 milhões para

É importante ressaltar que, em 2017, foram mantidas as parcerias com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a Caixa e com a Fapemig

No que diz respeito às captações externas, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou nesse ano cinco resoluções que promovem aprimoramentos na regulação bancária. Entre clas, a Resolução nº 4.594, que revoga a nº 2.515/98 e permite às agências de fomento e aos bancos de desenvolvimento a captação externa independente da classificação de risco, desde que não se utilize garantias soberanas. O BDMG atuou em diversas instâncias com o objetivo de mostrar a importância dessa nova diretriz, que favorecerá a busca por novas fontes internacionais de funding em um momento oportuno, visto que o BDMG estabelece estratégias para fortalecer parcerias com organismos multilaterais e acesso ao mercado externo de capitais.

O Banco efetua, de forma compatível com a gestão do funding, o gerenciamento da carteira de títulos e valores mobiliários de forma a assegurar a posição de liquidez adequada a seus compromissos, destacandose o fato de que essa carteira inclui títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", no montante de R\$ 144 milhões e para os quais a Administração, em cumprimento à Circular 3.068/2001, declara ter capacidade financeira para mantê-los em carteira até o vencimento.

Governança

A governança corporativa em 2017 foi aperfeiçoada com a implementação do Comitê de Riscos e Capital. se órgão colegiado é vinculado diretamente ao Conselho de Administração e, por meio de uma atu independente, isenta e autônoma, tem como principais atribuições propor políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e de capital, além da avaliação de apetite por riscos e estratégias para sua gestão.

O Comitê tem por referência a Resolução 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), alinhada aos objetivos estratégicos, especialmente a manutenção do papel de banco de desenvolvimento e a sustentabilidade financeira. Além disso, o BDMG instituiu a Declaração de Apetite a Riscos, que estabelece os níveis e tipos de riscos que a organização se dispõe a assumir na realização de seus negócios e objetivos. No que tange à gestão de riscos de crédito, uma frente de trabalho estabelece o desenvolvimento, a implementação e o monitoramento de novas metodologias com a perspectiva de, simultaneamente, aumentar a acurácia na aprovação de clientes e reduzir a inadimplência observada. Houve, ainda, como destaque, o aprimoramento de políticas para acompanhamento da qualidade creditícia das operações e do

Quanto ao monitoramento do risco de liquidez, foram implementados novos indicadores de curto, médio e longo prazos, que utilizam metodologia capaz de capturar, de forma mais aderente, os movimentos de fluxo de caixa. Esse gerenciamento efetivo e prudente garante a capacidade do BDMG de honrar seus compromissos, inclusive em cenários de estresse. Para o risco de mercado, foram desenvolvidas novas metodologias para o gerenciamento de risco de taxa de juros da carteira bancária. As abordagens utilizadas seguiram os métodos Economic Value of Equity (EVE), para o valor econômico, e Net Interest Income (NII), para a intermediação financeira.

Foi realizado ainda o redesenho da atividade de levantamento e avaliação dos riscos operacionais e de conformidade, que possibilitará ganhos de eficiência e de qualidade dos trabalhos realizados. Outro ponto de destaque foi a melhoria na atividade de levantamento e avaliação da conformidade nas concessões de crédito. O monitoramento, implementado em 2016 e aprimorado em 2017, possibilita a obtenção de informações mais concisas e confiáveis sob os aspectos qualitativos e quantitativos do risco operacional e de conformidade relacionados ao Processo de Concessão de Crédito do BDMG, bem como a atuação mais célere e assertiva.

Em 2017, o BDMG também atualizou sua Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo (PLD/FT), visando a melhorias nas ações relacionadas ao cadastro de clientes, ao acompanhamento da evolução patrimonial dos funcionários e à análise prévia de novos

Eficiência na gestão do crédito

Em 2017, entrou em vigor uma nova Política de Garantias e Venda de Bens, cuja diretriz foi promover o equilibrio entre segurança do crédito e viabilização de negócios alinhados às práticas de mercado, contribuindo para a sustentabilidade financeira do Banco. A política visa à indução da adimplência e à viabilização de negócios de acordo com a estratégia do BDMG e com as características dos projetos. A implementação da nova forma de atuação permitiu que o Banco tenha uma visão integrada do cliente e do grupo econômico, bem como ampliar o rol de garantias, trazendo dinamismo para as operações e maior eficiência na recuperação de crédito.

Além disso, o BDMG intensificou as ações para recuperação da carteira de crédito não performada, que geraram resultados significativos: aumento de 40% da recuperação de créditos de liquidação duvidosa e efetivação de 2.000 renegociações, que representam um acréscimo de 70% em relação ao exercício anterior. Também, foi consolidado o modelo de gestão de crédito parametrizada, que contou com uma rotina de monitoramento de processos, tendo como base a análise de indicadores e a definição de planos de ação para tratamento de desvios. Os processos de pós-venda também foram redesenhados.

Otimização de recursos

Em 2017, alcançou-se a redução das despesas de pessoal e encargos em relação ao período anterior graças à implementação do novo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) e à otimização da estrutura organizacional. Foram revistas as políticas, as práticas e os processos de gestão de pessoas da instituição a partir do modelo de gestão por competências, e a Diretoria Executiva propôs uma nova organização com o objetivo de integrar unidades de maior sinergia e reduzir despesas com a folha de pagamento da instituição. Entre as medidas, estão a diminuição da quantidade de gerências e coordenações, reduzindo o número de cargos comissionados em mais de 20%. Referente aos custos, ao longo de 2017, o BDMG adotou a metodologia chamada Orçamento Base Zero (OBZ) para a elaboração do seu planej orçamentário anual. O objetivo foi otimizar os gastos e processos para ampliação dos resultados do BDMG. com acompanhamento sistemático. Com base nessa metodologia, estima-se uma economia de até RS 5,5 milhões em despesas de funcionamento entre 2018 e 2019.

Também objetivando a redução de despesas, a Administração do BDMG, aprovou as seguintes medidas para 2018 um Plano de Demissão Voluntária (PDV) e um programa de licença sem remuneração. Com a adesão esperada às duas medidas, estima-se uma redução de custos da ordem de R\$ 3,3 milhões em 2018 e de R\$ 15.6 milhões em 2019, já considerando o custo de imple

Também foi eliminado a partir de 2018 o beneficio pós-emprego referente à assistência à saúde e ao seguro de vida dos empregados ativos quando de sua aposentadoria. Essa medida terá efeito positivo no resultado do Banço, em 2018, de cerca de R\$ 20 milhões, e. de 2019 em diante, de cerca de R\$ 4.7 milhões anuais. em decorrência da redução da provisão atuarial relacionada a esses benefícios

Estratégia 2018-2022

As prioridades nos próximos cinco anos evidenciam ações orientadas para o fortalecimento da atuação estratégica do BDMG e para a sustentabilidade financeira permanente. Todas essas questões envolvem a transição de um período de aprofundamento em termos de evolução dos fundamentos de backoffice - "a inteligência bancária" - do Banco para um ciclo de preparação para atuação em temas característicos de

O cenário da Estratégia 2018-2022 é de crescimento a partir da intencionalidade materializada pelos Programas Sustentabilidade, Inovação, Agro e Desenvolvimento Regional e Social e baseada na qualidade da carteira e na criação de oportunidades de mercado relevantes, atendendo a demandas dos clientes por novas alternativas de financiamento. Nesse sentido, continuam as ações em torno da diversificação de funding de acordo com as melhores práticas das instituições internacionais de fomento

Foi construída, em linha com as diretrizes do Governo do Estado de Minas Gerais, uma estratégia de longo prazo calcada nos pilares da diversificação produtiva e do desenvolvimento socioeconômico sustentável,

Continuação



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG CNPJ 38.486.817/0001-94



DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO

Balanço patrimonial - Em milhares de reais								
Ativo	2017 2016	Passivo	2017 201					
Circulante	2.355.324 1.786.786	Circulante	1.690.511 1.781.50					
Disponibilidades (Nota 3)	5.780 2.192	Depósitos (Nota 11 (a e b))	36.2256.35					
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	<u> 150.534</u> <u> 159.715</u>	Depósitos à vista	398					
Aplicações no mercado aberto	115.514 124.620	Depósitos interfinanceiros	35.574 6.35					
Aplicações em depósitos interfinanceiros	45.605 46.822	Depósitos a prazo	253					
(Provisão para perdas)	(10.585) (11.727)	Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11 (d e e))	58.111593.02					
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5-6)	410.041 49.309	Recursos de letras financeiras e de crédito do agronegócio	58.111 593.02					
Carteira própria	383.028 46.939	Obrigações por empréstimo (Nota 12 (a))	378.436 159.95					
Vinculados à prestação de garantias	9.367 -	Empréstimos no exterior	378.436 159.95					
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	17.646 2.370	Obrigações por repasses do país - Instit. Oficiais (Nota 12(b))	1.104.598 908.93					
Operações de crédito (Nota 7)	1.620.519 1.370.868	Tesouro nacional	2.035 2.73					
Óperações de crédito	2.093.290 1.469.909	BNDES	576.442 467.65					
Setor público	197.381 178.312	CEF	201					
Setor privado	1.895.909 1.291.597	FINAME	283.035 271.75					
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(472.771) (99.041)	Outras instituições	242.885 166.77					
Outros créditos (Nota 8)	<u>168.220</u> <u>204.491</u>	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	8.907					
Rendas a receber	2.871 2.654	Instrumentos financeiros derivativos	8.907					
Diversos	165.402 201.839	Outras obrigações (Nota 13)	104.234113.23					
(Provisão outros créditos de liquidação duvidosa)	(53) (2)	Sociais e estatutárias	434 14.77					
Outros valores e bens (Nota 9)	(53) (2) 230 211	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	397 78					
Outros valores e bens	230 211	Fiscais e previdenciárias	36.425 38.51					
Não circulante	4.588.232 5.828.536	Fundos financeiros e de desenvolvimento	1.549 1.40					
Realizável a longo prazo	4.524.496 5.711.919	Diversas	65.429 57.76					
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	- 10.353							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	- 10.353	Exigível a longo prazo	3.612.210 4.111.87					
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5-6)	293.292 1.048.796	88- F						
Carteira própria	291.537 975.143	Depósitos (nota 11(a))	18.05232					
Vinculados a prestação de garantias	- 11.268	Depósitos interfinanceiros	- 32					
Vinculados a prestação de garantias Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	1.755 62.385	Depósitos a prazo	18.052					
Operações de crédito (Nota 7)	3.638.869 4.274.275	Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11 (e))	162.25816.04					
Operações de crédito	3.942.078 4.492.476	Recursos de letras financeiras e de crédito do agronegócio	162.258 16.04					
Setor público	542.488 649.108	Obrigações por empréstimo (Nota 12 (a))	89.982 392.65					
Setor privado	3.399.590 3.843.368	Empréstimos no exterior	89.982 392.65					
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(303.209) (218.201)	Obrigações por repasses do país - Instit. Oficiais (Nota 12 (b))	2.784.782 3.099.43					
Outros créditos (Nota 8)	538.156 323.705	Tesouro nacional	9.263 9.75					
Rendas a receber	1.313 1.115	BNDES	1.546.284 1.800.42					
Créditos específicos	1.183 1.183	CEF	11.235 2.27					
Diversos	548.021 333.714	FINAME	1.095,560 1.190,95					
(Provisão para outros créditos de liq duvidosa)	(12.361) (12.307)	Outras instituições	122.440 96.01					
Outros valores e bens (Nota 9)	54.17954.790	Instrumentos financeiros derivativos	15.60					
Investimentos temporários	6 6	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6)	- 15.60					
Outros valores e bens	56,993 57,415	Outras obrigações (Nota 13)	557.136587.82					
(Provisões para desvalorizações)	(2.820) (2.631)	Fiscais e previdenciárias	7,709 9,14					
Permanente (Nota 10)	63.736 116.617	Fundos financeiros e de desenvolvimento	63.307 68.74					
Investimentos	32.371 84.802	Diversas	486.120 509.94					
Participações em coligadas e controladas - no País	31.883 84.315							
Outros investimentos	1.325 1.324	Resultados de exercícios futuros (Nota 14)	11.53412.40					
(Provisão para perdas)	(837) (837)	Resultados de exercícios futuros	11.534 12.40					
Imobilizado de uso	<u>19.382</u> <u>20.479</u>							
Imóveis de uso	43.787 43.788	Patrimônio líquido (Nota 15)	1.629.301 1.709.53					
Outras imobilizações de uso	13.280 12.944	Capital:	1.906.151 1.894.39					
(Depreciações acumuladas)	(37.685) (36.253)	Capital de domiciliados no país	1.906.151 1.894.39					
Intangível	11.983 11.336	Capital a realizar	- (50.00					
Ativos intangíveis	24.256 18.287	Reservas de lucro	- 18.86					
(Amortizações acumuladas)	(12.273) (6.951)	Ajuste de avaliação patrimonial	(107.370) (153.72					
Diferido		Prejuízo acumulado	(169.480)					
Gastos de organização e expansão	- 1.610	•						
(Amortizações acumuladas)								
Total do ativo	6.943.556 7.615.322	Total do passivo	6.943.556 7.615.32					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		•						
As notas explicativas sao parte integrante das demonstrações ninanceiras.								

Demonstração das mutações no patrimônio líquido - Em milhares de reais									
	Capital social	Aumento de capital		Reservas Legal	de lucro Outras	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/ (prejuízos) acumulados	
Em 31 de dezembro de 2015	1.793.685		-	6.692		(14.337)	(105.164)	-	1.680.876
Homologação de aumento de capital	100.711	(100.711)	(50.000)	-	-	-	-	-	(50.000
Aumento de capital	-	100.711	-	-	-	-	-	-	100.71
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	7.042	(41.265)	-	(34.223
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	27.173	27.173
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reservas	-	-	-	1.359	10.814	-	-	(12.173)	
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,0002 por lote de 1000 ações)								(15.000)	(15.000
Em 31 de dezembro de 2016	1.894.396		(50.000)	8.051	10.814	(7.295)	(146.429)		1.709.53
Homologação de aumento de capital	11.755	(11.755)	50.000	-	-	-	-	-	50.000
Aumento de capital	-	11.755	-	-	-	-	-	-	11.75
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	3.226	43.128	-	46.354
Prejuízo no exercício	-	-	-	-	-	-	-	(177.531)	(177.531
Destinações:									
Reservas				(8.051)	(10.814)			8.051	(10.814
Em 31 de dezembro de 2017	1.906.151		-			(4.069)	(103.301)	(169,480)	1.629.30
Em 30 de junho de 2017	1.894.396	11.755	(36.536)	8.051		(5.635)	(113.767)	(36.327)	1.721.93
Homologação de aumento de capital	11.755	(11.755)	36.536	-	-	-	-	-	36.530
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	1.566	10.466	-	12.032
Prejuízo no semestre	-	-	-	-	-	-	-	(141.204)	(141.204
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reservas				(8.051)				8.051	
Em 31 de dezembro de 2017 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações finan	_1.906.151					(4.069)	(103.301)	(169,480)	1.629.30

Demonstração do resultado Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma							
, <u>, , , , , , , , , , , , , , , , , , </u>	Segundo						
	Semestre		Exercícios				
	2017	2017	2016				
Receitas da intermediação financeira	505.327	887.275	698.143				
Operações de crédito (Nota 18 (a))	462.800	797.096	721.853				
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 18(b))	46.362	102.100	139.779				
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 18 (i))	(3.870)	(18.058)	(163.234)				
Resultado de operações de câmbio	31	6.133	(255)				
Operações de empréstimos e repasses	4	4	-				
Despesas da intermediação financeira (Nota 18 (b))	(560.253)	(932.087)	(615.060)				
Operações de captação no mercado (Nota 18 (ii))	(19.650)	(42.523)	(89.463)				
Operações de empréstimos e repasses (Nota 18 (ii))	(152.653)		(352.791)				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7 (d))	(387.950)		(172.806)				
Resultado bruto da intermediação financeira (Nota 18(iii))		(44.812)	83.083				
Outras receitas/despesas operacionais (Nota 18 (c))		(229.754)	(28.502)				
Receitas de prestação de serviços	14.782	31.555	40.358				
Despesas de pessoal	(56.044)	(110.860)	(111.848)				
Outras despesas administrativas (Nota 18(i))	(23.800)	(40.404)	(35.475)				
Despesas tributárias (Nota 18(ii))	(9.715)	(20.105)	(22.870)				
Resultado de participações em coligadas e controladas	(56.223)		43				
Outras receitas operacionais (Nota 18 (iii))	46.448	58.203	203.885				
Outras despesas operacionais (Nota 18 (iv))		(91.091)	_(102.595)				
Resultado operacional		(274.566)	54.581				
Resultado não operacional	5.729		(211)				
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(270.376)	54.370				
Imposto de renda e contribuição social (Nota 19)	37.455		(23.130)				
Provisão para imposto de renda	(12.743)		(27.032)				
Provisão para contribuição social	(11.424)	(23.394)	(23.187)				
Ativo fiscal diferido	61.622	143.573	27.089				
Participação estatutária no lucro			(4.067)				
Participação dos empregados	-	-	(4.067)				
Lucro (prejuízo) líquido	(141.204)	(177.531)	27.173				
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,0002 por lote de 1000 ações)			(15.000)				
Lucro (prejuízo) por ação (lote de 1000 ações) - R\$		(0,00276)	0,00042				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira	S.						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira		(0,00276)	0,00042
Demonstração dos fluxos de caix Em milhares de reais	a		
Em minutes de redis	Segundo		
	Semestre		Exercícios
	2017	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(4.00 (50)	(200 200	
Lucro/ (prejuízo) antes dos impostos e participações	(178.659)	(270.376)	54.370
Ajustes de:	2 (12		4.120
Depreciações e amortizações	2.643	5.145	4.139
Constituição de provisões e passivos líquidos	15.930	53.691	62.867
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida		550 507	172.000
de reversões	387.950	559.597	172.806
Constituição (reversão) de provisão para perdas	(1.391)	155	498
Apropriação de receitas diferidas	(8.100)	(17.847)	(22.210)
Ganhos e perdas cambiais, líquidas	3.425	12.508	(118.270)
Recuperações operações de créditos baixadas para prejuízo	(135.084)		(20.006)
Receitas de atualização monetária de operações crédito de longo prazo		(2.678)	(17.917)
Resultado de equivalência patrimonial	56.223	57.052	24
Ajuste ao valor de mercado dos instrumentos derivativos e objeto de	(1.722)	(4.607)	(6 (02)
hedge Canho am atiwas financaires dianon(vais nara yanda	(1.732)	(4.607)	(6.683) (84.251)
Ganho em ativos financeiros disponíveis para venda	(32.999)	(70.817) (13.105)	(18.262)
Ganho em ativos financeiros mantidos até o vencimento	98.397		7.105
Lucro líquido ajustado (Aumento) do enligoca se financeiros de líquidos	(35.020)	(24.666)	(10.353)
(Aumento) de aplicações financeiras de liquidez Redução (Aumento) de derivativos	(10.626)	50.218	135.445
(Aumento) de operações de crédito	(39.731)		
(Aumento) de operações de credito (Aumento) de outros créditos e outros valores e bens	(8.355)		(46.810)
Aumento (Redução) de depósitos interfinanceiros	53.713		(130.821)
Aumento (Redução) de captação por meio de letras financeiras	(324.099)		(72.855)
Aumento de obrigações por empréstimos e repasses	(32.353)		410.422
Aumento de corrigações por empresamos e repasses Aumento de resultado de exercício futuro	7.943	16.974	21.677
Aumento de outras obrigações	(9.786)		58.968
Variação de ativos e obrigações		(637.873)	
Caixa gerado nas operações		(471.529)	95.076
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.161)		(44.137)
Caixa líquido (aplicado na) gerado pelas atividades operacionais		(524.811)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(212,070)	(227.011)	
Aquisição de ativo permanente	(3.896)	(4.696)	(5.256)
Investimento na subsidiária BDMGTEC	(3.070)	(4.621)	(6.600)
Aquisição de ativos financeiros disponíveis para venda	(16.636)	(23.114)	(455.013)
Recebimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	75.891	459.443	168.684
Aquisição de ativos financeiros mantidos até o vencimento	206	(14.998)	-
Recebimentos de ativos financeiros mantidos até o vencimento	6.757	15.110	17.817
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	62.322		(280,368)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			(200,200)
Aumento de capital	36.536	50.941	50.711
Juros sobre capital próprio			(15,000)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	36.536	50.941	35,711
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(216.220)		(193.718)
Caixa e equivalentes a caixa no início do período	337.483	161.907	355.880
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	31	6.133	(255)
Caixa e equivalentes a caixa no final do período	121.294	121.294	161.907
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira	ic		

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais
O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, sociedade anônima de capital fechado, é uma empresa pública controlada pelo Estado de Minas Gerais e regida pela legislação das sociedades por ações, pela regulamentação pertinente do Sistema Financeiro Nacional e pela legislação aplicável emanada do Governo do Estado de Minas Gerais.

do doverno do Estado de Minas Cetais.

As atividades do BDMG, base de seu objeto social, estão associadas ao desenvolvimento econômico e social do Estado de Minas Gerais. Dentro deste enfoque, realiza atividades próprias dos bancos de desenvolvimento nos termos das normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e atua como agente desenvolvimento nos termos das normas emanadas do Conselho Monetario Nacional e atua como agente financeiro dos fundos constituídos pelo Estado para financiar programas e projetos propiciadores do desenvolvimento de Minas Gerais. O BDMG também é agente financeiro e/ou gestor de outros fundos não pertencentes ao Estado que, em razão de financiar projetos localizados em Minas Gerais, promove o seu desenvolvimento. O Banco ainda atua prestando assessoria e assistência técnica à Administração Direta e Indireta do Estado e, cria oportunidades para a implantação/ampliação de empresas de relevante interesse para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais mediante investimentos nessas empresas por meio de sua subsidiária integral BDMGTEC PARTICIPAÇÃO S.A., constituída em 2012.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria do Banco em 20/02/2018.

2 Resumo das principais políticas contábeis
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, para a contabilização das operações, associadas às normas e citatação de Canadha Monatário Nociano (CMM) e do Bargo Central do Brasil (Bagen) e evidenciam nstruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), e evidencian

instituções do Conseino Monerario Nacional (Chris) e do Banto Centina do Basia (Baceli), e evidenciani todas as informações relevantes proprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Desta forma, a instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes ronunciamentos homologados pelo Bacen:

Resolução CMN nº 3.566/2008 - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos Resolução CMN nº 3.604/2008 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa Resolução CMN nº 4.007/2011 - CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de

Resolução CMIN n 3/5/3/2011 - CPC 24 - Evenio subsequente Resolução CMN nº 3/55/2012 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas Resolução CMN nº 3.823/2012 CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes Resolução CMN nº 4.144/2012 - CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico

Resolução CMN nº 4.424/2015 - CPC 33 (R1) - Beneficios a Empregados Resolução CMN nº 4.534/2016 - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível

Resolução CMN nº 3.973/2011 - CPC 24 - Evento Subsequente

A contabilidade do Banco é feita de forma informatizada, baseada em diversos sistemas operacionais integrados ao sistema contábil. Os principais sistemas operacionais, que efetuam os controles das operações de crédito, gestão financeira e patrimônio, respondem pela maior quantidade dos lançamentos e foram desenvolvidos internamente. Há, também, sistemas operacionais contratados de terceiros necessários para

a execução e controle de atividades complementares. O BDMG adota práticas de segurança da informação, com o objetivo de garantir a confidencialidade, ntegridade, disponibilidade e autenticidade das informações necessárias à manutenção de seu negócio.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda estrangera (d.) Moeda funcional e moeda de apresentação Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do BDMG são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão

apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco.

(h) Transações esaldos
As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração de resultado do período. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são

apresentados na demonstração do resultado do período, como subitem do resultado de intermediação financeira, exceto os saldos devedores decorrentes de variação cambial de operações de crédito que são reclassificados como outras despesas operacionais e os saldos credores decorrentes de variação cambial de despesas de captação e obrigações por empréstimos e repasses que são reclassificados como outras receitas operacionais.

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (RS) á taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa de câmbio aplicável é de: US\$ 1,00 = R\$ 3,3080 (2016: US\$ 1,00 = R\$ 3,2591) e £ 1,00 = R\$ 3,9693 (2016: £ 1,00 = R\$ 3,4384).

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

de aquisição, que são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus comp

2.4 Anlicações interfinanceiras de liquidez

2-A spirações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanco, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.5 Títulos e valores mobiliários

Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários, conforme a intenção de negociação da Administração, são classificados nas categorias a seguir, que observam os seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem

negociados frequentemente e de forma ativa, contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas relativos a esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado do

período.

(ii) Titulos disponíveis para venda - incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a gestão do fluxo de caixa. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrinsecos (curva do título) reconhecidos no resultado do exercício e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos na conta Ajuste perdas decorrentes das variações do vatio de inclado, amon mos requisidos, escular de Avaliação Patrimônial no grupo Patrimônio Líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado do exercício mediante identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos intrínsecos que são reconhecidos no resultado do exercício. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

A Administração determina diretrizes para a classificação de Títulos e Valores Mobiliários entre as categorias constantes na Circular BACEN nº 3.068/2001. As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliadas de acordo com tais diretrizes. Conforme estabelecido no artigo 5º da referida circular, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários somente pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais. Além disso, no caso da transferência da categoria "mantidos até o vencimento" para as demais, somente poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.

2.6 Instrumentos financeiros derivativos

2.6 Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/2002 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados para fins ou não de proteção (hedge), de acordo com a intenção da Administração.

O BDMG, a partir de outubro de 2013, passou a operar com instrumentos financeiros derivativos da modalidade swaps, com a finalidade de mitigar os riscos decorrentes da flutuação dos valores das moedas estrangeiras e das taxas de juros incidentes sobre os recursos de financiamentos contratados no exterior. Os derivativos são registrados ao valor justo e, conforme apresentado na Nota 6, estão registrados como ativos, quando positivos e, como passivos, quando negativos, sendo as variações no valor justo registradas na demonstração do resultado.

O gerenciamento e acompanhamento do risco das operações com instrumentos financeiros derivativos estão em consonância com as políticas e estratégias do Banco.

2.7 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As conserções de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As operações de crédito são registradas pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata" día, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (accrual) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizad aem receitas e, a parir do 60º día, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado coorre quado do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682/1999. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. Todavia, quando ocorrem fatos relevantes que justifiquem a mudança de anteriormente a renegociação. Todavia, quando ocorrem tatos retevalmes que justinquem a muança de nível de risco, a operação renegociada é reclassificada para categoria de menor risco. As operações de crédito já baixadas contra a provisão e registradas em contas de compensação, quando renegociadas, ficam classificadas no nível de risco "H", podendo ser reclassificadas, posteriormente, em razão de fato relevante, para categoria de menor risco. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída observando os critérios para classificar o risco de crédito do cliente e da operação estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, nos valores das garantias, no histórico de perdas e nos riscos da carteira.

2.8 Cessão de crédito

As práticas contâbeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, até 30 de junho de 2011, determinavam que os créditos cedidos para outras instituições financeiras e fundos, com ou sem coobrigação, fossem baixados da carteira no momento da venda com o reconhecimento imediato dos ganhos no resultado. Dalixados da carreira no moniento da voltad como la recominenta microta dos gaminos la condicionado, devendo as operações cedidas com coobrigação serem mantidas registradas em contas de compensação. A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigência a Resolução CMN nº 3.533/2008 (postergada pelas Resoluções CMN nº 3.673/2008 e 3.895/2010) que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir de 2012, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios da operação.

auvo ininiciento esta reactionada a retentação substancia dos riscos e centricios ad operação.

Para os saldos cedidos anteriores à 1º de janeiro de 2012 não houve mudança retroativa nos critérios para registro contábil das cessões de crédito. O BDMG não realizou cessões de crédito a partir de 2012, portanto, essas alterações normativas não ocasionaram impactos nas suas demonstrações.

2016



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG CNPJ 38.486.817/0001-94

MINAS GERAIS

DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO

2.9 Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo
Estes ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar

2.10 Investimentos
O investimento do Banco na subsidiária BDMGTEC é avaliado pelo método da equivalência patrimonial (Nota 10 (a)). Os títulos e valores mobiliários referentes às participações societárias quando inicialmente reconhecidas na BDMGTEC, foram classificadas na categoria "Disponível para Venda" com oinvestimentos mensurados pelo valor justo na data da negociação. Após o reconhecimento inicial, entretanto, os investimentos permanecem avaliados pelo custo de aquisição, conforme item 46 (c) do Pronunciamento Técnico CPC 38, pelo fato dos preços de mercado não poderem ser confiavelmente medidos.

Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo e são ajustados a valor de mercado por meio

Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo e são ajustados a valor de mercado por meio de constituição de provisão para perda efetiva.

2.11 Imobilizado de uso e intangível

Os bens que constituem o imobilizado de uso, exceto aqueles adquiridos antes de 1995, que foram corrigidos monetariamente conforme regulamentação vigente à época, e os bens do intangível são apresentados ao custo de aquisição, líquidos das respectivas depreciações e amortizações acumuladas e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), caso o teste realizado anualmente indique que esses ativos estão contabilizados por um valor superior ao seu valor recuperável.

A depreciação e amortização desses é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Imóveis	20
Instalações, móveis e equipamentos	10
Sistema de processamento de dados	5
Outros	10
Softwares	5
O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado de seu valor recuperável quando o valor co	ntábil do

ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 10 (b)).
Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Resultado não operacional" na demonstração do resultado.

2.12 Impairment dos ativos que compõem o ativo permanente

As perdas são reconhecidas no resultado do período caso existam evidências de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável.

Anualmente, por ocasião do encerramento do exercício, é feita a avaliação técnica dos bens que compõem o imobilizado de uso e o intangível do Banco. Esta avaliação se constitui na base para se verificar a

o imobilizado de uso e o intangível do Banco. Esta avaliação se constitui na base para se verificar a possibilidade de ocorrência de perda por impairment no decorrer do exercício. O investimento do Banco na subsidiária BDMGTEC, que representa 96,0% do total dos investimentos do Banco, é acompanhado, anualmente ou, caso necessário, em menor periodicidade, para fins de avaliar a ocorrência de perda no valor recuperável deste investimento.

2.13 Passivo circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata" día, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

2.14 Atívos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2012, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do Bacen e observam o Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Ativos Contingentes - não são reconhecidos contabilmente, execto quando a Administração possui total

Ativos Contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total Artivos Controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

como petas posverse nas sao reconiectuos contaminente, sento divingados nas notas expircativas, quando individualmente relevantes e os passivos contingentes classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados (Nota 13).

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias - são decorrentes de processos judiciais relacionados as obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é a legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os seus montantes são reconhecidos interpolavante pare democrações formesinos (Nota 13). integralmente nas demonstrações financeiras (Nota 13).

integralmente nas demonstraçoes innanceiras (Nota 15).

21.51 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para imposto de renda e constituída à aliquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social sobre o lucro liquido ajustado foi constituída à aliquota de 10% apartir de 01/09/2015, de acordo com o disposto na Medida Provisória 675/2015, convertida na Lei 13,169/2015 (Nota 19 (a)).

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuizos fiscais e base negativa são constituídos pelas referidas alíquotas consideradas para as provisões do imposto de renda e para a contribuição social. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão

constitução. A reactiva tribunia societa quanto de creat a unização eva receisad dos valores sobre os quais foram constituídos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são valores contacers na cerinotistaces inflatentas. O imposto de refude e controlução sociar unertous são determinados usando alfquotas promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data da elaboração das demonstrações financeiras, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na proporção da probabilidade de ocorrência de lucros tributáveis futuros e contra os quais as diferenças temporárias poderão ser usadas.

de confencia de unicos induateves intuitos e conita os quais as uniteriaças teniporatas poteras desta suas-O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequivel legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com esses tributos sobre a renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base liquida.

2.16 Beneficios a empregados
O Banco patrocina os seus empregados ativos e assistidos os seguintes beneficios:
(i) Beneficios previdenciários - tem por objetivo proporcionar aos empregados a complementação da aposentadoria assegurada pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, O BDMG é patrocinador de planos previdenciários nas modalidades: beneficio definido (fechado para novas adesões em 10 de

novembro de 2011) e contribuição variável;
(ii) Beneficio de assistência médica e odontológica - este plano oferece a cobertura das despesas médicas e odontológicas aos seus participantes. O BDMG assegura este beneficio aos participantes ativos e aos assistidos que se inscreveram no plano, na qualidade de ativos, até 10/10/2009, mediante pagamento parcial da contribuição mensal. Aos empregados que aderiram ao plano de assistência médica a partir de 11/10/2009, ficou assegurado o patrocínio do BDMG enquanto participantes ativos e, quando assistidos, esses empregados poderão permanecer vinculados ao plano, sendo responsáveis pelo total da contribuição

(iii) Seguro de vida - O BDMG oferece este benefício para ativos e assistidos, mediante o pagamento de

(iv) Programa de desligamento voluntário do Empregado - Este programa, que tem por objetivo beneficiar os empregados em condição de se aposentarem e que atendem os requisitos estabelecidos pelo Programa, implantado pela primeira vez em de junho de 2011 e encerrado em janeiro de 2016, foi novamente reaberto em abril de 2017 e também já encerrado em maio de 2017.

(v) Outros benefícios - O Banco ainda concede a seus empregados ativos outros benefícios que decorrem da participação no lucro e da licença maternidade pelo período de seis meses e também concede beneficio

de pensão vitalícia a um empregado assistido.

Os benefícios pós emprego concedidos pelo Banco, exceto aqueles relacionados como "outros benefícios" para os empregados astivos, são contabilizados de acordo com o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN n.º 4.424/2015.

Os registros contábeis dos benefícios são efetuados observando essa Norma que requer a realização de estudo atuarial para fundamentar esses registros. O estudo atuarial utilizado pelo Banco é realizado anu-almente para a data base de 31 de dezembro e atualizado semestralmente para a data-base de 30 de junho. As informações sobre a contabilização dos benefícios a empregados, no período de 01/01/2017 a 31/12/2017, estão detalhadas na Nota 24.

2.17 Participação dos empregados no lucro

El definida em convenção coletiva e também pelo cumprimento do Plano de Metas, sendo provisionada com base em percentual sobre o resultado e ajustada ao final do ano após apuração do lucro do exercício e

avaliação do cumprimento das metas. 2.18 Capital social

O capital social do Banco, registrado no patrimônio líquido, é constituído por ações ordinárias nominativas valor nominal 2.19 Reconhecimento do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pelas parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o lucro tributável e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes, exceto em relação ao ganho sobre operações de crédito renegociadas que é resultado pelo regime de caixa, conforme determinado pela Resolução CMN nº 2.682/1999 2.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% do lucro líquido do exercicio, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Para a remuneração do capital aos seus acionistas, o BDMG adota como prática distribuir dividendos ou pagar juros sobre capital próprio condizente com o resultado apurado no exercício.

pagar juros sobre capital p 2.21 Partes relacionadas

A divulgação em Notas explicativas às demonstrações financeiras sobre partes relacionadas cumpre determinação da Resolução CMN nº 3.750/2009. De acordo com esse Normativo são divulgadas as transações ocorridas entre o Banco e suas partes relacionadas que possam afetar a sua situação patrimola e financeira e o seu resultado. As pessoas jurídicas e físicas que se enquadram na resolução interna do BDMG, de nº 209/2009, são consideradas partes relacionadas do Banco e são aquelas com as quais o Banco realizou transações no período conforme mencionadas na Nota 20.

3 Caixa e equivalente de caixa

Estão considerados como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades, representadas por dinheiro em caixa e depósitos bancários no Brasil e no exterior e investimentos de alta líquidez, com risco insignificante

le mudança de valor e prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inter	ior a 90 dias.	
	2017	2016
Disponibilidades	1.976	1.616
Disponibilidades em moeda estrangeira	3.804	576
Aplicações interfinanceiras de liquidez	115.514	159.715
• •	121.294	161.907
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
	2017	2016
Aplicações em operações compromissadas posição bancada:		
Letras Financeiras do Tesouro	115.514	124.620
Aplicações em depósitos interfinanceiros	10.585	57.175
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros (i)	(10.585)	(11.727)
Aplicações em moeda estrangeira (ii)	35.020	
	150.534	170.068
Circulante	150.534	159.715
17 ' 1 '		10 252

(i) A provisão para perdas em depósitos interfinanceiros refere-se a título adquirido de instituição financeira

que se encontra, atualmente, em situação de falência.

(ii) Aplicação em moeda estrangeira com prazo fixo, vencimento superior a 90 dias relativamente à data de sua aquisição, não sendo, portanto, considerado como investimento equivalente de caixa.

Os prazos de vencimento das aplicações interfinanceiras estão apresentados a seguir:

	Vencido	Até 30 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
LFT		115.514		-	115.514
Aplicação em moeda estra	ngeira -	-	35.020	-	35.020
CDI	10.585	-		-	10.585
Provisão para perdas	(10.585)				(10.585)
Total - 31/12/2017		115.514	35.020		150.534
Total = 31/12/2016		159 715		10 353	170.068

5 Títulos e valores mobiliários

(a) Composição da carteira A carteira de títulos e valores mobiliários compõe-se dos títulos apresentados a seguir: 2017

	Quan- tidade	Valor da	Valor de mercado	Quan- tidade	Valor da	Valor de mercado		
Títulos livres	uuauc	curva	mercauo	uuauc	cuiva	_mcreauv		
Letras Financeiras do Tesouro	37.391	347.079	347.094	80.165	676.407	675.542		
Notas do Tesouro Nacional	72.900	228.181	229.229	94.900	290.006	288.834		
CDB	244.947.180	2.862	2.862					
Debêntures	1.430	29.038	29.038	30	22.095	22.095		
Provisão para debêntures (i)		-	(73)		-	(111)		
Cotas de fundos								
Empresas emergentes (FIEE)	125	1.959		125	1.404	1.404		
Participações (FIP)	16.214.774	20.529	20.529	15.344.237	12.906	12.906		
Fundo de investimentos em renda								
fixa (FI)	8.275.088	42.405	42.405	8.275.088	20.112	20.112		
Garantidor de investimentos (FGI)	874.836	1.522	1.522	874.836	1.300	1.300		
Total de títulos livres		673.575	674.565		1.024.230	1.022.082		
Títulos vinculados a prestação								
de garantias								
 Letras Financeiras do Tesouro (ii) 	1.009	9.371	9.367	1.335		11.268		
		<u>682.946</u>			1.035.510			
Circulante			392.395			46.939		
Não circulante			291.537			986.411		
(i) A provisão para debêntures está	fundamentada	no risco de	e crédito do	emissor e é	apurada de a	cordo com		
a Resolução CMN nº 2 682/1999 uma vez que esses títulos se constituem em uma modalidade de anoio								

financeiro e não de aplicação financeira (Vide Nota 5 (h) (ii))

(ii) Esses títulos se referem a garantia de margem de diferencial a pagar de contrato de swap. (b) Classificação dos títulos e valores mobiliários

Considerando a intenção e a capacidade financeira do Banco, os papéis da carteira de títulos e valores mobiliários estão classificados nas seguintes categorias, estabelecidas pela Circular Bacen nº 3.068/2001

		2017		2016
	Valor da	Valor de	Valor da	Valor de
	curva	mercado	curva	mercado
Títulos disponíveis para venda (i)	538.453	540.072	904.531	902.482
LFT	347.079	347.094	676.407	675.542
De 181 a 360 dias	147.587	147.524		
Acima de 360 dias	199.492	199.570	676.407	675.542
NTN	115.588	117.196	181.122	179.950
De 91 a 180 dias				
De 181 a 360 dias	92.711	94.319	-	-
Acima de 360 dias	22.877	22.877	181.122	179.950
Cotas de fundos de investimentos	66.415	66.415	35.722	35.722
Sem vencimento	66.415	66.415	35.722	35.722
LFT vinculada a prestação de garantias	9.371	9.367	11.280	11.268
De 91 a 180 dias	9.371	9.367	-	-
Acima de 360 dias	-	-	11.280	11.268
Títulos mantidos até o vencimento (ii)	143.933	143.860	130.979	130.868
NTN	112.033	112.033	108.884	108.884
De 181 a 360 dias	46.513	46.513		
Acima de 360 dias	65.520	65.520	108.884	108.884
Debêntures (*)	29.038	28.965	22.095	21.984
Até 30 dias	13.308	13.269	6.313	6.281
De 31 a 60 dias	1.406	1.404	451	449
De 61 a 90 dias	1.406	1.404	451	449
De 91 a 180 dias	4.217	4.213	1.353	1.346
De 181 a 360 dias	5.114	5.105	2.705	2.692
Acima de 360 dias	3.587	3.570	10.822	10.767
CDB	2.862	2.862	-	-
De 181 a 360 dias	2.862	2.862		
	682.386	683.932	1.035.510	1.033.350
Circulante		392.395		46.939
Não circulante		291.537		986,411

(i) Títulos classificados na categoria disponíveis para venda.

A marcação a mercado dos títulos públicos do BDMG, classificados como disponíveis para venda, considera as cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de

Capitais - ANBIMA para o mercado secundário desses títulos.

(ii) Títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Estão classificados nessa categoria, os seguintes títulos:

São títulos adquiridos como modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo constituída

provisão para o risco de crédito do emissor, nos termos da Resolução CMN n° 2.682/1999.							
Aquisição	<u>Ouantidade</u>	Data de vencimento	2017	2016			
Janeiro/2015	30	22/12/2019	14.651	22.095			
Setembro/2017	1.400	13/09/2018	14.387				
			29.038	22.095			
Provisão de risco de crédito			(73)	-(111)			
Total			28.965	21.984			
N-4 J. T N!1							

O Banco reclassificou, em 30 de junho de 2	2015, da categoria "di	sponivei para veni	aa para a	categori
"mantidos até o vencimento", os seguintes tít	tulos:	-	-	_
	Quantidade Da	ita de vencimento	2017	2016
NTN-B	15.000	15/08/2018	47.455	47.624
NTN-B	21.000	15/08/2022	72.534	72.10
			119.989	119.729
Ajuste a valor de mercado			(7.956)	(10.845)
Valor atual			112.033	108.884
Na data da reclassificação estava contabili	zado como componen	te destacado no r	atrimônio	líanido a

montante de R\$ 15.178, referente aos ganhos não realizados e que, em decorrência da reclassificação, será apropriado no resultado até a data de vencimento dos títulos.

Até 31/12/2017 foi apropriado o montante de R\$ 7.223 sendo que no exercício de 2017 foi apropriado a resultado a importância de R\$ 2.889 (2016 - R\$ 2.889) do valor destacado no patrimônio líquido acima

(c) Os títulos e valores mobiliários estão distribuídos pelos seguintes prazos de vencimento:

	Sem	Até 30	De 31 a 60	De 61 a 90	De 91 a 180	De 181 a 360	Após 360			
	vencimento	dias	dias	dias	dias	dias	dias	Total		
Títulos Públicos Federais	-	-	-	-	-	297.723	287.967	585.690		
CDB	-	-	-	-	-	2.862	-	2.862		
Debêntures	-	13.269	1.404	1.404	4.213	5.105	3.570	28.965		
Cotas de fundos de										
investimento	66.415							66.415		
Total - 31/12/2017	66.415	13.269	1.404	1.404	4.213	305,690	291.537	_683.932		
Total - 31/12/2016	35.722	6.281	449	449	1.346	2.692	986.411	1.033.350		
(d) Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários										
	Os valores contabilizados na conta do nateimânio líquido "A justos do qualicaão nateimanio!" que se referem									

Os valores contabilizados na conta do patrimônio líquido "Ajustes de avaliação patrimonial" que se referem aos ajustes dos títulos do Banco classificados como disponíveis para a venda, apresentaram, no período,

a seguinte movimen	tação.		
	Ganhos (perdas) não realizados	Efeitos tributários	Ajuste a valor de mercado
Saldo em 2016	(12.895)	5.600	(7.295)
Ajuste no período	5.999	(2.773)	3.226
Saldo em 2017	(6.896)	2.827	(4.069)

6 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco, em decorrência da captação de recursos externos contratados a partir do segundo semestre de 2013, procura se proteger dos riscos das exposições de variação de moedas estrangeiras e das taxas de juros internacionais estabelecidas nos contratos. Para as operações em que os riscos não são transferios aos clientes, o Banco vem contratando instrumentos financeiros derivativos da modalidade swap para se proteger dos riscos inerentes àquelas captações. São necessárias, para essas contratações, observar os normativos vigentes referentes à política de controle de riscos, o estabelecimento de estratégias de proteção, a determinação de limites e as formas de acompanhamento das operações no Banco.

Os derivativos contratados pelo Banco, todos com a finalidade de hedge das captações externas, são

realizados nas condições estabelecidas na Circular Bacen nº 3.082/2001. Os registros contábeis das operações de captação externa (objetos de hedge) e dos instrumentos financeiros derivativos (instrumentos de hedge) são realizados com base em seu valor de mercado. Dessa forma, a variação no item objeto de hedge é compensada pela variação no instrumento de hedge, considerando o efeito acumulado da operação. Esse procedimento contábil, conhecido como hedge accounting, somente pode ser adotado quando se verificam as seguintes condições: (i) existe identificação documental do risco objeto de hedge com informações detalhadas sobre a operação e; (ii) a efetividade do hedge em percentual permanece dentro do intervalo estabelecido na referida Circular.

A metodologia adotada pelo Banco, para a apuração do valor de mercado das pontas ativas e passivas dos swaps contabilizados pelo procedimento de hedge accounting, se baseia na utilização de ponderadores que são calculados na data da contratação e que igualam, naquela data, o valor de mercado e o valor da curva das operações. A utilização de ponderadores tem o objetivo de mitigar a distorção do spread de risco de crédito na apuração do valor de mercado.

O BDMG realiza o teste de efetividade no início da operação, teste prospectivo inicial da estrutura de

hedge, e avalia periodicamente a efetividade por meio de testes prospectivos e retrospectivos, por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras, semestrais e anuais, por meio do cálculo do quociente da variação do valor de mercado da ponta ativa do instrumento de hedge e a variação do valor de mercado do objeto de hedge.

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco possui derivativos que não se classificam na categoria de hedge accounting - risco de mercado, pois os saldos dos contratos de captação (objeto de hedge) encontram-se contabilizados no curto prazo, em razão de descumprimento de cláusulas de covenants. (Vide Nota 12 (a)) O Banco, em 31 de dezembro, mantém contabilizadas no ativo e passivo as seguintes posições decorrentes de condições estabelecidas nos contratos de swaps, relacionadas a cláusulas de mitigação de riscos:

	2017	2016
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	45.448
Títulos públicos vinculados em garantia para a contraparte no SELIC	9.367	11.268
Captações em depósitos interfinanceiros	35.574	6.680
• •	44 941	63 306

Em dezembro de 2016, o BDMG teve seus ratings rebaixados de BB- para B- em escala global e de brA para brB- em escala Brasil, o que decorreu do fato de seu controlador, Estado de Minas Gerais, ter sido rebaixado devido às dificuldades enfrentadas para estabilizar suas finanças.

Apesar de, na mesma época, a S&P Ratings ter reafirmado o perfil de crédito individual (SACP) do BDMG em 'bb-', mantendo a nota stand alone do Banco inalterada, o rebaixamento acima provocou a ocorrência de desenquadramento de claisuals de covenants do contrato de captação externa firmado pelo Banco inuto ao Banco de Tóquio, no valor de US\$ 25 milhões, e de contratos de derivativos firmados junto aos Bancos

Goldman e Haitong.

O Banco, após a divulgação do rebaixamento, e considerando as cláusulas de covenants relativas ao rebaixamento da reclassificação de risco, não chegou a um acordo com as contrapartes sobre o valor das waiver fees e optou, em dezembro de 2016, por realizar o pré-pagamento, no decorrer de janeiro de 2017, os contratos de captação e os contratos de derivativos acima mencionados.

Ao pre-pagar, em janeiro de 2017 o contrato junto ao Banco de Tóquio, intitulado Tokyo-1, o Banco teve de antecipar, encerrando também, na mesma data, o contrato de swap que protegia essa captação. A decisão de efetuar a liquidação antecipada do contrato Tokyo-1, ocasionou, no mês de dezembro de 2016, o descasamento de prazo entre os contratos de captação e de seu derivativo, o que levou à interrupção do procedimento contábil por hedge accounting que vinha sendo adotado para essas operações.

A liquidação antecipada dos contratos de derivativos com os bancos Goldman e Haitong levou o BDMG,

na mesma data da liquidação, a contratar nova operação de swap para proteção dos riscos relacionados à captação da tranche CAF 2 e, manter depositado no exterior o montante em moeda estrangeira correspondente ao saldo da captação tranche CAF1. Em 1907/2017, o Banco internalizou os recursos da CAF1 e contratou junto ao Banco Santander, na mesma data, operação de hedge da modalidade swap, para proteção dos riscos inerentes a esses recursos

As posições dos derivativos contratados pelo BDMG estão detalhadas nas notas seguintes: (a) Captações externas (empréstimos) protegidas por instrumentos derivativos

						2017		2016
	Data				Saldo (Moeda Estran-		Saldo (Moeda Estran-	
		Data final	Indexador	Cantação		Curva		Curva
	miciai	Data man	Libor 6M + 3.65%	USS	_ 	Curra		Curva
CAF 1	27/09/2013	27/09/2023	a.a	15.000	10.729	37,669	12.512	40.772
			Libor 6M + 3,65%	US\$				
CAF 2	21/10/2013	23/10/2023	a.a.	30.000	21.381	71.280	24.945	81.283
CAF 3			Libor 6M + 3,65%	US\$				
(*)	19/12/2013	19/12/2023	a.a.	30.000	21.208	71.185	24.747	80.638
			Libor 6M + 2,40%					
CAF 4	23/10/2015	23/10/2018	a.a.	23.500	15.782	52.679	23.662	77.104
DID	04/00/2014	17/00/2021	Libor 6M + 2,25%	US\$	26.072	101.052	46.056	150.075
BID	04/08/2014	16/08/2021	a.a. Euribor 6M +	50.000	30.8/3	121.953	46.036	150.075
AFD	05/09/2014	28/11/2025	2% a.a.	€\$ 5.000	4.451	17,700	5.008	17.214
AFD	03/06/2014	26/11/2023	Euribor 6M +	€\$ 5.000	4.431	17.700	3.000	17.214
AFD3	02/02/2017	28/11/2025	2% a.a.		13 352	54.424		
111 03	02/02/2017	20/11/2023	Juros trimestrais a	15.000	13.332	31.121		
			taxa pré-fixada de					
Banco de			3,09 % a.a. e 3,19%	US\$				
Toquio 1	26/12/2014	27/12/2018	a.a. após 31/12/2015.	25.000	-		20.014	65.216
1			1			426.890		512.302
	valor de mer	cado				(297)		(1.477)
Valor de	mercado					<u>426.593</u>		<u>510.825</u>
(b) Valor	res contabili	zados dos sw	aps					

As posições contabilizadas em 31 de dezembro dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidas

			2017	2016
	Valor		Efeito	Efeito
	Referencial	Valor a receber	líquido	líquido
	(Conta de	/ Pagar (Conta	(Conta de	(Conta de
	compensação)	patrimonial)	resultado)	resultado)
(US\$+ Libor+ Taxa) x (BRL +%CDI) (i)	282.967	9.918	(14.946)	(71.806)
(EUR+Euribor+Taxa) x (BRL+%CDI) (i)	62.663	9.483	5.252	(4.933)
(US\$+Taxa) x BRL+%CDI) (i)	-	-	(1.623)	(33.188)
(US\$+ Libor+ Taxa) x (BRL +%CDI) (ii)	60.787	(8.907)	(6.741)	(53.307)
	406 417	10 494	(18.058)	(163 234)

Notas: (i) refere-se a diferencial a receber das operações contratadas.

(ii) refere-se a diferencial a pagar das operações contratadas. (c) Swaps por indexador:

	2017	2016
Posição ativa - Diferencial a receber	19.401 6	4.755
Moeda estrangeira	19.401 6	4.705
Juros	-	50
Posição passiva - Diferencial a pagar	(8.907)(15	(600)
Moeda estrangeira	<u>(8.907)</u> <u>(15</u>	(600)
Exposição líquida	10.494 4	9.155
(d) Swaps por prazo de vencimento:		
	Até 30 De 31 a De 181 a Após 360	
	dias _180 diasdias dias	Total

Posição ativa - Diferencial a receber				
Moeda estrangeira		17.646		
Total - 31/12/2017		17.646		5 19.401
Total - 31/12/2016	63.411	-	- 1.34	4 64.755
Posição passiva - Diferencial a pagar				
Moeda estrangeira		(8.907)		- (8.907)
Total - 31/12/2017		(8.907)		- (8.907)
Total - 31/12/2016	-	-	- (15.600	
Exposição líquida - 31/12/2017		<u>8.739</u>		
Exposição líquida - 31/12/2016	63.411	-	- (14.25)	6) 49.155
(e) Swaps por indexador e valor de referência:				
• •	Valor de	Valor pela	Ajuste ao valor	Valor de
	Referência	curva	de mercado	
Posição ativa - Diferencial a receber				
(US\$+ Libor+ Taxa) x (BRL +%CDI)	282.967	2.742	7.176	9.918
(EUR+Euribor+Taxa) x (BRL+%CDI)	62,663	7.575	1.908	9.483
Total - 31/12/2017	345.630	10.317	9.084	19.401
Total - 31/12/2016	327.628	67.621	(2.866)	64.755
Posição passiva - Diferencial a pagar			` '	

(US\$ LIUUI IAXA) X (DKL /0CDI)	202.707	2.742	7.170	7.71
(EUR+Euribor+Taxa) x (BRL+%CDI)	62,663	7.575	1.908	9.48
Total - 31/12/2017	345,630	10.317	9.084	19.40
Total - 31/12/2016	327.628	67.621	(2.866)	64.75
Posição passiva - Diferencial a pagar			, ,	
(US\$+ Libor+ Taxa) x (BRL +%CDI)	60.787	(9.370)	463	(8.907
Total - 31/12/2017	60.787	(9.370)	463	(8.907
Total - 31/12/2016	172.163	(16,785)	1.185	(15.600
Exposição líquida - 31/12/2017	406.417	947	9.547	10.49
Exposição líquida - 31/12/2016	499.791	50.836	(1.681)	49.15

7 Operações de crédito e créditos equiparados a operações de crédito A carteira de crédito ativa do BDMG apresenta a seguinte posição:

Pág 03 de 07

2017

Continuação



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG CNPJ 38.486.817/0001-94



DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO

	Valor total	Provisão	Valor líquido
Operações de crédito	6.035.368	(775.980)	5.259.388
Créditos equiparados a operações de crédito	18.759	(112)	18.647
Total - 31/12/2017	6.054.127	(776.092)	5.278.035
Total - 31/12/2016	5.963.803	(317.249)	5.646.554
Em 31 de dezembro de 2017, do caldo total de R\$ 6.054.127	(2016 - R\$ 5)	063 803) das	onerações de

crédito, o montante de R\$ 1.925.333 (2016 - R\$ 1.788.769) foi concedido com recursos próprios e R\$ 4.128.794 (2016 - R\$ 4.175.034), originalmente, com recursos de repasses recebidos de outras institu

O saldo contábil das operações de crédito renegociadas na posição de 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$ 1.376.227 (2016 - R\$ 818.732).

(a) Classificação por produto e por setor de atividade

	2017	2016
Empréstimos	1.362.275	1.276.627
Indústria	789.137	756,846
Comércio	285.237	298.552
Outros serviços	287.901	221.229
Financiamentos ao setor privado	3.933.224	3.858.338
Indústria	1.738.435	1.854.428
Comércio	212.183	222.729
Outros serviços	1.058.637	991.863
Rural e agroindustrial	916.847	774.790
Intermediários financeiros	2.199	8.287
Pessoas físicas	4.923	6.241
Financiamentos ao setor público (Administrações direta e indireta municipais)	739.869	827.420
Créditos equiparados a operação de créditos	18.759	1.418
Subtotal	6.054.127	5.963.803
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	(776.092)	(317.249)
	5.278.035	5.646.554
Circulante	1.627.411	1.371.268
Não circulante	3.650.624	4.275.286
(b) Classificação por prazo e níveis de risco		

		Vencid								T: 4 -1
Níve		dia	(S)			A vencer (e	<u>m dias)</u> De	De	Acima	Total
de		partir			De 91 a	De 361 a	1.081 a	1.800 a	de	
risco	Total	_de 15	Até 14	Até 90	360	1.080	1.800	5.400	5.400	
AA	2.195.970	-	-	125.455	358.833	802.306	445.756	443.191	20.429	1.982.240
A	662.848	-	-	61.508	145.699	250.107	88.075	117.459	-	998.977
В	1.081.213	27.828	241	100.284	244.940	343.948	162.248	201.724	-	1.278.229
C	865.015	30.774	376	81.258	210.635	330.547	130.081	81.344	-	1.041.914
D	321.190	46.230	169	23.973	73.558	115.939	23.897	37.424	-	259.584
E	260.090	105.620	32	11.759	23.857	55.942	28.092	34.788	-	278.142
F	52.384	19.404	8	1.121	3.925	9.837	9.123	8.611	355	16.621
G	64.441	33.998	42	1.079	9.507	8.896	6.835	4.084	-	14.411
Н	550.976	321.522	17.817	5.224	13.559	25.925	_19.708	22.317	124.904	93,685
	6.05/1.127	585 276	18 685	111 661	1.09/1.513	1 0/12 ///7	012 915	050 042	145 688	5 062 902

<u>6.034.127 585.376 18.685 411.661 1.084.513 1.943.447 913.815 950.942 145.688 5.963.803</u> c) Classificação por níveis de risco e provisão

(c) Classificação po	i iliveis de l'isco e			
		2017		2016
	P	rovisão para créditos de		Provisão para créditos de
	Carteira	liquidação duvidosa	Carteira	liquidação duvidosa
Nível de risco:		• ,		
AA	2.195.970	-	1.982.240	(46.730)
A	662.848	(3.314)	998.977	(4.996)
В	1.081.212	(10.812)	1.278.229	(12.782)
C	865.014	(26.024)	1.041.914	(31.257)
D	321.189	(34.638)	259.584	(25.958)
E	260,090	(79.025)	278.142	(83,443)
F	52.384	(26,192)	16.621	(8.311)
G	64,443	(45,110)	14.411	(10.087)
H	550.977	(550,977)	93.685	(93.685)
	6.054.127	(776,092)	5 963 803	(317 249)

0.034.127 (770.092) 3.903.8	<i></i>	(317.249)
(d) Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação	duvidosa	
	2017	2016
Saldo inicial	317.249	389.122
Constituição de provisão, líquida de reversões	559.597	172.806
Baixas de créditos como prejuízo	(100.754)	(244.679)
Saldo final	776.092	317.249

O montante da provisão para operações de crédito constituída em 2017 decorreu, principalmente, de financiamentos concedidos anteriormente a 2015, concentrados em reduzido grupo de clientes. A atual metodologia de classificação de riscos ocasionou o provisionamento de grande parte daqueles ativos, neste

9 Outros valores e bens

O saldo das operações cedidas com coobrigação, registrado em contas de compensação, conforme valores demonstrados abaixo, refere-se a operações cedidas até 31 de dezembro de 2011 (anterior à Resolução CMN e 2 (2 2 000)).

CMN n° 3.533/2008):	2017	2016
Cessão anterior à Resolução CMN nº 3.533/2008: Coobrigações a liquidar	23.027	24.486
Operações liquidadas a repassar	342	612
	23.369	25.098
8 Outros créditos		
	2017	2016
Créditos tributários (a)	548.284	388.265
Devedores por depósitos em garantia (b)	123.842	117.418
Títulos e créditos a receber (c)	11.965	12.127
Devedores diversos - país (d)	7.852	13.948
Rendas a receber (e)	4.184	3.769
Outros	22,663	4.978
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (f)	(12.414)	(12.309)
	706.376	528.196
Circulante	168.220	204.491
Não circulante	538.156	323.705
(a) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o	lucro líquido foram	constituídos

registrados conforme demonstrado na Nota 19 (a).

(b) O saldo de devedores por depósito em garantia compreende os depósitos relacionados a questionamentos judiciais, sobretudo de natureza fiscal e tributária apresentados na Nota 13 (a), em que consta a vinculação dos depósitos judiciais com os respectivos questionamentos judiciais.

dos depósitos judiciais com os respectivos questionamentos judiciais.

(c) O saldo de titulos e créditos a receber corresponde, principalmente, a remunerações no montante de R\$ 11.119 (2016 - R\$ 11.119) decorrentes das renegociações amparadas em leis relativas às operações de crédito rural financiadas com recursos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e que se encontram provisionadas conforme detalhado na Nota 8 (f) e remuneração do Fundo de Defesa da Economia Cafecira (Funcafe) no valor de R\$ 846 (2016 - R\$ 1.007).

(d) O saldo de devedores diversos é constituido, principalmente, pelo valor de R\$ 7.757 (2016 - R\$ 1.319) referente a bônus de adimplência concedido pelo Banco aos clientes de operações rurais renegociadas conforme disposições da Lei 9.138/1995 e suas atualizações.

(e) O saldo de rendas a receber decorre, substancialmente, de remuneração por serviços prestados, mediante comissões sobre as operações de crédito realizadas com recursos dos fundos de desenvolvimento administrados pelo BDMG, líquido das respectivas provisões: R\$ 3.478 (2016 - R\$ 3.208). O vencimento da remuneração ocorre por ocasião dos vencimentos das parcelas contratadas e a provisão é constituida sobre os valores registrados, com base no percentual referente ao nível de risco em que está classificada sobre os valores registrados, com base no percentual referente ao nível de risco em que está classificados de constituida de receito en receito en referente ao nível de risco em que está classificados de constituida de receito en referente ao nível de risco em que está classificados de constituida de receito en referente ao nível de risco em que está classificados de constituida de receito en receito en referente ao nível de risco em que está classificados en receito en referente ao nível de risco em que está classificados de constituidos de desenvolvimento de receito receito en referente ao nível de risco em que está classificados de receitos en referente ao nível de risco em que está classificados en receito de referente ao sobre os valores registrados, com base no percentual referente ao nível de risco em que está classificada a operação da qual a remuneração se originou. Essa classificação de risco decorre de política adotada pelo Banco de estender às operações financiadas com recursos dos fundos administrados, os mesmos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999 para as operações de crédito da carteira própria do BDMG. (f) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 12.414 (2016 - R\$ 12.309), refere-se, principalmente, a créditos sem característica de operações de créditos constituídos por valores que deverão ser devolvidos pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN e que foram provisionados com damento na incerteza quanto ao prazo de sua realização.

	2017	2016
Bens não de uso próprio	56.993	57.415
Participações societárias	6	6
Outros	230	211
Subtotal	57.229	57.632
Provisão para bens não de uso próprio	(2.820)	(2.631)
	54.409	55.001
Circulante	230	211
Não circulante	54.179	54.790
10 Permanente		
(a) Investimentos	2017	2016
BDMGTEC Participações S.A. (i)	31.883	84.315
Outros	1.325	1.324
Provisão para perdas, ações e quotas	(837)	(837)
	32.371	84.802
COA DEMORPOR COA A COA A COA A LONGO	- 1	1 2012

(i) A empresa BDMGTEC Participação S.A., subsidiária integral do BDMG, criada em março de 2012, com fundamento na Lei Estadual 19 967/2011, tem por objetivo social a participação societária em empresas de relevante interesse para o Estado como forma de promover o seu desenvolvimento.

O investimento do Banco na BDMGTEC é avaliado contabilmente pelo método de equivalência patrimonial - MEP, conforme demonstrado a seguir.

	2017	2016
Patrimônio Líquido BDMGTEC no início do período	84.315	78.196
Aportes de Capital	4.620	6.100
Patrimônio Líquido BDMGTEC no final do período	31.883	84.315
Resultado da equivalência patrimonial	(57.052)	19

Atualmente, cumprindo o seu papel de investir em empresas de relevante interesse econômico para o Estado de Minas Gerais, a BDMGTEC, participa do capital social da Unitec Semicondutores S.A., indústria de circuitos integrados analógicos, digitais e de sinal misto, e do capital social da Biomm S.A., empresa produtora de insulina humana e outras proteínas recombinantes, ambas em fase pré-operacional. O investimento da BDMGTEC nessas empresas está apresentado a seguir:

			2017	2016
	Total investido	Impairment	Total	Total
Unitec Semicondutores S.A.	56.198	(56.198)	-	54.798
Biomm S.A.	32.116	(830)	31.286	28.897
	88.314	(57.028)	31.286	83,695

A BDMGTEC, inicialmente, classificou essas participações na categoria "Disponível para Venda" e as nensurou pelo valor justo correspondente ao valor de custo na data da negociação. Após o reconhecimento inicial, os investimentos permanecem avaliados pelo custo de aquisição, conforme item 46 (c) do Pronunciamento Técnico CPC 38, pelo fato dos preços de mercado não poderem ser confiavelmente medidos e as empresas estarem em fase prê-operacional.

Por se tratar de investimentos financeiros, anualmente é realizada avaliação de recuperabilidade desses confiavelmentes de confiavelmentos financeiros, anualmente é realizada avaliação de recuperabilidade desses

ativos com a finalidade de identificar eventual perda no valor recuperável.

Unitec Semicondutores S.A

Unitec Semicondutores S.A.
Em dezembro de 2016, foi avaliado o valor recuperável do investimento na Unitec Semicondutores S.A., tendo concluido, com base nas projeções econômico-financeiras da Unitec, que o investimento estaria preservado quanto ao seu potencial de valorização, a partir da sua entrada em operação comercial. Entretanto, considerando que as principais premissas utilizadas nas projeções não se concretizaram ao longo de 2017 e que as dificuldades vivenciadas pela empresa ocasionaram incerteza quanto a sua continuidade operacional ficou evidente não ser possível manter o valor recuperável do investimento. Com base nisso, a administração da BDMGTEC reconheceu a redução integral do valor recuperável do investimento. Dessa forma, foi registrada uma perda por impairment no valor de R\$ 56.198.

Em reunião realizada em 23/03/2017, o Conselho de Administração da BIOMM deliberou por unanimidade pelo aumento de capital da companhia no valor de R\$ 31.415, limite do capital autorizado. O preço de emissão das ações, deliberado por maioria de votos, foi fixado em R\$ 7,01 (sete reais e um centavo) com base em cotação de mercado.

base em cotação de mercado.

Coerre que o montante da participação de capital da BDMGTEC na BIOMM, naquela data, originou subscrição de ações pelo valor unitário de R\$ 11,53 (onze reais e cinquenta e três centavos), fixado pelo critério de valor econômico à época do investimento.

Assim a Administração da BDMGTEC considerou que o aumento de capital por preço de ação inferior aquele fixado por ocasião da participação societária da BDMGTEC na BIOMM não ensejava evento de interior administração da participação societária da BDMGTEC na BIOMM não ensejava evento de

impairment pelas seguintes razões:
• O teste de recuperabilidade realizado em dezembro de 2016 não identificou evidência objetiva de perda; • Ó teste de recuperabilidade realizado em dezembro de 2016 não identificou evidência objetiva de perda;
• O preço médio de RS 7.01 (sete reais e um centavo), apurado com base na média das cotações diárias ponderada pelo volume de negociação das ações da Companhia na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros BMF&Bovespa nos pregões realizados no período de 22 de fevereiro de 2017 (inclusive) a 22 de março de 2017 (inclusive), não se constituía em evidência objetiva para impairment devido ao baixo volume de negociações realizadas. A média de volume de ações da BIOMM negociadas neste período foi de 1.700 (um mil e setecentas) ações, representando 0,0055% relativamente ao total de 30.827.321 (trinta milhões, oitocentos e vinte sete mil, trezentos e vinte e uma) das ações da empresa.
Em decorrência desse entendimento, o BDMG contratou estudo técnico externo de teste de recuperabilidade, com a finalidade de obter opinião independente sobre o valor do investimento efetuado pela BDMGTEC

na BIOMM. O Estudo Técnico avaliou, mediante aplicação do fluxo de caixa descontado, o preço da ação em R\$ 11,06, na data-base de 31/03/2017. Em maio de 2017, após o aumento de capital proposto pela BIOMM e realizado em sua totalidade, o Estudo foi atualizado e o preço da ação estabelecido em R\$ 10,55, em decorrência do ajuste efetuado.

decorrencia do ajuste efetuado.

Em maio de 2017 a BDMGTEC aportou R\$ 3.219 para o aumento de capital da BIOMM deliberado
em 23/03/2017, mediante subscrição de ações ao preço estabelecido de R\$ 7,01 e, em junho de 2017,
reconheceu uma perda por impairment de R\$ 830, decorrente do ajuste no valor das ações subscritas por R\$
11,53 ao valor de R\$ 10,55 estabelecido pelo Estudo Técnico.

Em dezembro de 2017 foi realizado teste de recuperabilidade não sendo identificados indícios relativos a

peruas por impairment.				
(b) Imobilizado de uso			2017	2016
(-)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis	43.787	(26.649)	17.138	17.784
Instalações, móveis e equipamentos	6.126	(5.415)	711	891
Sistema de processamento de dados	6.457	(5.075)	1.382	1.588
Outros	601	(546)	55	51
Imobilizado em curso	96		96	165
	_57.067	(37.685)	19.382	20.479
(c) Intangível				

c) Intangivel				
			2017	2016
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
ativos Intangíveis	11.983	(12.273)	11.983	11.336

	2017	2010
Depósitos interfinanceiros (a)	35.574	6.680
Depósitos a prazo (c)	18.305	
Depósitos à vista (b)	398	-
Letras financeiras (d)	-	593.023
Letras de crédito do agronegócio - LCA (e)	220.369	16.040
.,	274.646	615.743
Circulante	94.336	599.381
Não circulante	180.310	16.362

Os recursos captados, no país, apresentam a seguinte composição

As captações de depósitos financeiros são feitas pelo Banco para atender cláusula de mitigação do risco de As capaços de depostos mancenos sao renas pero banco para acinete citados de linigação do risco de crédito constante dos contratos de derivativos que exigem, da parte com diferencial a pagar superior a um determinado montante, a manutenção de depósitos interfinanceiros na instituição contraparte da operação. Esses depósitos se constituem, portanto, em margens de garantia e têm sido pactuados com encargos iguais à taxa do CDI e com os vencimentos variando de acordo com o montante ajustado para a cobertura do diferencial a receber ou a pagar de cada um dos swaps contratados.

(a) Depósitos interfinanceiros

(n) reposito a visa. Trata-se de depósito vinculado, realizado no BDMG, como garantia do risco de inadimplência dos financiamentos concedidos para a aquisição dos veículos híbridos a serem utilizados na prestação de serviço de taxi. De acordo com o contrato de garantia, os valores depositados poderão ser levantados depois de um determinado prazo: ou pelo BDMG quando ocorrer inadimplência nos financiamentos nas condições

estabelecidas; ou, pela empresa depositante caso não ocorra a inadimplência conforme estipulado. (c) Depósitos a prazo Essas captações referem-se a garantias recebidas pelo Banco para a contratação de operações de crédito. (d) Letras financeiras

O BDMG emitiu letras financeiras ao amparo da Resolução CMN nº 4.143/2012, que autorizou a emissão desses títulos pelos bancos de desenvolvimento e o último vencimento dos títulos emitidos ocorreu em 17 de dezembro de 2017.

de dezembro de 2017.

(e) Letras de crédito do agronegócio - LCA's

O Banco, com lastro em operações de crédito do agronegócio, passou a emitir LCA's a partir de dezembro
de 2016. Os títulos, em observância a normas vigentes, estão custodiados na CETIP e têm cobertura do

Em 31 de dezembro de 2017 a posição das LCA's por emissão e vencimento é a seguinte: De 91 a De 181 a Após 360

Mês de emissão	Data de vencimento	Ouantidade	180 dias	360 dias	dias	Saldo	
dez-16	09/12/2019	15.000	-		16.381	16.381	
	16/12/2019	1.000	-		1.100	1.100	
jan-17	06/01/2020	40.000	-	-	43.483	43.483	
jun-17	05/06/2018	10.000	10.446	-	-	10.446	
-	06/06/2018	30.000	31.328	-	-	31.328	
	08/06/2018	15.000	15.652	-	-	15.652	
	05/06/2019	11.923	-	-	12.425	12.425	
	06/06/2019	15.000	-	-	15.625	15.625	
	10/06/2019	15.000	-	-	15.614	15.614	
	13/06/2019	4.857	-	-	5.048	5.048	
	19/06/2019	1.650	-	-	1.713	1.713	
	05/06/2020	5.000	-	-	5.197	5.197	
	08/06/2020	5.000	-	-	5.192	5.192	
	01/06/2022	5.000	-	-	5.249	5.249	
	13/06/2022	5.000	-	-	5.232	5.232	
out-17	04/10/2018	1.000	-	131	-	131	
	24/10/2018	400	-	412	-	412	
nov-17	27/11/2018	14.089.588	-	142	-	142	
dez-17	07/01/2019	9.748	-	-	9.739	9.739	
	08/01/2019	20.283			20.260	_20.260	
	Total dezembro/2017		57.426	685	162.258	220.369	
	Total dezembro/2016		-	-	16.040	16.040	
12 Obrigações por empréstimos e renasses							

de dezembro de 2017, os recursos captados no exterior pelo BDMG montam em R\$ 468.418 (2016 R\$ 552.608). Os saldos das captações externas são os seguintes:

	Curva	Mercado	Curva	Mercado
Instituição:				
CAF	231.523	235.793	283.711	284.088
BID	121.953	121.657	150.075	148.781
AFD	109.470	110.968	55.083	54.523
Banco de Tóquio	-		65.216	65.216
		468,418		552,608
Circulante		378.436		159,956
Não circulante		89.982		392.652

Tanto os contratos referentes às captações externas quanto aqueles referentes aos instrumentos derivativos

Tanto os contratos referentes às captações externas quanto aqueles referentes aos instrumentos derivativos que protegem as captações, possuem cláusulas restritivas (covenants) que são acompanhadas e cumpridas pelo Banco ou que podem ser garantidas mediante acordos adicionais negociados entre as partes. A nota de risco do BDMG, em escala global, foi reclassificada em 19/02/2016, pela agência de risco Moody's, que reclassificou a nota de risco de Bal para Ba3, com perspectiva negativa. Essas reclassificação acompanharam os rebaixamentos de notas de risco do Estado de Minas Gerais pelas duas agências, sendo a reclassificação de nota de risco do Brasil, a principal razão para as ações de ajuste de rating da Moody's es Standard & Poro's para o governo estadual. Em escala local, a nota de risco do BDMG foi reclassificada de brA+ para brA pela Standard & Poro's e, de Aa2 para A2, pela Moody's. Em julho de 2016, o BDMG foi reclassificado pela Agência Moody's nota de risco de emissor de longo prazo em moeda local e na escala global de Ba3 para B1 e, em 14 de dezembro de 2016, a Agência S&P Global Ratings reclassificou a nota de risco do BDMG na escala global, de "BB-" para "B-" e, na escala nacional de "brA" para "brB-", em conformidade com as mesmas notas em que foi reclassificado o seu controlador, o Estado de Minas Gerais, no dia anterior. Nesta mesma oportunidade, a S&P Ratings reafirmou o perfil de crédito individual (SACP) do BDMG em "bb-", mantendo a nota standalone do

reafirmou o perfil de crédito individual (SACP) do BDMG em 'bb-', mantendo a nota stand alone do Banco inalterada.

Danco manerataa.

O Banco avaliou, para negociações com as contrapartes cujos contratos estabelecem covenants relacionados a notas de risco de crédito, as seguintes condições possíveis de serem adotadas mais condizentes com o seu planejamento estratégico: negociação com os credores para a obtenção de waivers; substituição de

contraparte ou liquidação antecipada do contrato.

Todavia, cabe observar que, mesmo considerando a adoção de quaisquer dessas ocorrências, estudos internos do Banco comprovam que tais eventos não afetariam nem a sua liquidez nem o bom andamento dos seus negócios.

Os recursos captados externamente, por instituição de origem, são os seguintes:
(i) Corporación Andina de Fomento - CAF
O financiamento de USS 100 milhões, contratado com a CAF em agosto de 2014, com juros à taxa libor de
6 meses acrescida de taxa pré-fixada de até 3,65% a.a. e prazo de vencimento de até 10 anos foi liberado em tranches de diferentes montantes, conforme abaixo:

				2017			2016
	Data da		Liberação	Curva	Mercado	Curva	Mercado
Tranches	liberação	Vencimento	USS	RS	R\$	R\$	RS
CAF 1	27/09/2013	27/09/2023	15.000	35.485	37.669	40.771	40.771
CAF 2	21/10/2013	23/10/2023	30.000	70.717	71.280	81.283	80.452
CAF 3	19/12/2013	19/12/2023	30.000	70.144	71.185	80.638	80.321
CAF 4	23/10/2015	23/10/2018	23.500	52.197	52.679	77.104	78.629
CAF 5 (*)	21/12/2015	21/12/2020	1.500	2.980	2.980	3.915	3.915
()			100.000	231.523	235.793	283.711	284.088

O BDMG decidiu, em dezembro de 2016, liquidar, antecipadamente, a operação de swap contratada para proteger a captação de recursos da CAF 1, em razão do descumprimento da cláusula de covenant do contrato de hegde relativa ao rebaixamento da classificação de rating do Banco. Com essa decisão o do contrato de hegde relativa ao rebaixamento da classificação de rating do Banco. Com essa decisão o prazo entre os contratos ficiou descasado o que levou à interrupção do procedimento contábil por hegde accounting, desta operação, que vinha sendo adotado. A líquidação do contrato de swap ocorreu em 23 de janeiro de 2017, data em que o Banco, visando manter a proteção para o risco cambial, efetuou depósito no exterior, correspondente ao saldo em dólares desta captação. Em 19 de julho de 2017, o Banco internalizou esses recursos e contratou nova operação de swap para proteção dos riscos cambial e de taxa de juros. A captação junto a CAF encontra-se contabilizada no curto prazo em razão de cláusula de covenant que condiciona a adimplência técnica do contrato à condição dos contratos dos demais credores. Como ocorreu descumprimento de cláusula de covenant junto a AFD, essa cláusula da CAF também foi descumprida. DEID emitir a med zerambro de 2017, waiser relativa ao decumprimento de cláusula de covenant e a DBMG.

BID emitiu, em dezembro de 2017, waiver relativo ao descumprimento de cláusula de covenant e o BDMG está em negociação com os credores para revisão de cláusulas de covenants dos seus contratos. (*) O valor de mercado da operação de capitação tranche CAF-5 corresponde ao valor da curva, pois se trata de um hedge natural em que as condições financeiras da captação externa foram transferidas às operações

com os clientes tomadores de crédito acrescidas somente da remuneração do Banco.

(ii) Agence Française de Développement - (AFD) - Agência Francesa de Desenvolvimento
Em junho de 2013, o Banco celebrou com a AFD um contrato de 50 milhões de euros com juros à taxa
Euribor de 6 messes acrescida de 2% a.a. e prazo de vencimento de 12 anos, a ser liberado em tranches de diferentes valores. Essa captação tem por objetivo financiar projetos de infraestrutura municipal voltados

para questões climáticas e para a universalização de serviços básicos. As posições das tranches liberadas são as seguintes:

					2017		2016
	Data da		Liberação	Curva	Mercado	Curva	Mercado
Tranches	liberação	Vencimento	€	RS	RS	RS	RS
AFD 1	22/07/2014	28/11/2025	9.000	31.782	31.825	30.984	30,424
1a tranche			4.000	14.125	14.125	13.770	13.770
2ª tranche			5.000	17.657	17.700	17.214	16.654
AFD 2	13/10/2014	28/11/2025	7.000	24.719	24.719	24.099	24.099
AFD 3	02/02/2017	28/11/2025	15.000	52.969	54.424		
			31.000	109.470	110,968	55.083	54.523

O saldo dessa captação encontra-se contabilizado no curto prazo, em razão de descumprimento, em junho O saldo dessa captação encontra-se contabilizado no curto prazo, em razão de descumprimento, em junho de 2017, de cláusula de covenant relativa ao índice de inadimplência. Em julho de 2017, o Banco recebeu da AFD a carta de waiver por esse descumprimento e, atualmente está em tratativas para a revisão das cláusulas de convenants estabelecidas no contrato.

(iii) IDB - Inter-American Development Bank - (Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID) Em junho de 2014, o BDMG contratou com o BID um empréstimo que pode ser utilizado até o limite de 150 milhões de dólares, mediante liberações a serem feitas em três tranches. Sobre o valor utilizado incidirá uma taxa de juros variável, a ser paga semestralmente, e constituída por um percentual de 2,25% acrescido à taxa libor semestral sendo que essa composição poderá apresentar variações em decorância dos critérios contrator de conservador de contrator de co

à taxa libor semestral, sendo que essa composição poderá apresentar variações em decorrência dos critérios estabelecidos no contrato para a efetivação dos desembolsos solicitados para cada tranche. A posição da tranche liberada é a seguinte:

	Data da		Liberação	Curva	Mercado	Curva	Mercado
Tranches	liberação	Vencimento	ÚSS	RS	RS	RS	RS
BID	04/08/2014	16/08/2021	50.000	121.953	<u>121.656</u>	<u>150.075</u>	148.781
O BDMG obteve do BID, em dezembro de 2017, waiver em razão de descumprimento de cláusula de							
covenant relativa a índice de inadimplência. O BDMG está negociando com o BÍD a revisão do contrato,							
relativamente às cláusulas de covenants, face à situação econômica do País que tem gerado o aumento do							

inadimpiemento de récetto no sistema innanceiro nacionai. (iv) Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Ltd (BTMU) - (Banco de Tóquio)

O BDMG contratou com o Banco de Tóquio, em junho de 2014, empréstimo de 50 milhões de dólares que foi liberado em duas tranches de US\$ 25,000 e com vencimentos, respectivamente, em 27/12/2018 (tranche

Tokyo I) e I3/03/2019 (tranche Tokyo 2).

O Banco, em decorrência de descumprimento de cláusulas de covenants relacionadas a rebaixamento de rating, optou pelo pré-pagamento a liquidação antecipada dessas duas tranches. A tranche Tokyo 2 foi liquidada em 01/04/2016 e a tranche Tokyo 1, em 17/01/2017.

(b) Instituições oficiais

(A) instructors and instructors and a singular series officials referen-se aos saldos de recursos obtidos dos fundos e programas oficiais repassados para financiamentos de empreendimentos no Estado de Minas Gerais, sendo que os vencimentos do principal e dos encargos se estendem até o ano de 2029, com incidências de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais de cada órgão ou fundo repassador de recursos. Os saldos dessas obrigações são os seguintes:

	2017	2016
BNDES (i)	2.122.726	2.268.084
FINAMÈ	1.378.595	1.462.717
BNB	17.733	20.996
Tesouro Nacional	11.298	12.486
CEF	11.436	2.285
FINEP	98.373	67.194
Funcafé	239.407	174.607
Fungetur	9.812	
	<u>3.889.380</u>	4.008.369
Circulante	1.104.598	908.933
Não circulante	2.784.782	
O Sistema BNDES/FINAME constitui a principal fonte de recursos para	repasses do BDM	G aos seus

(i) Os recursos do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social se destinam

principalmente aos financiamentos de projetos de investimentos de longo prazo. Os recursos repassados pelo BNDES são oriundos das seguintes linhas de crédito:

	2017	2016
BNDES Automático PROGEREN	638.937	787.194
BNDES FINEM	355.245	343.915
BNDES Automático	276.640	225.448
BNDES Automático TJLP	112.067	138.756
BNDES Automático PRODECOOP	97.416	90.031
BNDES FINEM TJLP	51.124	72.608
BNDES FINEM PSI	55.103	66.119
BNDES SAUDE	60.101	30.752
BNDES AUTOMÁTICO PCA	71.681	41.407
Outros	404.412	471.854
	2.122.726	2.268.084

13 Outras obrigações		
	2017	2016
Fiscais e previdenciárias (a)	44.134	47.660
Diversas (b)	551.549	567.700
Sociais e estatutárias (c)	434	14.770
Fundos financeiros e de desenvolvimento (c)	64.856	70.146
Cobrança e arrecadação de tributos	397	783
, ,	661.370	701.059
Circulante	104.234	113.231
Não circulante	557.136	587.828

Pág 04 de 07

(ii) Despesas tributárias

46.448 58.203 203.885

2017

2016



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG CNPJ 38.486.817/0001-94



DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO

DE MINAS GERAIS				
(a) Fiscais e previdenciárias	2017	2016		
Provisão para impostos e contribuições diferidos	12.415	12.627		
Provisão para impostos e contribuições	25.381	27.941		
Impostos e contribuições a recolher	6.338	7.092		
,	44.134	47.660		
Circulante	36.425	38.517		
Não circulante	7.709	9.143		
(b) Diversas				
	2017	2016		
Provisão para obrigações fiscais (i) e (ii)	181.417	187.886		
Provisão para outras obrigações (iii)	52.764	75.197		
Provisão para pagamentos a efetuar (iv)	13.405	16.432		
Passivos atuariais (v)	278.652	282.703		
Dotação para aumento de capital (vi)	43	49		
Credores diversos - País (vii)	25,268	5.433		
` ´	551.549	567.700		
Circulante	65.429	57.760		
Não circulante	486.120	509.940		
(i) A provisão para obrigações fiscais refere-se aos passivos relacionados a tributos, abrangendo as aci				

(1) A provisad para ourgações inscais referês a cos passivos telacoridades a unitude, aurangem da a écese judiciais e os processos de natureza administrativa em andamento junto a Secretaria de Receita Federal do Brasil, que são atualizados mensalmente pela taxa SELIC. Na projeção de resultados do BDMG a expectativa de realização dos créditos tributários correspondentes a essa provisão considera a sua distribuição em um período de 10 anos.

A provisão para obrigações fiscais teve, no período, a seguinte movimentação:

ı					Reversão/		
ı		2016	Provisão	Atualização	baixa	2017	
ı	Alteração da base de cálculo			•			
ı	da COFINS - Lei nº 9.718/1998	122.796	-	7.524	(15.030)	115.290	
ı	Alteração da base de cálculo						
ı	do PIS/PASEP - Lei nº. 9.718/1998	58.002	-	2.903	-	60.905	
ı	Imunidade tributária quanto ao FINSOCIAL no						
ı	período de dezembro de 1986 a março de 1990	5.023	-	149	-	5.172	
ı	Outras contingências e obrigações legais	2.065		48	(2.063)	50	
ı		<u>187.886</u>		10.624	(17.093)	<u> 181.417</u>	
ı	(ii) Para garantir as causas fiscais acima mencion	adas, o Ba	nco possui	depósitos jud	iciais no val	or de R\$	

119.953 (2016 - R\$ 114.122), contabilizados dentro do saldo de R\$ 123.842 (2016 - R\$ 117.418) da conta 'Outros créditos - Devedores por Depósitos em Garantia" (Nota 8 (b)).

ino quadro a seguir, estao apresentados os depositos judiciais	ias causas	nscais em a	nuamento.	
		2017		2016
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Alteração da base de cálculo da COFINS - Lei nº. 9.718/1998	115.290	52.386	122.796	49.666
Alteração da base de cálculo do				
PIS/PASEP instituído pela Lei nº. 9.718/1998	60.905	60.905	58.002	58.002
Imunidade tributária quanto ao FINSOCIAL				
no período de dezembro de 1986 a março de 1990	5.172	5.172	5.023	5.023
Outras contingências e obrigações legais	50	1.490	2.065	
	181.417	119.953	187.886	114.122
Mag processes indicinis relatives à COEINE a ca DIC/DA CED a	DDMCh		cão dos ovi	i aibilidadaa

Nos processos judiciais relativos à COFINS e ao PIS/PASEP, o BDMG busca a suspensão das exigibilidades dessas contribuições, nos termos editados pela Lei nº 9.718/1998 que, além de instituir a COFINS para as uessas communuços, nos termos cumatos pera Let il 9.716/1996 que, atem de instituir a COFINS para as instituições financeiras, ampliou a base de cálculo para a contribuição do PIS/PASEP ao estabelecer que o faturamento abrangesse a receita bruta operacional e não operacional. Em razão de decisões no curso do processo, o Banco efetuou depósito judicial, até a competência 12/2014, para cobertura das contribuições de COFINS sobre as receitas de serviços. A partir de 01/2015, com a entrada em vigor das alterações introduzidas pela Lei 12,973/2014, os recolhimentos do PIS/PASEP e da COFINS sobre todas as suas receitas em consecuente aces efectades en establementos do PIS/PASEP. receitas passaram a ser efetuados normalmente.

receitas passaram a ser efetuados normalmente.
As provisões fiscais e previdenciárias constituídas pelo Banco estão em consonância com a Circular BACEN nº 3.429/2010 que determina o reconhecimento no passivo das instituições financeiras das obrigações tributárias para as quais se discute, judicialmente, a constitucionalidade das leis que as instituiram, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes.
Os processos contingentes de ações fiscais e tributárias com valor relevante, avaliados com risco de perda possível e, portanto, não provisionados (Vide Nota 2.14), são os seguintes:

• Auto de infração lavrado pela Secretaria de Receita Federal referente a compensação crédito de base negativa de IRPJ relativo Ano-Calendário 2003 (DIPJ 2004). Até dezembro de 2016, o processo estava avaliado como perda remota, porém em decorrência de decisão dos membros do CARF em converter, por unanimidade, o julgamento em diligência, a avaliação de risco de perda, em junho de 2017, foi reclassificada para risco possível. O valor atualizado do auto é de R\$ 7.607 (2016 - R\$ 0).

• Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal em junho de 2010, relativo à divergência de

reclassificada para risco possível. O valor atualizado do auto é de R\$ 7.607 (2016 - R\$ 0).

*Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal em julho de 2010, relativo à divergência de apuração de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro liquido no período de 2005 a 2007. O valor atualizado do auto é de R\$ 9.849 (2016 - R\$ 9.345).

*Auto de infração lavrado pela Secretaria de Receita Federal referente a exclusões efetuadas pelo Banco na base de cálculo do RRPJ referente a fatos geradores dos anos de 1997 e 1998. Até dezembro de 2016, o processo estava avaliado como perda remota, porém em decorrência dos recursos interpostos pelo Banco terem sido negados conforme acordão do CARF, a avaliação de risco de perda foi reclassificada para possível. O valor atualizado do auto é de R\$ 57.680 (2016 - R\$ 0)

(iii) Provisão para outras obrigações tem a composição apresentada a seguir com as respectivas portantes de composição apresentada a seguir com as respectivas para outras obrigações.

A provisão para outras obrigações tem a composição apresentada a seguir, com as respectivas s ocorridas no período:

		Provisões			
	2016	registradas	Atualizações	(Baixas)	2017
Encargos sobre depósito		Ü	,	. ,	
compulsório no Banco Central (a)	41.065	-	5.801	(46.866)	-
Coobrigação assumida em					
operações de crédito cedidas à STN	4.360	587	-	(796)	4.151
Ações de natureza cível	7.217	376	-	(557)	7.036
Ações de natureza trabalhista	7.079	6.841	-	(1.642)	12.278
Honorários advocatícios	6.689	1.173	23	-	7.885
Fianças prestadas (b)	_8.787	15.284		(2.657)	21.414
	75 197	24 261	5 824	(52.518)	52 764

O Banco possui, registrada na conta Outros Créditos - Devedores por depósitos em garantia, a importância O Banco possul, registrada na conta Outros Creditos - Devedores por depositos em garantia, a importancia de R\$ 1.914 (2016 - R\$ 1.512) referente a depósitos para interposições de recursos associados ás causas trabalhistas e R\$ 1.973 (2016 - R\$ 1.783) para cobertura de risco com ações de natureza cível. As contingências trabalhistas e cíveis cujas perdas para o Banco foram classificadas como possíveis, e para as quais não há provisão totalizam, em 31 de dezembro de 2017, respectivamente, R\$ 2.970 (2016 - R\$ 712) e R\$ 278 (2016 - R\$ 990).

(a) O Banco aderiu ao Programa de Regularização de Débitos Não Tributários-PDR, previsto na MP 780/2017, regulamentado pela Portaria PG Bacen 94.301/2017, visando a quitação do débito, cujo mérito vinha sendo discutido judicialmente desde 04/09/2001, relativo a obrigação contabilizada como encargos vinna sendo discundo judicialmente desde 04/09/2001, renativo a otrigação contaminzada como entragos sobre depósito compulsório no Banco Central. O requerimento da adesão, evidenciando o cumprimento de todos os requisitos previstos na Portaria nº 94.301/2017, foi encaminhado ao Banco Central em 30 de agosto de 2017, data em que foi efetuada a baixa da provisão de contingência e reconhecida, como obrigação junto ao Banco Central, a importância de R\$15.718 referente ao parcelamento nos termos do PDR. Em 29/09/2017 o Banco Central deferiu a adesão requerida pelo BDMG.

(iv) Provisão para pagamentos a efetuar decorre dos seguintes compromissos:

A provisão para pagamentos a efetuar decorre dos seguintes compromissos:

	2017 _	2016
Férias, 13º salário e outros encargos	12.862	13.060
Participação dos empregados no resultado do exercício (PLR)	9	2.576
Outros	534	796
	13.405	16.432

(v) Passivos atuariais O saldo da provisão de passivos atuariais, detalhados na Nota 24, refere-se aos seguintes beneficios

patrocinados pero Banco.		
	2017 2016	
Passivo atuarial relativo ao Plano de Previdência Passivo atuarial relativo ao Programa de Promoção à Saúde (PRO - SAÚDE),	146.287 134.401	
plano de assistência médica e odontológica	116.233 132.457	
Passivo atuarial relativo ao seguro de vida	16.132 15.845	
	_278.652 _282.703	

(vi) O saldo da rubrica "Dotação para aumento de capital" refere-se ao percentual sobre retornos dos financiamentos contratados com o Fundo Estadual FUNDESE, para aumento do capital social aplicável ao programa CREDPOP, nos termos da Lei Estadual nº 13.667/2000.

(vii) O saldo de Credores diversos - País decorre, principalmente, de: saldo a pagar ao Banco Central em decorrência da adesão ao PDR mencionado na nota 14 a. (ii-a) R\$ 16.292 (2016 - R\$ 0); créditos de clientes a compensar-R\$ 3.838 (2016 - R\$ 3.306); e, valores a repassar ao Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI) R\$ 961 (2016 - R\$ 0).

(c) Sociais e estatutárias

A importância de R\$ 434 refere-se ao saldo residual de dividendos do exercício de 2016 ainda não pagos

aos actoristas.

(d) Fundos financeiros e de desenvolvimento

O montante de R\$ 64.856 (2016 - R\$ 70.146) refere-se, substancialmente, a recursos de fundos administrados pelo BDMG (fundos privados e fundos vinculados a órgãos oficiais), recebidos de clientes e ainda não transferidos aos fundos

14 Resultado de exercícios futuros O saldo de R\$ 11.534 (2016 - R\$ 12.406) refere-se ao valor líquido de impostos das comissões sobre operações de crédito, recebidas antecipadamente, e que são apropriadas de acordo com a fluência dos razos estipulados nos contratos

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social O capital social subscrito do BDMG, representado por 64.242.827.562 (2016 - 60.854.432.385) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, é de R\$ 1.906.151 (2016 - R\$ 1.894.396). No exercício de 2017 o capital do Banco teve as seguintes alterações:

no exercicio de 2017 o Capitat do Banco leve as seguintes atterações.

- aumento do capital aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2017, no total de R\$ 11.755, sendo R\$ R\$ 10.814 mediante utilização do lucro remanescente do exercício de 2016 (reserva especial de lucros) e o restante R\$ 941, subscrito e integralizado pelos acionistas; - integralização de R\$ 36.536 pelo acionista Estado de Minas Gerais, referente ao aumento do capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de agosto de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017, são acionistas do Banco: o Estado de Minas Gerais que detém o controle

Em 31 de dezembro de 2011, são acionistas do Banco: o Estado de Minas Certais que detem o controle do Banco, com 89,72% do capital social; a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMÍG, com 9,32% e que se tornou acionista a partir do último trimestre de 2012; a MGI - Minas Gerais Participações, com 0,95%, que se tornou acionista a partir de junho de 2017, mediante aquisição de parte das ações da CODEMÍG e, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais/DER-MG que é acionista desde 1990, quando o Banco se transformou de autarquia em sociedade anônima, com participação de 0.01½. om participação de 0,01%.

com participação de vortino.

(b) Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da reserva de lucros, no total de R\$ 18.865, era composto pela reserva

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo da reserva de lucros, no total de R\$ 8.051. A reserva especial de lucros,

""" Total de de lucros de lu especial de lucro no valor de R\$ 10.814 e reserva legal no valor de R\$ 8.051. A reserva especial de lucros, conforme relatado na Nota 15 (a), foi destinada a aumento de capital e o saldo da reserva legal foi utilizado para absorver parte do prejuizo gerado no exercício de 2017. (c) Ajustes de avaliação patrimonial

	2017	2016
Ajuste ao valor de mercado (i)	(4.069)	(7.295)
Outros ajustes de avaliação patrimonial (ii)	(103.301)	(146.429)
Total	(107.370)	(153.724)

(i) O ajuste ao valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, refere-se ao ajuste dos títulos classificados

na categoria títulos disponíveis para venda.

(ii) Outros ajustes referem-se ao reconhecimento dos custos inerentes à obrigação do Banco com os beneficios a empregados e que, por determinação do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Beneficios a Empregados, com vigência a partir de janeiro de 2013, devem ser ajustados no patrimônio, líquido de

(d) Lucros / (prejuízos) acumulados

O prejuizo de R\$ 177.531 apurado no exercício de 2017 (2016 - lucro de R\$ 11.063) decorreu, principalmente, dos efeitos no resultado do Banco das provisões constituídas sobre as operações de crédito no montante de R\$ 559.597 e de perda no valor recuperável das aplicações efetuadas pela BDMGTEO, no montante de R\$ 579.028, que se refletiram no Banco em decorrência da aplicação do método de equivalência

montante de KS 37.0.28, que se rentertara no Banco em decorrencia da aplicação do metodo de equivalencia patrimonial considerado para este investimento.

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% do lucro líquido do exercicio, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Para a remuneração do capital aos seus acionistas, o BDMG adota como prática distribuir dividendos ou

pagar juros sobre capital próprio condizente com o resultado apurado no exercício.

16 Gerenciamento de Capital

10 Gerenciamento de Capital O BDMG, em atendimento às determinações da Resolução CMN nº 3.988/2011, editou os normativos internos, Resolução nº 213 e Instrução nº 239, que definem a política e a estrutura necessárias ao gerenciamento do capital do Banco. Esses normativos traçam diretrizes visando assegurar que o capital, sem deixar de atender os requeriementos regulatórios estabelecidos, mantenha-se em niveis adequados de forma a possibilitar que o Banco, mesmo em diferentes cenários, consiga realizar as metas constantes de caus alegacimento estratérica. seu planejamento estratégico.

Os cenários considerados levam em conta as possíveis mudanças nas condições de mercado, as diferentes atividades operacionais e administrativas do Banco, o ambiente econômico no qual está inserido e os riscos

aos quais está exposto.

O Banco, em observância aos normativos supracitados e considerando as definições para o planejamento estratégico, as premissas para os cenários propostos e as projeções de resultados, elaborou o plano de capital para o periodo de 2018 a 2020. O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital do BDMG pode ser consultado no seguinte endereço: http://www.bdmg.mg.gov.br/Transparencia/Paginas/demonstracao-financeira.aspx.

A estrutura de gerenciamento de capital engloba o Diretor designado como responsável pelo gerenciamento de capital e o Comité de Riscos e Capital além das seguintes unidades da instituição: Gerência Geral de Controladoria, responsável pela elaboração do plano de capital e cálculo da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito e operacional e consolidação das informações referentes aos indicadores e requerimentos mínimos de capital; Gerência Geral de Riscos, responsável por realizar o cálculo da necessidade de capital para cobertura dos riscos de mercado; responsável por realizar o cálculo da necessidade de capital para cobertura dos riscos de mercado; responsável por descrever a estratégia da instituição; risco de mercado; Gerência Geral de Planejamento, responsável por descrever a estratégia da instituição; Gerência Geral de Administração Financeira, responsável pelas informações relevantes sobre as fontes de capital e Auditoria Geral, que deve avaliar periodicamente o processo de gerenciamento de capital da

instituição.

O Diretor responsável pelo gerenciamento de capital responde pelos procedimentos e controles relativos ao gerenciamento de capital e integra o Comitê de Riscos e Capital. Este Comitê é responsável pela avaliação das principais premissas que podem impactar o plano de capital e pela proposição de alterações com o objetivo de alcançar os níveis desejáveis de capital mínimo e respectivos indicadores.

17 Capital regulamentar

17 Capital regulamentar
As regras de mensuração do capital regulamentar determinam a obrigatoriedade das instituições financeiras em manter patrimônio compatível com o grau de risco de seus ativos, de acordo com fatores de ponderação de exposições, mitigadores de risco e fatores de conversão em crédito.

A Resolução CMN nº 4.192/2013, juntamente com um novo conjunto normativo, regulamentou no Brasil a partir de 01/10/2013 as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia relativa à estrutura de capital de instituições financeiras conhecidas por Basiléia III. O novo arcabouço apresentou a metodologia de apuração do capital regulamentar e de apuração da exigência de manutenção do capital com recuerimentos mínimos de PR. PR de nivel I e de capital principal.

requerimentos mínimos de PR, PR de nivel I e de capital principal.

A apuração do patrimônio de referência e o cálculo dos indices de capital do Banco estão demonstrados

	2017	2016
Patrimônio líquido	1.629.301	1.709.537
Patrimônio de referência nível I (PR nível I) ou Capital principal (CP) - (a) 1.609.749	1.704.325
Capital destacado para operações com o setor público - (b)	700.000	700.000
Patrimônio de referência (PR) - (a-b)	909.749	1.004.325
Total dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	6.419.312	6.768.722
Risco de crédito (RWAcpad)	5.520.046	5.762.076
Risco de mercado (RWAmpad)	235.435	569.890
Risco operacional (RWAopad)	663.831	436.756
Parcela de capital para cobertura do risco de taxa de juros		
da carteira não negociável (RWA Rban)	14.853	30.020
Patrimônio de referência mínimo	769.123	783.041
Índice de Basileia (PR/RWA)	14,17%	14,84%
Índice de Basileia amplo (PR/(RWA + RWA Rban))	13,83%	14,20%

18 Contas de resultado (a) Receitas de operações de crédito

		2017	2016
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de empréstimos e financiamentos	301.753	623.223	675.046
Créditos recuperados	161.049	173.873	46.807
•	462.800	797.096	_721.853
(b) D			

(b) Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e despesas de intermediação financeira

Estão apresentados a seguir: Itens (i) e (ii) - resultado bruto da intermediação financeira conforme consta na demonstração de resultado.

(i) Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos 2017

		2017	2016
	2°semestre	Exercício	Exercício
Rendas com títulos de renda fixa	25.911	70.254	101.224
Rendas de aplicações em operações compromissadas	15.790	22.570	39.094
Rendas/(perdas) em aplicações em fundos de investimento	3.355	7.368	(1.156)
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	164	766	617
Resultado com operações de swap	(3.870)	(18.058)	(163.234)
Outros	1.142	1.142	
	42.492	84.042	(23.455)
(ii) Despesas de intermediação financeira			
		2017	2016
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de letras financeiras	(9.964)	(30.264)	(81.673)
Despesas de letras de crédito do agronegócio	(8.146)	(10.690)	` -
Despesas de repasses BNDES e FĬNAME	(119.613)	(255.618)	(254.799)
Despesas de repasses - Outras Instituições	(10.812)	(18.806)	(14.186)
Despesas de empréstimos no exterior	(21.917)	(55.233)	(83.806)
Despesas de depósitos interfinanceiros e operações compromissadas	(1.541)	(1.569)	(7.790)

(310)

(310)(172.303) (372.490) (442.254)

(c) Despesas administrativas, despesas tributárias, outras receitas (despesas) operacionais (i) Outras despesas administrativas

Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento_

2° semestre Exercício (6.646) (11.811) (6.628) (8.393) (1.963) (3.700) (2.643) (5.145) (1.417) (2.772) (1.243) (2.035) (559) (1.175) (2.701) (5.373) 2016 Exercício (13.174) (3.989) (3.089) (4.139) (2.922) (2.171) (1.268) (4.723) (35.475) rviços de terceiros e técnicos especializados Despesas com publicidade e comunicações Despesas com publicidade e comunicações Despesas de processamento de dados Despesas de manutenção e materiais Despesas de viagens e transporte Despesas de aluguéis e infraestrutura

PIS e COFINS ISSQN Outras (iii) Outras receitas operacionais	2° semestre (8.970) (741) (4) (9.715)	2017 Exercício (17.885) (1.581) (639) (20.105)	2016 Exercício (19.616) (2.018) (1.236) (22.870)
Rendas de variação cambial (i)	2º semestre	2017 Exercício	2016 Exercício 152,249
Reversão de provisões diversas Receita de ajuste valor de mercado do objeto de hedge Receita de equivalência patrimonial Outras	39.423 3.647 3.378	44.555 8.992 - 4.656	10.907 37.640 3.089

(i) As rendas de variação cambial em 2016 decorreram, principalmente, da variação cambial sobre a operações de empréstimos e repasses no exterior.

(iv) Outras despesas operacionais

	2º semestre	Exercício	Exercício
Provisões para coobrigações em operações rurais	(36)	(481)	(220)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(13.377)	(19.039)	(20.918)
Despesa do convênio - INDI	(4.584)	(9.021)	(2.726)
Benefício pós-emprego - previdência	(4.928)	(10.351)	(12.628)
Beneficios pós-emprego - plano de saúde e seguro de vida	(6.818)	(13.464)	(12.564)
Outros benefícios de longo prazo	(147)	(280)	(422)
Despesa de convênio BDMG Cultural	(1.403)	(2.042)	(772)
Varíação cambial	` -		(20.678)
Despesa com bônus e desconto sobre operações de crédito	(3.826)	(7.098)	(7.215)
Despesas com descontos concedidos s/renegociações	(5.982)	(7.430)	(4.040)
Despesas com fianças prestadas	(7)	(15.253)	(12.065)
Taxas/Comissões Émpréstimos Exterior	(6)	(69)	(2.120)
Outras	(3.796)	(6.563)	(6.227)
	(44.910)	(91.091)	(102.595)
10.1			

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos
Os créditos fiscais diferidos apresentam os seguintes saldos:

provisões das quais se originou:

2017 544.605 3.679 Adições temporárias (i) Ajuste a valor de mercado (Títulos e valores mobiliários) Crédito de PIS/COFINS (i) Em virtude da publicação da Medida Provisória 675/2016, convertida na Lei 13.169/2016, que elevou

a aliquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 15% para 20% durante o período de 01/09/2016 a 31/12/2018, fez-se necessário proceder ao ajuste dos valores contabilizados de crédito tributário de CSLL no exercício de 2016.

tributario de CSLL no exercicio de 2016.

No entanto, devido à majoração da alíquota ter prazo definido, o adicional de 5% não foi contabilizado sobre o saldo total de diferenças temporárias apurado no período, mas apenas sobre o saldo a realizar, projetado até a data-limite de 31/12/2018.

O quadro a seguir apresenta a composição do crédito tributário de adições temporárias relacionadas às requirês a critica composição do crédito tributário de adições temporárias relacionadas às requirês a critical composição do credito tributário de adições temporárias relacionadas às requirês a critical composição do credito tributário de adições temporárias relacionadas às requirês a critical composição do credito tributário de adições temporárias relacionadas às requires a critical composição do credito tributário de adições temporárias relacionadas às requires a critical composição do credito tributário de adições temporárias relacionadas às requires a critical composição do credito tributário de adições temporárias relacionadas às requires a critical composição do credito tributário de adições temporárias relacionadas às requires a critical composição do credito tributário de adições temporárias relacionadas as requires a critical composição do credito tributário de adições temporárias relacionadas as requires a critical composição do credito tributário de adições temporárias relacionadas as requires a critical composição do credito tributário de adições temporárias relacionadas as requires a critical composição do credito tributário de adições temporárias relacionadas as requires a critical composição do credito tributário de adições temporárias relacionadas as requires a critical composição do credito de c

	2017	2016
Créditos de liquidação duvidosa	363.914	228.400
COFINS - (alteração da base de cálculo da Lei nº 9.718/1998)	35.627	39.717
Depósito Compulsório no Banco Central (encargos financeiros)	-	16.426
Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais	10.735	9.438
Alteração da base de cálculo do PIS/PASEP instituído pela Lei nº 9.718/1998	10.203	10.203
Benefício pós-emprego	112.854	70.302
Coobrigação junto à ŠTN	1.669	1.774
Outras	9.603	6.003
Total	544.605	382.263

O aumento no valor do crédito tributário no período se deve principalmente ao aumento das provisões de oraditates de liquidação duvidosa.

As movimentações dos créditos tributários no período estão apresentadas no que

Total 382.263 365.690

Reversão (203.348)(9) (205.671 Saldo em 31/12/2017 544.605 O registro dos créditos tributários do BDMG, efetuado em conformidade com a Resolução CMN nº

O registro dos creditos tributarios do BDMO, retuado em conformidade com a resouçado CMD na 3.059/2002 alterada pela Resolução 3.355/2007, considera, em até 10 anos, a expectativa para sua realização, em razão dos resultados fiscais positivos presentes na projeção de resultados que podem sofrer alterações, uma vez que é estimada com base em premissas internas e cenários econômicos futuros. A recuperação provável dos créditos tributários decorrentes de adições temporárias está demonstrada a compania Valor presente.

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
Ano:		
2018	147.432	140.060
2019	111.398	96.198
2020	65.075	51.082
2021	36.066	25.735
2022	73.860	47.908
2023	29.932	17.648
2024	21.618	11.586
2025	21.179	10.318
2026	18.822	8.336
2027	19.223	7,739
Total	544.605	416.610
O d d d	1. 0 6	

O valor presente dos créditos tributários foi obtido por meio de desconto do fluxo futuro de recuperação pela taxa média de captação dos recursos de repasses contratados pelo BDMG no valor de 10,01% a.a. (2016 - 14,31% a.a.).

(2010 - 14,5170 a.a.).				2017		2016
	2	Semestre		Exercício	* .	Exercício
	Imposto	Contri- buição	Imposto	Contri- buição	Imposto de	Contri- buição
	de renda	social	de renda	social	renda	socia
Lucro antes do imposto de renda e	!					
da contribuição social	(178.659)	(178.659)	(270.376)	(270.376)	54.370	54.370
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(15.000)	(15.000)
Adições (exclusões) líquidas						
Constituição de provisão de						
contingências, líquida de reversões.	(24.753)	(24.753)	(21.295)	(21.295)	19.827	19.827
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	-	-	12	12
Constituição da provisão para						
créditos de liquidação duvidosa e						
recuperação de créditos baixados						
como prejuízo, líquidos	243.550	243.550	406.055	406.055	130.133	130.133
Perdas efetivas de crédito	(22.673)	(22.673)	(61.401)	(61.401)	(91.433)	(91.433)
Constituição de provisão de benefício						
pós-emprego (líquido de reversões)	(15.824)	(15.824)	(4.911)	(4.911)	20.704	20.704
Participação estatutária no lucro					(4.067)	(4.067)
Resultado de equivalência patrimonia		57.052	57.052	57.052	(19)	(19)
Outros	(1.418)	(1.573)	12.149	11.848	1.698	1.409
Base de cálculo	57.275	57.120	117.273	116.972	116.225	115.936
Imposto conforme alíquota efetiva	(8.592)	(11.424)	(17.591)	(23.394)	(17.434)	(23.187)
Adicional do imposto de renda	(5.715)		(11.703)		(11.599)	
Incentivos fiscais	1.564		1.960		2.001	
Subtotal de imposto de renda e	(10.742)	(11.404)	(27.224)	(22.204)	(27.022)	(22.107)
contribuição social devidos	(12.743)	(11.424)	(27.334)	(23.394)	(27.032)	(23.187)
Provisão para impostos diferidos	-	-	-		-	
Ajuste de valores devidos em anos anteriores						
Total de provisão de Imposto de						
renda e contribuição social devidos	(12.742)	(11.424)	(27.224)	(22.204)	(27.022)	(22.107)
Constituição de créditos fiscais	(12.743)	(11.424)	(27.334)	(23.394)	(27.032)	(23.187)
diferidos (líquido de reversões) sobre	44.253	17.369	91.840	51.733	18,609	8,480
diferenças temporárias Imposto de renda e contribuição		17.309	91.040	31./33	10.009	0.400
social na demonstração do resultado	31 510	5 0 4 5	64 506	28 320	(8.423)	(14.707)
(i) O Banco, no exercício de 2016, opt						
(1) O Banco, no exercicio de 2016, opt						

obrigações, na base de cálculo dos tributos federais, pelo regime de competência, nos termos do art. 30 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. Por esse motivo, não há adições/exclusões das despesas/receitas de variações cambiais na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, no período átual

20 Partes relacionadas

2016

O BDMG realizou, no exercício, as seguintes transações com partes relacionadas:

Estado de Minas e empresas controladas direta e indiretamente:

Estado de Minas Gerais - prestação de serviços como agente financeiro dos fundos estaduais, sendo a comissão recebida pelo Banco parte integrante dos encargos financeiros dos contratos de financiamentos

Concedidos com os recursos dos fundos;

Fundação João Pinheiro, instituição pública vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

O Banco, conforme estabelecido no seu estatuto social e, em conformidade com a Lei Estadual nº 11.050/1993, está autorizado a doar 5% do lucro líquido do exercício à Fundação.

Continuação



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG CNPJ 38.486.817/0001-94

MINAS GERAIS

DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO

O BDMG mantém, com ônus, um empregado cedido para a Fundação. A despesa do Banco com esta cessão, no exercício monta em R\$ 185 (2016 - R\$ 238); Empresas relacionadas com o BDMG

Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI), pessoa jurídica de direito privado, na

• Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI), pessoa jurídica de direito privado, na forma de sociedade simples sem fins lucrativos, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. O INDI se constitui em empresa coligada do BDMG que participa com 50% de suas cotas, conforme estabelecido na Lei Estadual 22.287, de 14 de setembro de 2016, que alterou a participação anterior de 25%. O Banco cumpre esse compromisso mediante cessão de empregado e aportes financeiros. No exercicio as despesas com o INDI totalizam R\$ 9.021 (2016 - R\$ 2.725).
• BDMGTEC Participações S.A., subsidiária integral criada pelo BDMG em 2012, com o objetivo de participar no capital de empresas de relevante interesse para o desenvolvimento do Estado de Minas. Em 31 de dezembro de 2017 a participação do Banco no capital da BDMGTEC é de R\$ 31.883 (2016 - R\$ 84.314). No decorrer de 2017 o BDMG aportou R\$ 4.621 para aumento de capital da empresa. Todavia, a perda no valor recuperável (impairment) dos investimentos efetuados pela BDMGTEC, no montante de R\$ 57.028 ocasionou a redução do valor da participação do Banco na sua subsidiária.

ocasionou a redução do valor da participação do Banco na sua subsidiária.

• DESBAN - Fundação BDMG de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, é patrocinada pelo BDMG que, conforme detalhado na Nota 24, efetuou desembolsos à Fundação objetivando atender aos beneficios previdenciários e de saúde de seus empregados. O BDMG tem empregados cedidos à DESBAN que area com o custo desses empregados;

• O Instituto Cultural Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG Cultural, associação civil por la composição de Desiguação de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG Cultural, associação civil por la composição de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG Cultural, associação civil por la composição de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG Cultural, associação civil por la composição de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG Cultural, associação civil por la composição de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG Cultural, associação civil por la composição de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG Cultural, associação civil por la composição de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG Cultural, associação civil por la composição de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG Cultural, associação civil por la composição de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG Cultural, associação civil por la composição de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG Cultural, associação civil por la composição de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG Cultural, associação civil por la composição de Desenvolvimento de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG Cultural, associação civil por la composição de Desenvolvimento de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG Cultural, associação civil por la composição de Desenvolvimento de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG Cultural, associação civil por la composição de Desenvolvimento de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG Cultural, associação de Desenvolvimento de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG Cultural, associação de Desenvolvimento de Minas Gerais

fins lucrativos, foi instituído pelo BDMG conjuntamente com a Associação dos Funcionários do BDMG - AFBDMG para a criação de um espaço estimulador da cultura em Minas Gerais. O Banco mantém o BDMG Cultural mediante cessão de empregados sem ônus e contribuições ao Instituto. **Pessoas Físicas**

As pessoas físicas, partes relacionadas, que compõem o pessoal-chave da Administração do BDMG são integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva e receberam, no período, honorários com a seguinte composição:

Remuneração (inclusive encargos sociais e benefícios) Contribuição aos planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego Total 4.250

21 Cobertura de seguros (não auditado)
O Banco, para fazer face, a eventuais sinistros que possam ocorrer com os bens do ativo imobilizado, mantém seguro no valor de R\$ 51.700 (2016 - R\$ 51.700).

22 Gestão de risco

22 Gestato de l'isco. Política de gestão de riscos financeiros A Gestão de Riscos alinhada às diretrizes estratégicas se compromete com os padrões éticos de conduta e confiabilidade do Banco. Sempre visando a convergência das metodologias e modelos internos aos Acordos de Basiléia e ao atendimento às recomendações oriundas dos Órgãos Reguladores, alinhada com

Acordos de Basiléia e ao atendimento às recomendações oriundas dos Órgãos Reguladores, alinhada com às melhores práticas de gestão de riscos.

A missão da Gestão de Riscos no BDMG é gerir os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e socioambiental e de conformidade, tendo como objetivos a mitigação desses riscos e a otimização da eficácia operacional e dos seus resultados. Assim, são adotadas práticas adequadas à natureza e às especificidades das operações do Banco. As referidas práticas estão sendo aprimoradas em atendimento à Resolução 4,557/2017 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a Gestão Integrada de Riscos. A estrutura de governança composta por Conselho de Administração, Comité de Auditoria, Auditoria Interna, Auditoria Independente, Diretoria Executiva, Diretoria de Risco e Gestão Corporativa, Gerência Geral de Riscos e Controles Internos, e demais unidades (responsabilidade primária relativa aos coneracionais, conformidade e controles implementados), foi aprimorada com a implantação do Comité operacionais, conformidade e controles implementados), foi aprimorada com a implantação do Comitê de Riscos e Capital.

Risco de crédito Apolítica de gestão de risco de crédito estabelece limites de exposição ao risco de crédito por cliente, grupo econômico e de acompanhamento da qualidade da carteira de crédito; alçadas decisórias e critérios de análise e acompanhamento de crédito, buscando a seletividade das operações, com o objetivo de minimizar a inadimplência e seus desdobramentos.

a madimpiencia e seus desdooramentos.

Risco operacional

A Política de Gerenciamento do Risco Operacional, em observância à Resolução CMN nº 4.557/2017, estabelece papéis, responsabilidades e metodologia própria para o processo de gestão de risco operacional do BDMG, envolvendo a análise qualitativa, avaliação quantitativa e monitoramento.

Risco de conformidade A Política de Gerenciamento do Risco de Conformidade, em observância à Resolução CMN nº 4.595/2017, A Folinca de Gerenciamento do Risco de Conformadae, em oservancia a resolução CMN nº 4.595/2017, estabelece papies e responsabilidades no processo de gestão do risco de conformidade do BDMG, com o objetivo de garantir que a atuação do banco esteja aderente à regulação interna e externa.

objetivo de garanti Risco de liquidez

Rusco de Inquidez

A política de gestão do risco de liquidez estabelece papéis e responsabilidades, limites de exposição e níveis
de reporte, visando preparar o Banco para suportar cenários adversos, considerando diferentes horizontes
temporais. Dispõe sobre as situações de acionamento do plano de contingência, que contempla o conjunto
de estratégias e medidas a serem tomadas, visando o reenquadramento aos limites fixados. Também o
previstos pela política o monitoramento dos planos de ação definidos e o reporte de seus resultados à Alta Risco de mercado

A Política de Gestão de Risco de Mercado estabelece papéis e responsabilidades, limites operacionais e níveis de reporte e os meios que devem ser trabalhados para minimizar os efeitos desse risco em suas demonstrações financeiras, fluxos de caixa e adequação aos limites de exposição ao risco. Risco Socioambiental A Política de Responsabilidade Socioambiental estabelece papéis, responsabilidades, metodologia própria

para identificação e avaliação de risco socioambiental e critérios de análise e acompanhan As descrições das estruturas de gerenciamento desses riscos, bem como demais informações sobre a gestão estão disponibilizadas no site do BDMG (http://www.bdmg.mg.gov.br).

23 Administração de fundos de desenvolvimento (Não auditado)

O Banco mantém estrutura dedicada à administração de fundos de desenvolvimento. Os saldos referentes aos patrimônios dos fundos apresentam os seguintes valores:

	2017	2016
Fundos estaduais	3.794.350	3.780.326
Fundos privados	30.537	290
Demais fundos	73.783	60.706
	3.898.670	3.841.322

O BDMG, conforme citado na Nota 2.16, concede a seus empregados os seguintes beneficios pós-emprego: beneficios previdenciários, assistência médica e odontológica, seguro de vida e, até maio de 2017, concedia também, beneficio relacionado ao Programa de Desligamento Voluntário.

A contabilização desses beneficios é efetuada de acordo com o CPC 33 (R1) - Beneficio a Empregados que

requer, para fundamentar os registros dessas obrigações, a realização de estudo atuarial. O estudo atuarial vigente foi realizado para a data-base de 31/12/2017.

(a) Características dos planos de benefícios

(a) cara acteristica vois planos de peneticios (i) Beneficio previdenciário O BDMG é patrocinador dos planos previdenciários na modalidade beneficio definido e na modalidade O BDMG e patrociandor dos pianos previdenciarios na modalidadae beneficio denindo e na modalidado contribuição variável que são administrados pela DESBAN - Fundação BDMG de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos. O objetivo de ambos os planos é assegurar aos empregados participantes e seus beneficiários a complementação do valor das prestações pagas pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Plano previdenciário na modalidade de beneficio definido

Este plano, fechado para novas adesões em 10 de novembro de 2011, se baseia em regime financeiro

l'activation de capitalização para továs acasses en 10 de novembro de 2011, so sacra en regime manetorio de capitalização para o cálculo e acumulação de suas reservas, que decorrem das contribuições dos participantes e do patrocinador, cuja contribuição se limita ao total das contribuições normais dos participantes, observando as particularidades de cada um, em conformidade com a paridade contributiva prevista na Emenda Constitucional nº 20/1998. Também é necessário, em relação a este plano, observar o artigo 29 da Resolução CGPC (Conselho de Gestão da Previdência Complementar) nº 26, de 29 de setembro de 2008, que estabelece a obrigatoriedade de que o resultado deficitário no plano seja equacionado pelos participantes (ativos, assistidos e pensionistas) e patrocinadores, respeitando a proporção quanto às contribuições normais ocorridas no exercício em que se apurar o déficit. No exercício de 2015, o plano de beneficio definido patrocinado pelo BDMG apresentou o seguinte déficit

tecilico a sei equacionado			
	Valor do	Valor do equacionamento	Valor do equacionamento
	equacionamento	em 31/12/2016 no	em 31/12/2017 no
	em 2015 na Desban	Patrocinador (*)	Patrocinador (*)
Valor do equacionamento	28.136	31.844	33.574
Parcela Patrocinador	14.068	15.922	16.787
Parcela Participantes	14.068	15.922	16.787
Prazo de equacionamento		2017 a 2036	2018 a 2036
(*) Valor do aquacionam	ento definido de acord	a aam a fluva da nacciva da	contodo o volor procento de

ordo com as premissas definidas na avaliação atuarial do BDMG de dezembro de 2016 e 2017

O Banco ao considerar a melhor estimativa a ser adotada para o registro contábil referente ao valor de equacionamento do déficit, se pautou no arcabouço legal e normativo necessário para se apurar o passivo contábil atuarial de entidade de natureza pública patrocinadora de plano de previdência complementar. Assim, ficou estabelecido para o equacionamento o rateio de forma paritária entre participantes (exatos 50%) e patrocinadores (exatos 50%), sendo reconhecida no passivo do Banco a parcela de déficit atuarial

de sua responsabilidade como patrocinador.

Essa condição foi acatada pelo Conselho Deliberativo da DESBAN conforme registrado na ata da 282º reunião, realizada no dia 27/11/2016: "forma paritária de rateio entre participantes (exatos 50%) e patrocinadores (exatos 50%) será considerada não só para o presente Plano de Equacionamento, mas ambém para outros eventuais planos de equacionamento de déficits que se tornarem necessários no futuro,

contanto que prevaleça vigente a mesma base legal e regulatória".

Plano na modalidade contribuição variável

Criado em 13 de janeiro de 2011, este plano se constitui em um plano de contribuição definida na fase de formação da poupança, transformando-se em beneficio definido, pela garantia de uma renda mensal vitalícia após a concessão.

A contribuição do BDMG para este plano também se limita ao total das contribuições normais dos participantes, em conformidade com a paridade contributiva prevista na Emenda Constitucional nº 20/1998. O número de participantes do BDMG nos planos previdenciários está distribuído conforme se segue:

DI.	31/12/2017 31/12	<u>/2016</u>
Planos: Beneficio Definidos - BD Participantes ativos	234	246
Beneficio Definidos - BD Participantes assistidos	531	525
Contribuição Variável - CV Participantes ativos		73
Total	837	844

(ii) Benefício de assistência médica e odontológico O Programa de Promoção à Saúde (PRO-SAÚDE) oferece cobertura para despesas médicas e odontológicas aos empregados participantes ativos e seus dependentes, conforme consta da Nota 2.16, é gerido pela DESBAN e funciona sob o regime de capitalização. Este beneficio também é assegurado pelo Banco aos participantes assistidos que se inscreveram no plano, na qualidade de ativos, até 10/10/2009.

(iii) Seguro de vida

O BDMG patrocina seguro de vida em grupo aos empregados ativos e assistidos que têm interesse nesse tipo de beneficio. A contribuição do Banco corresponde a 50% do valor do prêmio pago.

(iv) Programa de desligamento voluntário

(iv) Programa de destigamento voluntario
Objetivando beneficiar os empregados em condição de se aposentarem e que atendem os requisitos
estabelecidos, o Banco implantou este Programa em de junho de 2011 e o encerrou em janeiro de 2016. O
Programa foi novamente aberto em abril de 2017 com encerramento em maio de 2017.
(b) Compromissos do Banco com os planos de beneficios
No cumprimento das obrigações com os planos de beneficios, o BDMG realizou as seguintes contribuições

para os empregados ativos e assistidos:

	2017	2016
Plano de Beneficios Previdenciários - (BD)	11.183	9.874
Plano de Beneficios Previdenciários - (CV)	544	523
Programa de Promoção à Saúde PRÓ-SAÚDE	6.148	5.526
Seguro de Vida em Grupo	1.255	914
Programa de desligamento voluntário	935	
Total	20.065	16.837
(i) Mayimentações de valor presente de obrigaçõe com banefício definido		

Em 31 de dezembro de 2017, os valores líquidos das obrigações com os planos de benefícios definidos

conforme CPC 33 (R1) decorreram das seguintes movimentações no período:					
	Plano de	Programa de	Seguro		
		Promoção à	de Vida		
	Previdenci-		em	de Desli-	
	<u>ários -BD</u>		<u>Grupo</u>	gamento	Total
(Passivo) líquido em 31/12/2016	(180.445)	(132.457)	(15.845)		(328.747)
Parcela dos Participantes no superávit					
(-)/déficit (+)	46.044				46.044
(Passivo) líquido registrado em 31/12/2016					
(1)	(134.401)	(132.457)			(282.703)
Custo do serviço corrente	(5.665)	(1.944)	(156)		(7.765)
Custo líquido dos juros	(12.681)	(12.894)	(1.565)	(0.0.0)	(27.140)
Custo do Serviço Passado				(935)	(935)
Contribuições esperadas para despesas		(2.154)			(2.154)
administrativas	11.023	(2.154) 4.570	1.158	935	(2.154) 17.686
Contribuições patrocinador	11.023	4.570	1.138	933	17.080
Remensurações (*) Retorno sobre ativos do plano, excluindo					-
juros	31.881	1.287			33.168
Ganho atuarial - Mudanças de premissas	31.001	1.207			33.106
(Econômicas e Demográficas)	(6.123)				(6.123)
(Perda) atuarial - Mudanças de premissas	(0.123)				(0.123)
(taxa de desconto)	(43.275)	(8,699)	(580)		(52.554)
(Perda) atuarial - Mudanças de premissas	(43.273)	(0.077)	(500)		(32.334)
(cresc. Salarial e turnover)			1		1
(Perda) atuarial - Mudanças de premissas					
(tx custo médico)		17.338			17.338
Ganho / (Perda) atuarial - Ajustes de					
experiência	11.295	18.720	855		30,870
Compartilhamento de Risco	1.640				1.640
Outros - Contribuições Extraordinárias	19				19
(Passivo) líquido registrado em 31/12/2017	,				
(1)	(146.287)	(116.233)	(16.132)		(278.652)
• •	Plano de	Programa de	Seguro		

		Programa de	Seguro	
	Beneficios	Promoção à	de Vida	Programa
	Previdenci-	Saúde PRO-	em	de Desli-
	<u>ários -BD</u>	SAÚDE	<u>Grupo</u>	gamento Total
(Passivo) líquido em 31/12/2015	(101.508)	(103.815)	(9.922)	
Custo do serviço corrente	(3.526)	(1.463)	(86)	(5.075)
Custo líquido dos juros	(15.066)	(12.890)	(1.176)	(29.132)
Contribuições esperadas para despesas				
administrativas	-	(1.243)	-	(1.243)
Contribuições patrocinador	9.770	4.084	892	14.746
Remensurações (*)				-
Retorno sobre ativos do plano, excluindo				
juros	83.352	3.802		87.154
Ganho atuarial - Mudanças de premissas				
(crescimento salarial e turnover)	785		(71)	714
(Perda) atuarial - Mudanças de premissas				
(taxa de desconto)	(150.373)	(29.448)	(1.669)	(181.490)
Ganho / (Perda) atuarial - Ajustes de				
experiência	(19.801)	8.516	(3.813)	(15.098)
Contribuições Extraordinárias (Ativos				
e assistidos)	15.922			
(Passivo) líquido em 31/12/2016	(180.445)	(132.457)	<u>(15.845)</u>	
Parcela dos Participantes no superávit				
(-)/déficit (+)	46.044			46.044
(Passivo) líquido registrado em 31/12/2016	5			
(1)	(134.401)	(132.457)	(15.845)	
(*) As remensurações em obrigações de b	enefícios a e	mpregados são	registrada	s em Outros Ajustes de
Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líqui				, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,
40 TT 1			. (.) ().	

(ii) Valores reconhecidos no Resultado As despesas com os planos de benefícios definidos estão detalhadas no quadro a seguir:

	Plano de Benefícios	Programa de Promoção à	Somero do		
	Previdenciários	Saúde PRO-		Programa de	
	-BD	SAÚDE	Grupo	desligamento	Total
Custo do serviço corrente	(5.665)	(1.944)	(156)	Ü	(7.765)
Custo líquido dos juros	(12.681)	(12.894)	(1.565)		(27.140)
Contribuições esperadas para					
despesas administrativas	-	(2.154)	-	(025)	(2.154)
Custo do serviço passado				(935)	(935)
(Despesa) reconhecida na	(18.346)	(16.992)	(1.721)	(025)	(27.004)
demonstração do resultado (*)	(18.340)	(16.992)	(1.721)	$\overline{}$	(37.994)
	- DI 1			3]	/12/2016
		Programa de			
	Beneficios	Promoção à		D 1	
	Previdenciários	Saúde PRO- SAÚDE		Programa de	Tr. 4.1
Custs de semiles sements	-BD			<u>desligamento</u>	
Custo do serviço corrente Custo líquido dos juros	(3.526) (15.066)	(1.463) (12.890)	(86) (1.176)	-	(29.132)
Contribuições esperadas para	(13.000)	(12.090)	(1.170)		(29.132)
despesas administrativas		(1.243)			_(1.243)
(Despesa) reconhecida na		(1.212)			-(1-2-1-2-)
demonstração do resultado (*)	(18.592)	(15.596)	(1.262)		(35.450)
(i) O registro contábil das despesas	foi feito da segu	inte forma: R\$	14.179 (201	6 - R\$ 10.258)	na conta
"Despesas de pessoal" e R\$ 23.815					
	(2016 - K\$ 20.552	na conta "Ou	tras despesa:	s oberacionais .	

As contribuições mensais do patrocinador para o Plano de Beneficios Previdenciários na modalidade Contribuição Variável - CV, no período de janeiro a dezembro de 2017, totalizam R\$ 538 (2016 - R\$ 523). Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

(c) Estudos atualizados de Asobrigações atuariais foram avaliadas por atuário independente pelo Método de Crédito Unitário Projetado e estão vigentes os estudos elaborados para data-base de 31 de dezembro de 2017.

(i) Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial Em 31 de dezembro, a apuração dos valores líquidos das obrigações com os planos de beneficios definidos conforme CPC 33 (R1), reconhecidos no balanço patrimonial são:

				2017
		Programa de		
	Benefícios			
	Previdenciários		vida em	
	BD	SAUDE	Grupo	Total
Obrigação com benefício definido	(1.097.730)	(141.450)	(16.132)	(1.255.312)
Ativos do plano	899.452	25.217		924.669
(Passivo) atuarial líquido	(198.278)	(116.233)	(16.132)	(330.643)
Parcela do Patrocinador com contribuições				
futuras	(77.509)			(77.509)
Parcela do Patrocinador com equacionamento	,			, ,
déficit 2015	(16.787)			(16.787)
Parcela do Patrocinador no superávit/déficit	(51.991)			(51.991)
(Passivo) líquido registrado em 31/12/2017 (1)	(146.287)	(116.233)	(16.132)	(278.652)

	Plano de	Programa de		2016
			Seguro de vida em	
	-BD	SAÚDE	Grupo	Total
Obrigação com beneficio definido	(1.016.272)	(155.096)	(15.845)	(1.187.213)
Ativos do plano	835.827	22.639		858,466
(Passivo) atuarial líquido	(180.445)	(132.457)	(15.845)	(328.747)
(Passivo) atuarial líquido Parcela do Patrocinador com contribuições				
futuras	(72.435)			(72.435)
Parcela do Patrocinador com equacionamento				(,
déficit 2015	(15.922)			(15.922)
Parcela do Patrocinador no superávit/déficit	(46,044)			(46.044)
(Passivo) líquido registrado em 31/12/2016 (1)	(134.401)	(132.457)	(15.845)	(282,703)
(ii) Alocação do valor justo dos ativos do plan	0			

Os ativos dos planos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão alocados por categoria

Ü	Plano de Benefícios Previdenciários -BD	31/12/2017 Programa de Promoção à Saúde PRO- SAÚDE	Plano de Benefícios Previdenciários -BD	31/12/2016 Programa de Promoção à Saúde PRO- SAÚDE
Categoria de ativos:				
Títulos públicos	51,57%	32,65%	51,33%	68,76%
Créditos privados e depósitos	3,90%	53,77%	3,45%	16,15%
Fundos de investimentos referenciados	0,00%		0,00%	
Ações e fundos de ações	6,22%		3,73%	
Investimentos imobiliários	4,38%		4,52%	
Empréstimos e financiamentos	1,24%		1,52%	
Multimercado	4,65%		0,00%	
Fundos de Participações	6,33%		5,16%	
Renda Fixa	12,67%		18,85%	
Outros	9,05%	13,58%	11,44%	15,09%
(iii) Principais Premissas Utilizadas n	a Avaliação Atua	rial		

Os estudos atuariais que apresentam as obrigações do RDMG em dezembro de 2017 e de 2016 estão

Os estudos atuariais que apresentar	n as obrigações do BDMG em de	zembro de 2017 e de 2016 estão
embasados nas seguintes premissas:	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de desconto nominal para	31/12/2017	31/12/2010
a obrigação atuarial	9,599%	10,528%
Taxa nominal anual esperada de		
retorno dos investimentos	9,599%	10,528%
Inflação anual futura estimada	4,01%	4,53%
Taxa nominal de crescimento		
salarial futuro:	6.650/	7.500/
BDMG (PCS)	6,65%	7,50%
BDMG (CC)	4,53%	5,02%
Projeção anual do crescimento real das despesas médicas (1)	3,00%	3,50%
Rotatividade:		
Menos de três anos de tempo de serviço.		
Acima de três anos.		
Até 39 anos de idade	4,30%	4,40%
A partir de 39 anos de idade	0,30%	0,30%
	AT-2000 (tábua Basic	AT-2000 (tábua Basic
	suavizada em 10%)	suavizada em 10%)
Tábua de Mortalidade Geral	desagravada em 10% e segregada por sexo.	desagravada em 10% e segregada por sexo.
Tuoda de Moramado Gerar	Álvaro Vindas desagravada	Álvaro Vindas desagravada
Tábua de Entrada em Invalidez	em 70%.	em 70%.
Tábua de Mortalidade de		Winklevoss desagravada
Inválidos	Winklevoss desagravada 50%.	50%.
Composição de famílias	"Ativo: Família Padrão	Ativo: Família Padrão
pensionistas	Assistido: Família real."	Assistido: Família real.
Expectativa de vida para cálculo do fator previdenciário	Tábua IBGE 2015.	Tábua IBGE 2014.
calculo do lator previdenciario	Tabua IBGE 2013.	Todos os participantes
	Todos os participantes se	se aposentam na
Outras Hipóteses	aposentam na 1ª elegibilidade;	1ª elegibilidade;
Outras Impoteses	Crescimento salarial nulo	Crescimento salarial nulo
	para os participantes	para os participantes
-	autopatrocinados. " Dos Salários: 0,8623%	autopatrocinados. Dos Salários: 0,5208%
	(variação acumulada do IPCA	(variação acumulada do IPCA
	de 09/2017 a 11/2017) - Data	de 09 a 11/2016) - Data base
Provisão de atualização	base do reajuste setembro.	do reajuste setembro.
monetária	Dos Beneficios concedidos:	Dos Benefícios concedidos:
	1,3768% (variação acumulada do IPCA de 05/2017 a	2,6377% (variação acumulada do IPCA de
	11/2017) - Data base do	05/2016 a 11/2016) - Data
	reajuste maio.	base do reajuste maio.
(1) Anligával comenta do Dlana do C		

31/12/2017

ocorra alterações nas seguintes premissas atuariais

(iv) Sensibilidade da obrigação de benefício definido

As mudanças nas premissas que fundamentam os estudos atuariais podem ter efeitos no valor da obrigação de beneficio definido. O quadro a seguir apresenta, em termos percentuais, como a obrigação de beneficio definido é afetada caso

					Pre	missa aiterada
		Decréscimo	Desagrava-	Acréscimo		Acréscimo de
	Acréscimo	de 0,5%	mento da	de 1% na	Acréscimo de	1% na taxa
	de 0,5%	a.a. na	tábua de		0,01% na taxa	de tendência
	a.a. na taxa	taxa de	mortalidade	crescimento	do prêmio do	dos custos
	de desconto	desconto	em 1 ano	salarial	seguro	médicos
Plano de Benefi-					_	
cios Previdenciá-						
rios - BD	(5,30%)	5,90%	2,00%	1,40%	N/A	N/A
Programa de						
Promoção à						
Saúde PRO-						
-SAÚDE	(6,79%)	7,62%	3,26%	-	N/A	26,95%
Seguro de Vida						
em Grupo	(4,84%)	5,30%	2,26%	-	3,27%	N/A
Programa de	27/1	27/1	27/1	27/1	27/1	27/4
desligamento	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
(v) Fluxo de Cai						
Os estudos atuari						ites estimativas
de pagamentos de	e beneficios e	de contribuiçõ	ies do patrocina	ador para o exe	ercício de 2018:	

Plano de Programa de Seguro Benefícios Promoção à de vida Plano de Plano de Benefícios Benefícios Previdenci- Previdenciem Programa de Saúde PRO-SAUDE Gruno desligamento ários -BD ários -CV Total Pagamentos de beneficios 72,446 8.093 1.153 81.692 esperados Contribuições esperadas do

565

25 Eventos subsequentes

Objetivando a redução de despesas, a Administração do BDMG, aprovou as seguintes medidas para 2018: 1. Plano de Demissão Voluntária (PDV) para 33 funcionários elegíveis e licença sem remuneração de 1 (um) ano, renovável por mais 1 (um) ano, para até 20 funcionários. Com a adesão esperada às duas medidas estima-se uma redução de custos da ordem de RS 3,3 milhões em 2018 e de RS 15,6 milhões em 2019, já considerando o custo de implementação do PDV.

11 746

2. Retirada do benefício pós-emprego referente à assistência à saúde e ao seguro de vida dos empregados ativos quando de sua aposentadoria. Essa medida terá efeito positivo no resultado do Banco, em 2018, de cerca de R\$ 20 milhões, e de 2019 em diante, de cerca de R\$ 4,7 milhões anuais, em decorrência da redução da provisão atuarial relacionada a esses benefícios.

Conselho de Administra	ção
Helvécio Miranda Magalhães Júnior	Presidente
Marco Aurélio Crocco Afonso	Vice-Presidente
Adézio de Almeida Lima	Conselheiro
Aluísio Eustáquio de Freitas Marques	Conselheiro
Ângelo Oswaldo de Araújo Santos	Conselheiro
Bernardo Gouthier Macedo	Conselheiro
César Cristiano de Lima	Conselheiro
Jairo José Isaac	Conselheiro
Nelson Henrique Barbosa Filho	Conselheiro

Diretoria Executiva Marco Aurélio Crocco Afonso Presidente Luiz Guilherme Piva Vice-Presidente Carolina Marinho do Vale Duarte Marcela Amorim Brant Diretora Diretora Rogério Sobreira Bezerra

4.896 1.153

Gerência Geral de Controladoria Giovani Rosemberg Ferreira Gomes Contador CRC-MG - 075701/O-5

Pág 06 de 07

18 360



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG CNPJ 38.486.817/0001-94

MINAS GERAIS

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG,
tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções
de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e
manifestar-se sobre: (i) a qualidade das demonstrações contábeis; (ii) a efetividade do sistema de controles
internos, e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se
nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis
pale agrancia registração de controles internos e as suas refuzirs activities decentrates do desenveção. pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria, atualmente, é composto pelo Coordenador Pedro Carlos de Mello e pelos membros Carlos Alberto de Carvalho Paiva e Lúcio Tameirão Machado.

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO AMBITO DE SUAS ATRIBUIÇOES DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017
Durante o ano de 2017, o Comitê reuniu-se em 46 (quarenta e seis) ocasiões e mais 7 (sete) vezes no inicio do primeiro semestre de 2018, incluidas suas participações nas reuniões do Conselho de Administração. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das áreas de controle do Banco, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsidios para fundamentar as suas avaliações. Foram discutidos temas relacionados à elaboração das demonstrações financeiras e aos controles internos, com os gerentes das áreas de Controla da desta de desta de laboração das demonstrações financeiras e aos controles internos, com os gerentes das áreas de Controla da desta de desta de laboração das demonstrações financeiras e aos controles internos, com os gerentes das áreas de Controla da desta de desta de laboração das demonstrações financeiras e aos controles internos, com os gerentes das áreas de Controla da desta de desta de laboração das demonstrações financeiras e aos controles internos, com os gerentes das áreas de controla de laboração das demonstrações financeiras e aos controles internos, com os gerentes das áreas de controla de laboração das demonstrações financeiras e aos controles internos, com os gerentes das áreas de controla de laboração das demonstrações financeiras e aos controles internos, com os gerentes das áreas de controla de laboração das demonstrações financeiras e aos controles internos, com os gerentes das áreas de controla de laboração das demonstrações financeiras e aos controles internos, com os gerentes das áreas de controla de laboração das demonstrações financeiras e aos controles internos, com os gerentes das áreas de controla de laboração das demonstrações financeiras e aos controles internos com de laboração da com de laboração das demonstrações financeiras e aos controles internos, com os gerentes das demonstrações da laboração das demonstrações financeiras e aos controles de laborações da com de labora de Controladoria, Auditoria Interna, Gestão de Riscos, Controles Internos e Ouvidoria, em suas respectivas áreas de atuação. Foram realizadas 8 (oito) reuniões com os auditores externos, Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes, para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 30/06/2017 e de 31/12/2017 e das Demonstrações Financeiras em IFRS de 31/12/2016. O Comitê reuniu-se com a Diretoria Executiva do Banco para tratar

de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos a contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e também pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve reuniões regulares com o Conselho de Administração do Banco, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições recimentais e prasto informações ao Colegiado espor suas atribuições recimentais e prasto informações ao Colegiado espor suas atribuições.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 31 DE DEZEMBRO DE 2017

atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades. DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Gerência de Controles Internos e Risco Operacional continuaram tendo acompanhamento sistemático pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva a atuação da administração do Banco no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de

DA AUDITORIA INTERNA

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com o Gerente da Auditoria Interna visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por aquela Unidade. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nivel de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade do Banco.

pudesse colocar em risco a solidez e a co DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores independentes para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 30/06/2017 e de 31/12/2017 e das Demonstrações Financeiras de 1876 de 31/12/2016 e de sua avaliação dos controles internos da instituição. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

contabilidade, com a legislação societária brasileira e com as normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

CONCLUSAO

O Comité de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração do Banco que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ua fidediguidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, em 31 de dezembro de 2017.

Belo Horizonte, 16 de março de 2018.

DAS DEMONSTRAÇOES CONTABEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 30/06/2017

e 31/12/2017 e das Demonstrações Financeiras em IFRS de 31/12/2016, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis adotadas pela instituição, das ocorrências atípicas e dos seus impactos na situação patrimonial e nos resultados do Banco, em reuniões havidas com os responsáveis pela elaboração desses documentos e com os auditores externos. O Comitê verificou que as práticas contais dia vilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas com os principios fundamentais da

utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas com os princípios fundamentais da

Pedro Carlos de Mello

Carlos Alberto de Carvalho Paiva

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Lúcio Tameirão Machado

O Conselho Fiscal do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2017, em reunião realizada em 16/03/2018, considerando os termos

Tiago Fantine Magalhães - Presidente - Conselho Fiscal do BDMG

PARECER DO CONSELHO FISCAL do Relatório da empresa de Auditoria PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, expedido em 16/03/2018, sem ressalvas, é de opinião que as referidas peças estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Carlos Vanderley Soares - Conselheiro

Evandro Xavier Gomes - Conselheiro

Sociedade, opinando por sua aprovação.

Ângela Carlota Porto - Conselheiro

Bernardo Oliveira Daibert - Conselheiro

Aos Administradores e Acionistas

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG

examinamos as demonstrações financeiras do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. BDMG ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

principais poincas contacts.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria de exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



O contexto da nossa auditoria foi definido pelas principais atividades do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG no exercício de 2017, as quais não apresentaram modificações significativas. Dessa forma, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se ncialmente alinhados àqueles do exercício anterior, com exceção da inclusão de PAA relacionado ao valor recuperável de créditos tributários.

garantias, do histórico de perdas, e do risco da carteira. elaboração das notas explicativas. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria
Consideramos que as premissas e critérios adotados
pois o uso de julgamentos na apuração do valor da pela Administração para a determinação da provisão de

Como o assunto foi conduzido em nossa Porque é um PAA Provisão para créditos de liquidação duvidosa PCLD (Notas explicativas 2.7 e 7) A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída levando-se em consideração as normas consideraram o entendimento do processo aplicado no

regulamentares do Banco Central do Brasil - BACEN, cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa notadamente a Resolução do Conselho Monetário bem como realizamos testes sobre a: i) integridade da Nacional - CMN 2.682, e é fundamentada nas base de dados; ii) aderência das principais premissas análises das operações de crédito em aberto (vencidas adotadas pela administração para mensuração da e vincendas), de acordo com as políticas de ratings PCLD com as normas do Banco Central do Brasil; iii) (classificação de risco) de crédito. identificação, aprovação, registro e monitoramento das A definição de risco (rating) para cada operação operações, inclusive as renegociadas; iv) monitoramento considera julgamento por parte da Administração das garantias recebidas e v) confronto dos valores quanto à definição das premissas e, do valor das apurados de PCLD e os valores contabilizados e vi)

provisão para créditos de liquidação duvidosa poderia resultar em variações significativas na estimativa das aspectos mais relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia de informação
O processamento das transações do Banco, o Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre desenvolvimento de suas operações e a continuidade outros, os trabalhos realizados pelos nossos especialistas de seus processos de negócios são dependentes de sua de sistemas, para entendimento e execução dos testes

estrutura tecnologica.

A não adequação do ambiente de tecnologia, pode ocasionar o processamento incorreto de informações críticas utilizadas pela Administração, incluindo sistêmicas e processamento de sistemas. críticas utilizadas pela Administração, incluindo aquelas usadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Dessa forma, o ambiente de tecnologia da informação se manteve como uma área de foco de nossos trabalhos

dos controles gerais de tecnologia da informação

Testamos os principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os controles

dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios, relacionados aos principais processos de negócio do Banco, quando aplicável. O ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela Administração proporcionaram uma base razoável para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizada na elaboração das demonstrações financeiras. financeiras.

Planos de benefício pós emprego (Notas

explicativas 2.16 e 24)
O Banco é patrocinador de dois planos previdenciários, Com o auxílio de nossos especialistas atuários, testamos um na modalidade de beneficio definido e outro os cálculos atuariais realizados pelo Banco. na modalidade de contribuição variável que são administrados pela DESBAN – Fundação BDMG de Securidade Securid

Seguridade Social.

O plano de beneficio definido apresenta resultado deficitário, dessa forma o Banco reconheceu um passivo atuarial visando o atendimento da prática contábil aplicável. Na mensuração do passivo atuarial do plano de beneficio pós emprego, a Administração contábil aplicável. Na mensuração do passivo atuarial do plano de beneficio pós emprego, a Administração consideramos que os critérios e premissas utais como: taxas de desconto, de inflação e de mortalidade.

Seguridade Social.

Mendologia e das premissas utilizadas para o cálculo do passivo atuarial de comparação das principais premissas utilizadas com dados e parâmetros de mercado. Addicionalmente revisamos as respectivas divulgações nademostrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação do passivo para planos de beneficios pós emprego são razordiveis hem como que as informaçãos auditados passivo para planos de beneficios pós emprego são razordiveis hem como que as informaçãos auditados passivo para planos de beneficios pós emprego são razordiveis hem como que as informaçãos auditados passivo para planos de beneficios pós emprego são razordiveis hem como que as informaçãos auditados passivo para planos de beneficios pós emprego são razordiveis hem como que as informaçãos auditados passivo para planos de beneficios pós emprego são razordiveis hem como que as informaçãos auditados passivo para planos de passivo atuarial do passivo atuarial e a comparação das principais premissas utilizadas com dados e parâmetros de parametros de

mortanidade.

Essa área se manteve como foco em nossa auditoria, pois alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes no passivo atuarial do Banco.

razoáveis, bem como que as informações aditidade estão consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Banco Central do Brasil.

crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Valor recuperável dos créditos tributários
(Notas Explicativas 2.15 e 19)

O Banco possui créditos tributários ativados, substancialmente decorrentes de diferenças temporárias.

Esses créditos foram constituídos com base em estudo elaborado pela Administração do Banco, que considera a projeção de lucros tributários, conforme requerido pelo Banco Central do Brasil.

Administração. Administração.

Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo, foram utilizados com as julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela Administração, para projeção de lucros tributários.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois en utilização de diferentes premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, er celização do sudores registrados como crédito consequentemente, os prazos previstos de realização do tributário, consideramos que as premissas adotadas refetit ur fibulario com consequente impacto con ontibil

pela Administração são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

capassantes quantes forma de comunidad de anticipa de la comunidad de la comun demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações
financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis ás instituições autorizadas
a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários
para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente
se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade
do Banco continuar operando, divulgando, quando anlicável, os assuntos relacionados com a sua conti-

do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua conti-nuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o

que à ruministação precisa inquante o dante o da moi encermanento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nosso opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demons-trações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria

- Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional a lo longo da auditoria. Além disso:

 Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, confuio, falsificação, omissão ou representações folas internoimais. ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- cia dos controles intermos da Instituição.

 Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

 Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluírmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadeauadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

turção a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança (Administração e Comitê de Auditoria) a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos anlicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais deficias relevantes, incluindo os requisitos anlicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais

éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas sal vaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsaveis peta governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevense esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os beneficios da comunicação para o interesse público. Belo Horizonte, 16 de março de 2018.



PricewaterhouseCoopers CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva Contador CRC: 1SP197007/O-2

Pág 07 de 07

► HOJE EM DIA **NAS REDES SOCIAIS** SIGA, COMPARTILHE, DÊ LIKES: VIVA A INFORMAÇÃO.

O MAIS COMPLETO JORNAL DE MINAS ESTÁ EM TODAS AS REDES SOCIAIS. É A INFORMAÇÃO EM TEMPO REAL. INTERAGINDO COM VOCÊ E FAZENDO PARTE DA SUA VIDA.

► HOJEEMDIA.COM.BR



REGISTRO DE IMÓVEIS DE BETIM - EDITAL DE INTIMAÇÃO Vander Zambeli Vale, Oficial de Registro de Imóveis de Betim-MG, na forma da Lei, etc... utilizando-se das atribuições conferidas pelo art. 26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do contrato de financiamento imobiliário n 8555520206129, INTIMA a SRA. DANIELA CRISTINA DE OLIVEIRA ANASTACIO, sendo que a mesma encontra-se em local incerto e não sabido para satisfazer, no prazo de 15 dias, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação, referentes ao contrato de compra e venda garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob o número 03, na matrícula 140.991 desta Serventia, referente ao imóvel caracterizado situado na RUA ANTONIO PIO CARDOSO, Nº 124, APTO 304, BLOCO 03, VILA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, BETIM-MG, com saldo devedor que em 15/12/2017, perfazia o montante de R\$6.450,42 (seis mil, quatrocento: e cinquenta reais e quarenta e dois centavos), relativos às prestações, ate então vencidas, devendo comparecer a este Serviço de Registro de Imóveis situado à Av. Governador Valadares, 510, 3º andar, Centro, Betim, onde deverá efetuar o pagamento do débito acima discriminado, purgando-se a mora, sol pena de se consolidar a propriedade em nome do credor fiduciário. Dado e passado nesta cidade de Betim em 15 de Dezembro de 2017. O Oficial, (ass.) Vander Zambeli Vale. Karolina O. dos Santos Lima
Escrevente Autorizado

COMANDO DA AERONÁUTICA GRUPAMENTO DE APOIO DE BARBACENA

MINISTÉRIO DA **DEFESA**



CHAMAMENTO PÚBLICO

Aviso de Chamamento Público para Credenciamento Hospitalar

Objeto: A União, representada pelo Esquadrão de Saúde de Barbacena (ES-BQ), mediante a Comissão de Credenciamento designada por ato publicado em Boletim Interno Ostensivo nº 25, de 07/02/2018, do GAP-BQ, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a abertura de processo para credenciamento de Organizações Civis de Saúde (OCS) e de Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) para prestação de serviços complementares de assistência médico-hospitalar, dentre os usuários do Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA) e seus dependentes conforme condições vigentes do art. 25 da Lei 8.666/93 de Decisão nº 656/1995 - Plenário TCU. O presente Edital e seus anexos poderão ser adquiridos, neste caso mediante pagamento dos custos com a reprodução gráfica, ou examinados e consultados no endereço eletrônico www2.fab.mil.br/epcar podendo ser recebida por mensagem eletrônica, para outras informações deverão ser utilizados os telefones: (32) 3339-4114 e (32) 3339-4178. O período para credenciamento ocorrerá do dia 19/03/2018 a 20/09/2018, nos dias úteis, nos horários de 8:30 às 11:30 e de 13:30 às 16:00 horas – Horário de Brasília, no FUNSA do Esquadrão de Saúde de Barbacena, localizado na Rua Santos Dumont, 149 - Bairro São José - Barbacena /MG - CEP 36.205-900.

> Barbacena, 16 de março de 2018 JACQUELINE LEITE FRADE Ten Cel Med Ordenadora de Despesas

EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO BELO HORIZONTE-MG

Data do leilão: 20/03/2018 A partir das: 12:00 Local:AGENCIA DA CAIXA - AVENIDA ALVARES CABRAL, 1700, SANTO AGOSTINHO BELO HORIZONTE-MG.

ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR, Leiloeiro Oficial matricula JUCEMG 831 estabelecido a AVENIDA FRANCISCO DE PAULA FERREIRA, N $^{\circ}$ 959, PATOS DE MINAS, MG, telefone 3438142286 faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, vendera na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/66 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista, sem utilização de recursos do FGTS ou Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

A venda com financiamento da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS EMGEA será feita através de Carta de Crédito, conforme normativo do Agente Financeiro, que poderá ser obtida junto a qualquer Agencia especificada ao lado dos contratos, após análise cadastral e comprovação de renda.

Os interessados na obtenção de Carta de Crédito para aquisição dos imóveis constantes deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar uma Agencia da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA indicada com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência com relação a data do leilão.

As vendas serão realizadas pelo maior lance.

É vedada a participação de empregados e dirigentes da CAIXA os ou côniuges, casados sob o re universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o esponsável pelas providências de desocupação do mesmo

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não seiam localizados.

SED 1D4B0 - CONTRATO 2008102000065- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 0081 - TUPINAMBAS.

HAYDE OLIVEIRA ARAUJO, BRASILEIRO(A), FAZENDEIRA CPF 34500960600, CI MG-3353716 SSP/MG, DIVORCIADO(A), cônjuge, se casado(a) estiver.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: CASA, A RUA FERNANDO FRANCA CAMPOS, N° 27, LOTE N° 16, QUARTEIRAO 40, PARTE II, BAIRRO SAO BENTO, EM BELO HORIZONTE, 1º PAVIMENTO 139,69M2, 2º PAVIMENTO 101,99M2, COM TODAS AS SUAS INSTALACOES BENFEITORIAS, PERTENCES, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.

PATOS DE MINAS, 01/03/2018 ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DO ESTÁDO DE MINAS GERAIS – FETICOM-MG - Código Sindical 561.090.00000-9 - CNPJ 17.447.952/0001-96. Edital de notificação - Contribuição sindical – Exercicio 2018 – Terceira Publicação – Atendendo ao que dispõe o artigo 605 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, faz vas do presente para notificar aos Empregadores da categoria da Construção Civil e do Mobiliário do Estado de Minas Gerais, que a Contribuição Sindical referente ao exercício de 2018 devida por seus empregadors, por força do que estabelecem os artigos da CLT em vigor, consoante artigos 146 e 149 da CF/88 e conforme determina o artigos82 da CLT, deverá ser obrigatoriamente descontada remuneração relativa ao mês de março de 2018 e recolhida a favor desta Entidade 2018. Comunica-se também aos senhores empregadores que a Assembleiá Geral Extraordinára realizada no dia 14 de março de 2018 autorizou prévia e expressamente o desconto da contribuição sindical de todos os integrantes da categoria profissional da Construção e do Mobiliário associados ou não, cumprindo os requistos dos artigos 578 e 579 da CLT. As guias de recolhimento da contribuição sindical-GRCSU mandaremos através de correio e e-mail e deverão ser emitidas também através do site desta Entidade (www.feticom-mg.org.br) ou no site da Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br). As empresa deverão observar todas as exigências e critérios fixados nos artigos 578 e seguintes da CLT, que regulamentam a Contribuição Sindical. Belo Horizonte, 19 de Março de 2018. Wilson Geraldo Sales da Silva - Presidente.

MAQUINÉ EMPREENDIMENTOS S.A. - CNPJ-17.321.647/0003-80
Assembleia Geral Ordinária - Convocação
São convocados os senhores acionistas a se reunir, em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 16 de abril de 2018, na sede social, na Av. Cristiano Machado, 4001, Bairo Ipiranga, Belo Horizonte - MG, CEP, 31.160-413, Minas Gerais, às 14:00 horas, em primeira convocação, com a presença de no mínimo ¼ (um quarto) do capital social com direito de voto ou às 14:30 horas, em segunda convocação, instalar-se - do om qualquer número, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerado em 31 de dezembro de 2017, publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais no dia 10 de março de 2018, Caderno Primeiro Plano, página 7; b) Destinação dos lucros do exercício findo e distribuição de dividendos; c) Fixação das respectivas remunerações dos membros da Diretoria; d) Eleição dos membros da Diretoria; e) Demais documentos pertinentes a assuntos incluídos na ordem do dia. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 133, 135 e 152 da Lei 6.404/1976, com as alterações da Lei 10.303/2001, Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/2009, relativos ao exercício social encerando em 31 de dezembro de 2017.

Belo Horizonte, 20 de março de 2018.

Alexandre Campos Drumond - Diretor Administrativo e Financeiro.

EDITAL - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - EXERCICIO DO ANO 2018 - O SINDICATO DOS TRABALHADORÉS NAS INDUSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO, ELETRÓNICO, FORJARIA, FUNDIÇÃO, SIDERURGIA, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DE SANTA LUZIA E REGIÃO, Entidade Sindicial de primeiro grau, sediada na Rua Sebastião Ferreira de Pinho, 125, Boa Esperança, Santa Luzia/MG, CEP: 33.035-220, inscrita no CNPJ sob o n°. 2.099-8.866/0001-7, devidamente registrada no MTE sob o código sindical n°. 914.023.805.01466-5, com base territorial nas cidades de Santa Luzia, São Benedito, Jaboticatubas e Taquaraçu de Minas, por meio de seu representante legal, no uso de suas atribuições e na forma da Lei (arts. 605 e 606 da CLT e art. 7° da Lei n°. 11.648/2008), pelo presente edital COMUNICA todas as empresas vinculadas a a tividade econômica correspondente a representação do Sindicato e a pessoas a quem compete que, conforme a autorização prévia e expressa concedida na assembleia geral extraordinaria da categoria, convocada no Edital publicado no Jornal Hoje em Dia nos dias of e 08/03/2018 e realizada no dia 09/03/2018, deverão descontar na folha de pagamento do mês de março de 2018 dos trabalhadores representados pelo Sindicato, a CONTRIBUICAO SINDICAL, prevista no art. 582 da CLT com a observância, ainda, dos demais artigos do capitulo III da CLT e das Portarias do M.T.E. que aprovam o novo modelo e instruções de preenchimento da Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical Urbana – GRCSU, sendo que a importância a ser descontada deverá corresponder a 1/30 (um trinta avos) da remuneração de cada um dos aludidos trabalhadores, sindicalizados ou não, percebida no mês de março do corrente ano (art. 580, inciso 1 da CLT) e o seu pagamento deverá ocorrer no mês de abril de 2018, nos estabelecimentos financeiros credenciados, em nome deste Sindicato, com a posterior remessa dos seguintes documentos: 1) relação nominal dos trabalhadores contribuintes, com a indicação de cargo, remuneração percebida no mês de dasconto, com o respectivo



UNIMED INCONFIDENTES COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA C.N.P.J. 22.720.791/0001-67

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital e de acordo com os artigos 44 e 45 da Lei 5.764/71, o Presidente da Unimed Inconfidentes Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., Dr. Dimas Antônio Ferreira Dutra, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "d" do artigo 38 do Estatuto Social desta cooperativa, convoca os médicos cooperados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária. que se realizarão, conjuntamente, no dia 26 de março de 2018 (segunda-feira) na sua sede, situada na Praça Barão de Saramenha, 01, Saramenha Ouro Preto, às 18h em primeira convocação com a presença de 2/3 dos cooperados, às 19h em segunda convocação com a presença da metade mais um dos cooperados e às 20h em terceira convocação com a presenca de no mínimo 10 (dez) cooperados para deliberarem sobre

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - ORDEM DO DIA:

- I. Prestação de contas da Administração no exercício de 2017 compreendendo:
- Relatório da gestão;
- Balanço; Demonstrativo das sobras apuradas, parecer do Conselho Fiscal ϵ da Auditoria independente
- Destinação das sobras após dedução dos fundos obrigatórios Eleição dos componentes do Conselho Fiscal, mandato de
- 01/04/2018 a 31/03/2019. 4. Fixação do valor dos honorários, gratificações, cédula de presença
- km rodado para os membros da Diretoria Executiva e demais Conselhos
- Deliberações da Assembleia Geral Ordinária serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes, observando o § 3º do art. 27

do Estatuto Social. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - ORDEM DO DIA: Discussão sobre o plano de saúde dos cooperados;

- 2. Utilização do FATES para reembolso da anuidade do CRM do
- 3 Definição do valor da cota capital a ser integralizada para novos
- Para tornar válidas as deliberações da AGE são necessários 2/3 dos votos dos presentes, observando o § 2º do art. 30 do Estatuto Social.

NOTAS: Para efeitos legais e estatutários o número de cooperados com direito a voto é de 204.

Ouro Preto. 16 de marco de 2018.

DR. DIMAS ANTÔNIO FERREIRA DUTRA Diretor Presidente

COMPANHIA BRASILEIRA DE LÍTIO
C.N.P.J. M.F. 21.624.671/0001-01
Edital de Convocação de Assembléia Geral Ordinária
Ficam convocados os acionistas para se reunirem em AGO às 10:00 hs
do dia 27 de março de 2018, na sede social, situada à Rodovia BR 116,
KM 3,5 no Município de Divisa Alegre, anteriormente denominado
Município de Águas Vermelhas, Estado de Minas Gerais, para deliberarem
sobre a seguinte Ordem do Dia: tomar as contas dos administradores,
examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referente ao
exercício encerrado em 31.12.2017. Deliberar sobre a destinação do lucro
líquido do exercício. Divisa Alegre - MG, 16 de março de 2018. Salustiano
Costa Lima da Silva – Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO DE ENTRE RIOS

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO: 024/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018 TIPO: MENOR PREÇO POR ÎTEM DATA DE ABERTURA: 03 DE ABRIL DE 2018. O Município de Desterro de Entre Rios/MG, com

ndereço à Rua Teófilo Andrade, nº 66 - Centro, CNPJ/MF nº 20.356.762/0001-32, torna público para conhecimento de quantos possam interessar, que fará Licitação PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2018 , PROCESSO 025/2018. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização,produção executiva e artística para realização da XXVIII FESTA DO PRODUTOR RURAL, com o fornecimento de toda infraestrutura necessária à realização do evento, tais como, palco, iluminação, sonorização, sanitários e outros, promover ampla divulgação la festa através de rádios, outdoors, cartazes, carros de som, e outros; disponibilização de toda estrutura para realização de rodeio em touros, fornecer tendas,contratar seguranças, realizar espetáculo pirotécnico e shows artísticos em todos os dias do evento de conformidade com o onstante no Anexo I, parte integrante deste Edital. Informações: (031) 3736-1515 –CEL-98359-7922, de 08:00 às 11:00 de 12:00 ás 16:00.

Prefeitura Municipal de Desterro de Entre Rios, 20 de março de 2018 Janice Aparecida de Morais Antônio Pereira de Morais



Cartório de Registro de Imóveis

Comarca de Ribeirão das Neves -MG- Estado de Minas Gerais

Oficial Substituto

Marisa S.N.O. Andrade

Ribeirão das Neves 28 de dezembro de 2017. EDITAL DE INTIMAÇÃO - MARISA SILVEIRA NETO OTAVIANO ANDRADE, Oficial de Registro de Imóveis de Ribeirão das Neves/MG, na forma da lei, etc., utilizando-se das atribuições conferidas pelo art. 26 da lei 9.514/97, bem como pela credora do contrato de financiamento nº 855551841282-5, Intima a Sra. Lucia Saturnino da Silva Viana, residente local incerto e não sabido, para satisfazer, tendo em vista a infrutífera tentativa de intimação pessoal, na forma da lei no prazo de 15 dias, as prestações vencidas e as que vencerem até a data do pagamento com juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ac imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação referente ao contrato e venda garantindo por alienação fiduciária, firmado em 16/12/2011, registrado so to nº R-4, e na matrícula 27/397 deste serviço referente ao imóvel situado a Rua do Rosário, nº 201, AP 301 BL 19, Bairro: Tony, CEP: 33930000, Ribeirão das Neves/MG, com saldo devedor em 28/12/2017 Perfaz o montante de R\$ 7.051,46, relativo as prestações vencidas e não pagas devendo comparecer a CAIXA ECONOMICA FEDERAL, onde devera pagar o debito acima descriminado, purgando-se a mora sob pena de se consolidar a propriedade em nome do

credor fiduciário Dado e passado nesta cidade de Ribeirão das Neves

A Oficial.



EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO

BELO HORIZONTE-MG

Data do leilão: 20/03/2018 A partir das: 12:00

Local: AGENCIA DA CAIXA - AVENIDA ALVARES CABRAL, 1700, SANTO AGOSTINHO BELO HORIZONTE-MG.

SAIAS ROSA RAMOS JUNIOR, Leiloeiro Oficial matricula JUCEMG 831 estabelecido a AVENIDA FRANCISCO DE PAULA FERREIRA, № 959, PATOS DE MINAS, MG, telefone 3438142286 faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/66 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista, sem utilização de recursos do FGTS ou Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado. A venda com financiamento da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

EMGEA será feita através de Carta de Crédito, conforme normativo do Agente Financeiro, que poderá ser obtida junto a qualquer Agencia especificada ao lado dos contratos, após análise cadastral e comprovação de renda.

Os interessados na obtenção de Carta de Crédito para aquisição dos imóveis constantes deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar uma Agencia da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA indicada com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência com relação a data do leilão.

As vendas serão realizadas pelo maior lance.

É vedada a participação de empregados e dirigentes da CAIXA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o esponsável pelas providências de desocupação do mesmo. O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados,

informações pormenorizadas sobre os imóveis. Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso

não sejam localizados. SED 1929C - CONTRATO 8114908002858- EMPRESA GESTORA DE

ATIVOS - EMGEA - BELO HORIZONTE

ELCIO DE FREITAS, BRASILEIRO(A), MILITAR CPF 34924337668, CI 065014-3 PM/MG, CASADO(A) COM, **MAFALDA TOFANELI** BRANDAO DE FREITAS, BRASILEIRO(A), CPF 62418378691, CI M-4199833/ SSPMG. SUZANE AMORIM DE OLIVEIRA, BRASILEIRO(A), EMP.TRANSP.RODOV.CPF 55953948620, CI M-3637018 SSPMG, SOLTEIRO(A), e cônjuge, se casado(a) estiver.DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO N° 204, BLOCO B, RESIDENCIAL HELIOPOLIS, A RUA NAIR PENTAGNA GUIMARAES, 165, LOTES 01 A 36, QUADRA 29-A, BAIRRO HELIOPOLIS, EM BELO HORIZONTE, COM 59,816M2, COM TODAS AS SUAS INSTALACOES, BENFEITORIAS, PERTENCES, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER. PATOS DE MINAS. 01/03/2018

ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR

BELO HORIZONTE

SIDERÚRGICA VALINHO S.A. CNPJ nº 20.144.085/0001-99 AVISO AOS ACIONISTAS

nos que se encontram à disposição ores Acionistas da SIDERÚRGICA informatios due se electriam a disposição dos senhores Acionistas da SIDERURGICA VALINHO S.A., na sede social da Companhia a Rua dos Inconfidentes, 1.075, Sala 501, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte/MG, os documentos referidos no artigo 133 da Lei 6404, de 15/12/1976, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Belo Horizonte, 16 de Março de 2018. Geraldo Corrêa Filho - Diretor Presidente EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam os Srs. proprietários ou seus representantes legais convocados para a Assembleia Geral do Ed. Privilege Residence, situado à Rua Desembargador Privilege Residence, situado à Rua Desembargador José Satyro, 255, a realizar-se no dia 29 de Março de 2018, quinta-feira, as 19-00h, em primeira chamada, com 23 dos condôminos, ou ás 19-30h em segunda chamada, com qualquer número de presentes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: 1) Prestação de contas. 2) Eleição síndico, subsindico e conselho consultivo. 3) Reforma das portarias dos blocos 2 e 3. Local: Salão de festas. Belo Horizonte, 12 de Março de 2018. Viviane Cunha Santos França Matos. Síndico (a). privilegecastelo@gmail.com.

RESULTADO DA CONCORRÊNCIA **INTERNACIONAL Nº 006/2017**

A Comissão Especial de Licitação da SETOP-MG torna público que, conforme observado o prazo legal, não tendo recebido recurso ante o resultado da HABILITAÇÃO (FASE 4) da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., a mesma é declarada vencedora da Concorrência Internacional N° 006/2017. A Comissão Especial de Licitação. $Belo\,Horizonte, 19\,de\,março\,de\,2018.$



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM FELICÍO/MG

Seleção de chamamentos públicos realizados na forma da Lei federal n. 13.019/2014, torna público procedimento referente ao edital do Chamamento Público 01/2018, que tem por finalidade a seleção de organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, para projeto de apoio ao transporte de estudantes de Joaquim Felício-MG para cursos superiores/técnicos nesta região, especialmente para as cidades de Bocaiúva-MG e Montes Claros-MG. As propostas poderão ser apresentadas até o dia 07/05/2018 às 9h, quando será realizado sessão pública para recebimento de propostas na Av. Getúlio Vargas 135, Centro, Joaquim Felício-MG Interessados poderão solicitar texto integral do edital no Setor de Licitações desta Prefeitura ou por requerimento a ser enviado para o email: licitacaoprefjf@gmail.com Presidente da Comissão Janaína Aguiar Machado de Souza, Portaria le nomeação n. 016/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM FELÍCIO/MG

A P.M. Joaquim Felício torna público que fará realizar no dia 02/04/2018, às 14:00 hrs. o Pro Licitatório nº. 023/2018, Pregão Presencial no. 008/2018, para registro de preços para futura e eventual aquisição de fraldas descartáveis. O edital completo está disponível à Av. Getúlio Vargas, 135 - Centro - nesta cidade. Eliana Colen Pimenta de Abuabara Prefeita Municipal.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA **INTERNACIONAL Nº 006/2017**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA a CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 006/2017, licitação para exploração do LOTE de Rodovias composto por trechos das rodovias BR-135: MG-231 e LMG-754. e ADJUDICA o objeto à EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., CNPJ/MF n° 08.873.873/0001-10, no valor estimado de contratação de R\$ 2.057.364.042,86 (dois bilhões, cinquenta e sete milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos). Belo Horizonte, 20 de março de 2018. Murilo de Campos Valadares - Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU/MG. Aviso de Licitação. Pregão Presencial nº 19/2018, do tipo Menor Preço, julgamento por ITEM, cujo objeto é a Contratação de Serviços de Arbitragem Esportiva. Sessão dia 04/04/2018 às 09h00min. Maiores informações pelo telefone (33) 3339-2712. Edital disponível no site oficial do Município: www.manhuacu.mg.gov.br. Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Licitação-Pregão nº 0020/2018- Processo nº 096/2018. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão nº 0020/2018 locação de maquinas fotocopiadoras multifuncional profissional Data e horário da sessão: 05/04/2018, às 14:00 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: <u>www.esperafeliz.mg.gov.br</u>. João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG Aviso de Licitação-Pregão nº 0021/2018- Processo nº 097/2018. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão nº 0021/2018 Contratação de empresa de assessoria e consultoria no serviço de contabilidade. Data e horário da sessão: 06/04/2018, às 17:00 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br. João

Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZIMG Aviso de Licitação-Pregão nº 0022/2018- Processo nº 098/2018. C Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão nº 0022/2018 registro de preço serviço de sonorização. Data e horário da sessão: 09/04/2018, às 14:00 horas. O edital completo encontra – se disponível no site: <u>www.esperafeliz.mg.gov.br</u>. João Carlos Cabral de Almeida

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG Aviso de Licitação-Pregão nº 0023/2018- Processo nº 100/2018. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão nº 0023/2018 registro de preço para locação de trator de esteira e / ou retroescavadeira para uso no aterro sanitário. Data e horário da sessão: 11/04/2018, às 14:00 horas. O edital completo encontra – se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br. João Carlos Cabral de Almeida - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG nº 0024/2018- Processo nº 101/2018. Aviso de Licitação-Pregão Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão 0024/2018 registro de preço para locação de maquinas pesadas equipamentos para atender diversos setores da prefeitura municipal. Data horário da sessão: 12/04/2018, às 14:00 horas. O edital completo encontra se disponível no site: www.esperafeliz.mq.qov.br. João Carlos Cabral de

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Licitação-Pregão nº 0025/2018- Processo nº 102/2018. O Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão nº 0025/2018 registro de preço para prestação de serviço de hospedagem para atender as unidades municinais. Data e horário da sessão: 16/04/2018, às 14:00 horas. C edital completo encontra - se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br João Carlos Cabral de Almeida - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG Aviso de Licitação- Revogação do Pregão nº 0003/2018- Processo nº 23/2018. O Município de Espera Feliz/MG torna público a revogação do Pregão nº 0003/2018 Registro de Preço para futuras aquisições de peças para máquinas pesadas, ônibus e caminhões pertencentes a frota do Município de Espera Feliz.

João Carlos Cabral de Almeida Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG AVISO DE INTENÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG torna

público o interesse em aderir à Ata de Registro de Preços nº 001/2018 (P. P. SRP nº 003/2018) do CIMAMS, para Prestação de Serviços de Transporte Escolar na zona rural e urbana, através do menor preço por quilometragem diária. Fornecedor: LEAPHAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA-ME. São João da Ponte, 08 de Março de 2018. Rafaela Rosana Pereira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS/MG A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG Forna público a realização de Processo nº 024/2018 - Tomada de Preços nº. 002/2018 – Objeto: Contratação de empresa para Execução de Obra de Pavimentação Asfáltica em CBUQ na Rua Acre, conforme Convênio nº 1491001346/2016/SEGOV/PADEM e especificações do Edital. Cadastramento Até 3 dias antes da Abertura/Julgamento. Abertura/Julgamento: Dia 05/04/2018 às 10h30min. Maiores informações diretamente na sede da prefeitura ou pelo telef. (38) 3675-1121 ou pelo email bonfinopolismg@yahoo.com.br. Bonfinópolis de Minas-MG, 19/03/2018. Nádylla Aparecida Silva e Souza -Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS/MG A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG
Torna público a realização de Processo nº 023/2018 – Tomada de Preços
nº. 001/2018 – Objeto: Contratação de empresa para Execução de Obra de
Pavimentação Asfáltica em CBUQ nas Ruas Belo Horizonte e Severiano Marra,
conforme Convênio nº 1491000451/2016/SEGOV e especificações do Edital. contonne Convenio ii 14/1000431/2010/SE00 v e especincações do Editat. Cadastramento: Até 3 dias antes da Abertura/Julgamento. Abertura/Julgamento Dia 05/04/2018, às 08h00min. maiores informações diretamente na sede da prefeitura ou pelo telef. (38) 3675-1121 ou pelo email bonfinopolismg@yahoo. com.b. Bonfinópolis de Minas-MG, 19/03/2018. Nádylla Aparecida Silva e Souza - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

STETIK GROUP PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ/MF nº 13.370.301/0001-59 - NIRE 313.001.0709-4 - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - Em face do não atingimento do quórum de instalação em 1º convocação para realização de Assembleia Geral Extraordinária designada para o dia 15 de março de 2018, às 10.00, na sede da Stetik Group Participações S/A ("Companhia"), ficam convocação, e na forma prevista no Art. 124 da Lei n. 6.404/1976, a comparecerar à Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 23 de março de 2018, às 10:00, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerals, na Rua Tomé de Souza, n. 273, 3º andar, parte, bairro Funcionários, CEP 30.140-130, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: (i) aumento do capital social da Companhia para subsequente aporte em empresa controlada para fins de recomposição de capital de giro; e (ii) alterar a remuneração gliobale individual da Diretoria. Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem exanginadas e deliberadas na Assembleia. em essecial este Celidal, encontraves à dissosoição remuneração global e individual da Diretoria. Iodos os documentos e informações pertinentes as materias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia, em especial este Edital, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Para participação e deliberação na Assembleia, os acionistas deverão comprovar sua titularidade das ações, por meio do Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, e apresentar documento de identidade. Aos acionistas que se fizerem representar por meio de procurador, solicitamos que o instrumento de mandato, nos termos do Art. 126 da Lei n. 6.40476, seja depositado na sede da Companhia, preferencialmente com antecedência mínima de 48 (quarenta e otio) horas da realização da Assembleia. Belo Horizonte, 16 de março de 2018. Euler Alves Brandão - Diretor

FUMEP - Fundação Municipal de Ensino Profissionalizante
AVISO CONCORRÊNCIA Nº 001/2018

A FUMEP - Fundação Municipal de Ensino Profissionalizante, através da
Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 002 de 05 de Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 002 de 05 de fevereiro de 2018, torna público, para possíveis interessados, que realizará licitação, modalidade Concorrência nº 001/2018, tipo maior oferta, para permissão de uso de imóvel para a exploração da cantina da Escola Técnica Municipal de Sete Lagoas — Unidade da FUMEP. Os envelopes contendo a Documentação e Proposta de Preços deverão ser entregues na Escola Técnica Municipal de Sete Lagoas, no Setor de Licitação, situado a Avenida Prefeito Alberto Moura, 1.111, Distrito Industrial, Sete Lagoas/MG, até às 13 horas do dia 25/04/2018, sendo que a sessão pública para abertura e julgamento dos mesmos ocorrerá às 13 horas e 30 minutos do mesmo dia e no mesmo local de entrega dos envelopes. Retirada do edital nos endereços eletrônicos: https:// fumep setelagoas mg gov.br e www.setelagoas.mg gov.br. Os licitantes que desejarem participar poderão se representar na sessão ou enviar os envelopes da proposta comercial e documentação via postal, com aviso de recebimento Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (31) 3773-8715 e 3773-0424, no Setor de Licitação.

MUNICÍPIO DE BOTUMIRIM P.P. 006/2018. O Município de Botumirim torna P. P. 006/2018, objeto: Registro de Preços exclusivo para ME/EPP/Equiparadas nas diretrizes da Lei Complementar Nº 123/2.006, para futura e eventual aquisição de materiais para artesanato, tecidos, enxovais de cama, mesa e banho e materiais de costuma para atender os projetos da Secretária Municipal de Assistência Social, do município de Botumirim MG. Entrega dos envelopes e julgamento ás 09/00/8 do dia 09/04/2018. Mais informações pelo tel: (38) 3255-1133, ou pelo e-mail: licitacaobotu@gmail.com - José Francisco de Assis Ferreira Pregoeiro. P.P. 011/2018 O Município de Botumirim torna P. P. 011/2018, objeto: Registro de Preços exclusivo para ME/EPP/Equiparadas nas Diretrizes da Lei Complementar Nº 123/2.006, contratação de empresa no fornecimento de refeiçoes (marmitex) no município de Botumirim - Distrito de Adao Colares e Distrito de Santa Cruz em atendimento as diversas Secretarias do município. Entrega dos envelopes e julgamento ás 14-00h8 do dia 05/04/2018. Mais informações pelo tel: (38) 3255-1133, ou pelo e-mail: licitacaobotu@gmail.com - José Francisco de Assis Ferreira Pregoeiro. P.P. 012/2018 O Município de Botumirim torna P. P. 012/2018, objeto: Registro de Preços exclusivo para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nas diretrizes da Lei Complementar nº 123/2006, para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, para suprir as necessidades das diversas secretarias municípais, conforme as disposições deste edital e seus anexos. Entrega dos envelopes e julgamento ás 09:00hs do dia 02/04/2018. Mais informações pelo tel: (38) 3255-1133, ou pelo e-mail: licitacaobotu@gmail.com - José Francisco de Assis Ferreira Pregoeiro. P.P. 013/2018 O Município de Botumirim torna P. P. 013/2018, objeto: Registro de Preços exclusivo para Microempresa ou empresa de Pequeno Porte, nas diretrizes da Lei Complementar nº 123/2006, para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, para suprir as necessidades das diversas secretarias muni

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA/MG — Processo Adm. de Licitação 003/2018 - Dispensa 001/2018 - Chamada Publica 001/2018 - EXTRATO DE CONTRATOS. Em cumprimento às disposições do Parágrafo Único, do art. 61 da Lei 8.666/93, torna-se público a síntese dos Contratos Adm. de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escola com dezoito cláusulas cada um, celebrado entre a Prefeitura Municipal de laíba/MG e as nessoas Juridicas COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL JAIRA LTDA – COOPAIJA, CNPJ 10.871.421/0001-00, no valor de R\$8.498,00 (Oito atrocentos e noventa e oito reais); COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES DO PROJETO JAIBA LTDA, CNPJ 02.862.946/0001 92, no valor de R\$115.564,00 (Cento e quinze mil quinhentos e sessenta e quatro reais); ASSOCIAÇÃO DOS IRRIGANTES DA AREA A PROJETO JAIBA, CNPJ 02.2013.177/0001-00, no valor de 32.969,00 (Trinta e dois mil novecentos e sessents e nove reais); ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE LEITE DO JAIBA, CNPJ 06.071.564/0001-72, no valo de R\$54.375,00 (Cingüenta e quatro mil trezentos e setenta e cinco reais) pessoas Físicas, **EUJACIO FERREIRA DE BRITO**, CPF 559.046.296-72, no valor de R\$18.330,00 (Dezoito mil trezentos e trinta reais); FELIPE EUJACIO RIBEIRO BRITO CPE 101 888 706-79, no valor de R\$18 330 00 (Dezoito mil trezentos e trinta reais); GILIARD ALVES DA SILVA, CPF 071.431.436 69, no valor de R\$9.900,00 (Nove mil e novecentos reais); Objeto: Aquisição de Gêneros Alim. da Agricultura Familiar para alimentação Escolar, de forma parcelada. Data dos Contratos: 07/03/2018 – Vigência: 31/12/2018; Assinatura ela Contratante Reginaldo Antonio da Silva - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG torna público o Processo Licitatório nº 023/2018 Pregão Presencial SRP nº 012/2018. Contratação de empresa para aquisição de medicamentos para atender a Secretaria Municipal de Saúde. Abertura: 05/04/2018 às 08h00min. Edital disponível no site: www.saojoaodaponte.mg.gov.br, no email psaojoaodapontelicitacao@gmail.com. São João da Ponte, 19 de Março de 2018.

Daniela Mendes Soares - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO MONTE ALTO/MG. Torna público Edital de Pregão Presencial 019/2018. Registro de Preços, para eventual contratação de empresas, para fornecimento de material de construção. Abertura dia 03/04/2018, às 13:00 horas, na Rua Antônio Afonso Ferreira, 269, Centro dia 05/04/2016, as 15.00 hofas, ha kua Ahtonio Atoniso Ferreira, 205, Centro - Barão do Monte Alto/MG. Edital disponível na sede da instituição a partir do dia 20/03/2018. Informações (32) 3727-1308, e-mail: licitabarao@yahoo.com. br e site: www.baraodomontealto.mg.gov.br. Alexandre Pereira Moreira Neres - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO MONTE ALTO/MG. Torna público Edital de Pregão Presencial 020/2018. Registro de Preços, para futuras eventuais contratações de empresas, para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos automotores leves e prestação de serviços de guincho dos veículos automotores leves, pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Barão do Monte Alto/MG. Abertura dia 04/04/2018, às 08:00 hosa na Rua Antônio Afonso Ferreira, 269, Centro - Barão do Monte Alto/MG. Edital disponível na sede da instituição a partir do dia 20/03/2018. Informações (32) 3727-1308 ou e-mail: licitabarao@yahoo.com.br e site: www.baraodomontealto.mg.gov.br. Alexandre Pereira Moreira Neres - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS/MG

Aviso de Publicação do Processo Licitatório nº 17/2018, Pregão n°10/2018. Maior percentual de desconto por lote sobre o preço médio da tabela Ceasa-MG. Aquisição de hortifrutigranjeiros. Data de Apresentação de Envelopes e Julgamento: 14h00min do dia 06/04/2018. O Edital encontra-se na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Dr. Sylvio Menicucci, nº 1575, Bairro Presidente Kennedy ou pelo site www.lavras.mg.gov.br. Telefax: (35) 3694-4022.

Rodrigo Moreti Pedroza – Gerente de Licitações.

MUNICÍPIO DE CÔNEGO MARINHO MG AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – n.º 016/2018 PROCESSO LICITATÓRIO n.º 021/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ALCOOL HIDRATADO, ÓLEO DIESEL COM E ÓLEO DIESEL S10), ÓLEOS LUBRIFICANTES, ADITIVO, FLUIDO DE FREIOS E PRODUTOS DE LIMPEZA AUTOMOTIVA. Dia da Licitação: 02/04/2018 - Horário: 09:00. Local: Sala de Reunião da CPL situada à Av. Hermenegildo Nogueira da Silva –s/n B. Centro / Cônego Marinho - MG. O Edital estará disponível no Setor de Licitações e Contratos. Informações: (38) 99915-9003 e E-mail: licitacao@conegomarinho.mg.gov.br e no site: www.conegomarinho.mg.gov.br/site/licitacao Cônego Marinho - MG, 19 de março de 2018.

Leonardo Ferreira da Cruz Júnior Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA/MG - Processo Adm. de Licitação 003/2018 – Dispensa 001/2018 – Chamada Publica 001/2018 - EXTRATO DE RATIFICAÇÃO. Em cumprimento às disposições do Parágrafo Único, do art. 61, da Lei 8.666/93, torna-se público a síntese do Extrato de Ratificação dos Contratos Adm. de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, com dezoito cláusulas cada um, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Jaiba/MG e as pessoas Juridicas: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL JAIBA LTDA – COOPAIJA, CNPJ 10.871.421/0001-00, no valor de R\$8.498,00 (Oito mil quatrocentos e noventa e oito re COOPERATIVA DOS PEQUENOS PRODUTORES DO PROJETO JAIBA LTDA, CNPJ 02.862.946/0001-92, no valor de R\$115.564,00 (Cento e quinze mil quinhentos e sessenta e quatro reais); ASSOCIAÇÃO DOS IRRIGANTES DA AREA A PROJETO JAIBA, CNPJ 02.2013.177/0001-00, no valor de 32.969,00 (Trinta e dois mil novecentos e sessents e nove reais);
ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE LEITE DO JAIBA, CNPJ 06.071.564/0001-72, no valor de R\$54.375,00 (Cinqüenta e qu trezentos e setenta e cinco reais); pessoas Físicas, EUJACIO FERREIRA DE BRITO, CPF 559.046.296-72, no valor de R\$18.330,00 (Dezoito mil trezentos e trinta reais): FELIPE EUJACIO RIBEIRO BRITO. CPF 101.888.706-79 no valor de R\$18.330,00 (Dezoito mil trezentos e trinta reais); GILIARD ALVES DA SILVA, CPF 071.431.436-69, no valor de R\$9.900,00 (Nove mil e novecentos reais); Objeto: Aquisição de Gêneros Alim. da Agricultura Familiar para alimentação Escolar, de forma parcelada. Data da Ratificação: 07/03/2018 - Vigência: 31/12/2018; Assinatura pela Contratante Reginaldo Antonio da Silva - Prefeito Municipal.

ATA Nº 001/2018 DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMIP EMPRESA MINEIRA DE PARCERIAS S.A.NIRE 31300104966 - CNPJ 18.528.267/0001-11 Data, Hora e Local da Reunião: Realizada aos 09 (nove) dias do mês de marco de 2018, à: 1. <u>Data, 1101 a Colard da Reuman.</u> Nejo 00 horas, na sede social da EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., na Rodovia Papa Jaõo Paulo II nº 4001, Prédio Gerais, 4º andar, Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Bairro Serra Verde, em Belo Horizonte/MG, CEP 31630-901.2. **Presenças:** Presente os Conselheiros Paulo de Souza Duarte, Marco Antonio Viana Leite, Francisco Eduardo Moreira, Luis Gustavo D'Ávila Riani, Alcione Maria Martins Comonian e Nestor Francisco de Oliveira.3. Mesa: Os o Avita Riani, Atolone Maria Martins Cominante rescon Francisco de Oriveria. 3. <u>Aresa. 30</u> arbalhos foram presididos pelo Dr. Paulo de Souza Duarte e secretariados pelo Dr. Marco Antonio Viana Leite.**4. <u>Ordem do Dia (</u>i)** Exoneração de membro da Diretoria-Executiva e eleição de novo membro; 5. Deliberações: 5.1 Iniciada a reunião, os Conselheiros apreciaram a matéria en pauta e, por unanimidade de votos, deliberaram promover a seguinte alteração na composição la Diretoria-Executiva: (i) exonerar o Sr. Antônio Eustáquio da Silveira do cargo de **Diretor**-Presidente e (ii) eleger para o mesmo cargo o Sr. Mário Assad Júnior, brasileiro, casado. Advogado, Cl: MG-2.064.367-SSP/MG, CPF:537.249.416-68, residente na Rua Dr. Astolfo Vieira Advogado, C. 1803-2004.307-307-307-307-407-40-5, testucine ha Rua Di. Astonio Vietra de Resende, nº 32, apto. 702, Bairro Sion, CEP:30.315-510, Belo Horizonte/MG, complementando o mandato em curso, que se finda até a realização da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas de 2018. O Presidente do Conselho Paulo de Souza Duarte informou aos demais Conselheiros que o Conselheiro Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior tomou previamente conhecimento da natéria e encaminhou-lhe seu voto, que será anexado à presente ata, manifestando favorável à alteração na composição da Diretoria-Executiva da EMIP nos termos acima deliberado.5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário a avratura da presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Belo Horizonte. 19 de março de 2018 (assinaturas) Paulo de Souza Duarte, Marco Antonio Viana Leite, Francisco Eduardo Moreira, Luis Gustavo D'Ávila Riani, Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior, Alcione Maria Martins Comonian e Nestor Francisco de Oliveira, JUCEMG (Registro Digital sob ° 6547752 em 16/03/2018) – Protocolo nº 181447100 –, Chave de Segurança Lvrb - Marinely de

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS, PROFISSIONAIS DO MERCADO IMOBILIÁRIO E DA CMI SECOVI MG SICOOB SECOVICRED MG - CNPJ 14.913.919/0001-80

enhores Associados, submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações ontábeis do exercício findo em 31/12/17 da **Cooperativa de Crédito** os **Empresários do Mercado Imobiliário e da CMI Secovi MG Ltda.** Contábeis do exercício findo em 31/12/17 da Cooperativa de Crédito dos Empresários do Mercado Imobiliário e da CMI Secovi MG Ltda. - SICOOB SECOVICRED MG, na forma da Legislação em vigor. 1. Política Operacional: Constituída em 08 de agosto de 2011, iniciou suas atividades em junho 2012 o SICOOB SECOVICRED MG completou 06 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se da principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos. 2. Avaliação de Resultados: No exercício de 2017, o SICOOB SECOVICRED MG obteve um resultado de R\$ 688.026,57 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 8,06%. 3. Ativos: Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 50.359.848,58. Por sua vez a carteira de crédito comercial representava R\$ 6.882.031,77. Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/17 o percentual de 68,29% da carteira, no montante de R\$ 4.710.324,17. 4. Captação: Na captações, no total de R\$ 49.327.692,21, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 26,69%. As captações encontravam-se assim distribuídas: Depósitos à vista R\$ 14.036.629,82 28,46% Depósitos à Prazo Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/17 o percentual de 54,35% da captação, no montante de R\$ 26.512.997,05. 5. Patrimônio de Referência: O Patrimônio de Referência do SICOOB SECOVI-CRED MG era de R\$ 8.534.868,07 O quadro de associados era composto por 1.663 Cooperados, havendo um acréscimo de 26,28% em relação ao resmo período do exercício anterior de vexercício anterior 6. Política de Crédito: A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscanado assim gastantir ao máximo a Balancos Patrimoniais em

CRÉDITO DOS EMPRESÁRIOS, PROFISSIONAIS DO MERCADO IMOBILIÁRIO E DA CMI SECOVI MG SICOOB SEC Melatório da Administração

liquidez das operações. O SICOOB SECOVICRED MG, adotou seu próprio procedimento de cobrança, visando recuperar os créditos e diminuir a inadimplência.
O SICOOB SECOVICRED MG adota no política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.7. Governança Corporativa: Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados, definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, agrantindo a sua mobas práticas de gestão. Nesse sentido, a administração da Cooperativa e mo consembléa geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão. A gestão da Cooperativa está alicerçada em papêis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa en sensan sembléa geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão. A gestão da Cooperativa está alicerçada em papêis definidos, com sentratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia. A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE, que por sua vez, faz as auditorias internas. Os balanços da Cooperativa são auditados por compositorios da cooperativa a sou most de compositoria da consentar de Compositoria da composição más de cooperativa esta elicerçada em papêis definidos, com consenhe de Controles Internos, sua porta da consenhe de Controles Internos, os compositorios de compositorios de Cooperativa a compositoria de Cooperativa esta compositoria de Cooperativa a compositoria de Cooperativa esta compositoria de Cooperativa a compositoria de Cooperativa esta compositoria de Cooperativa esta compositoria de Cooperativa esta compositoria de Cooperativa esta compositoria de Coopera supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRĂL CECREMGE, que, por sua vez, faz as auditorias internas. Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa. Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central. Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral. A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contideis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro

todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso. 10. Sistema de Ouvidoria: A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispoé de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sitio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes. No exercício de 2017, a Ouvidoria do SICOOB SECOVICRED MG registrou 14 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dividias e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito o perações de redito. Das 14 reclamações, 20 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para Demonstrações de Sobras ou Perdas para os Exercícios Findos

as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop: De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito-FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decreteação de intervenção ou de líquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de supporte financeiro e de líquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMM) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas ao transportarios sinquiares de crédito do Brasil e so banos conoperativos sinquiares de crédito do Brasil e so banos conoperativos. todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros. As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14. Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias. **Agradecimentos:** Agradecemens aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação. Belo Horizonte, 08 de Março de 2018. **Ariano Cavalcanti de Paula** - Presidente; - Diretor Administrativo; **Luiz Fernando Rievers** - Diretor Financeiro; **Paulo Cesar de Souza Andrade** - Diretor Jurídico.

se m 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos reais - R\$)

Nota 2º Semestre 2017 31/12/2015

do "RATING" (avaliação por pontos), b						odo o seu quadro	
Balan				de 2017 e 2016 (Valores expressos			
Ativo No			31/12/2016	PASSIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		53.992.515,80		Circulante		E0 2E0 010 26	20 526 402 40
Disponibilidades		214.965,79	149.464,28	Circulante		50.250.019,26	39.536.403,49
Relações Interfinanceiras Centralização Financeira - Cooperativas			38.785.730,50	Depósitos	10	49.327.692,21	38.934.884,61
Operações de Crédito Operações de Crédito	5	2.449.510,71 3.318.701,92		Depósitos à Vista		14.036.629,82	10.104.832,10
(Provisão para Operações de Crédito de Liguidação Duvidosa)		(869.191,21)	(569.332,39)	Depósitos Interfinanceiros		35.291.062,39	28.830.052,51
Outros Créditos Créditos por Avais e Fianças Honrados	6	822.571,95 15.334,04	630.970,47 110.380,45	Outras Obrigações	11	922.327,05	601.518,88
Rendas a Receber		346.985,84 469.954.47	564.823,47 37.237,22	Cobrança e Arrecadação			
(Provisão para Outros Créditos				de Tributos e Assemelhados		1.183,73	1.216,22
de Liquidação Duvidosa) Outros Valores e Bens	7	(9.702,40) 145.618,77	(81.470,67) 25.790,94	Sociais e Estatutárias		210.552,66	132.103,79
Outros Valores e Bens Despesas Antecipadas		121.400,00 24.218,77	25.790,94	Fiscais e Previdenciárias		88.773,38	178.153,06
Realizável a Longo Prazo Operações de Crédito	5	3.563.329,85 3.563.329,85	2.629.106,23 2.629.106,23	Diversas		621.817,28	290.045,81
Operações de Crédito Permanente		3.563.329,85 1.232.860.26	2.629.106,23 604.431.52	Patrimônio Líquido	13	8.538.686,65	6.763.559,27
Investimentos Participações em Coligadas	8		316.482,92	Capital Social		6.906.791,48	5.258.806,11
e Controladas - No País	_	459.484,39	316.482,92	De Domiciliados no País		7.142.516,48	5.442.156,11
Imobilizado em Uso Outras Imobilizações de Uso	9	763.661,74 921.372,61	270.799,12 348.205,20	(Capital a Realizar)		(235.725,00)	(183.350,00)
(Depreciações Acumuladas) Intangível		(157.710,87) 9.714,13	(77.406,08) 17.149,48	Reserva de Lucros		943.868,60	626.317,87
Ativos Intangíveis (Amortização Acumulada)		40.936,63 (31.222,50)	39.321,33 (22.171,85)	Sobras Acumuladas		688.026,57	878.435,29
Total do Ativo		58.788.705,91		Total		58.788.705,91	46.299.962,76
		As Notas Explicat	ivas são parte inte	grante das demonstrações contábeis.			•

Cotas Capital à Pagar - Ex-associados Movimentações de Capital: Por Subscrição (Realização 760.384,28 (76.780,00) (3.243,89) (3.243		58.788.705,91 46.299	58.788.705,91 46.299.962,76			
Capital Subscrito Capital Próprio Capital Subscrito Capita					017 a 2016 (Valores av	process rapis D\$\
Saldos em 31/12/2015 Destinação de Sobras Exercício Anterior: Constituíção de Reservas Em Conta Corrente do Associado Ao Capital A Pagar - Ex-associados Movimentações de Subras Exercício Anterior: Constituíção de Sobras Exercício Anterior: Constituíção de Reservas Em Conta Corrente do Associado Ao Capital Movimentações de Capital: Por Subscrição do Juncs ao Capital Próprio Destinação de Sobras Exercício Anterior: Em Conta Corrente do Associados Movimentações de Capital: Por Subscrição do Juncs ao Capital Próprio Destinação de Sobra Serercicio Anterior: Em Conta Corrente do Associados Movimentações de Capital: Por Devolução (-) Saldos em 31/12/2016 Sobra / Perda Liquida Por Devolução (-) Por Subscrição do Juncs ao Capital Próprio Sobra / Perda Liquida Por Devolução (-) Sobra / Perda Liquida Por Subscrição do Juncs ao Capital Próprio Sobra / Perda Liquida Por Subscrição do Juncs ao Capital Próprio Sobra / Perda Liquida Por Devolução (-) Sobra / Perda Liquida Por Subscrição do Juncs ao Capital Próprio Sobra / Perda Liquida Por Subscrição do Juncs ao Capital Próprio Sobra / Perda Liquida Por Subscrição do Juncs ao Capital Próprio Sobra / Perda Liquida Por Subscrição do Juncs ao Capital Próprio Sobra / Perda Liquida Por Subscrição do Juncs ao Capital Próprio Sobra / Perda Liquida Por Subscrição do Juncs ao Capital Próprio Sobra / Perda Liquida Por Subscrição do Juncs ao Capital Próprio Sobra / Perda Liquida Por Subscrição do J		monio Liquido para o				pressos reais - K3)
Saldos em 31/12/2015	Lventos	Canital Subscrito	Canital a Realizar			Totais
Destinação de Sobras Exercício Anterior: Constituição de Reservas 69.452,91 (69.452,91 (123.278,34) (498.553,94) (123.278,34) (40.6 capital constituição de Reservas (3.243,89) (3.243,89) (3.243,89) (3.243,89) (3.243,89) (3.243,89) (3.243,89) (3.243,89) (498.553,94) (498.5	Saldos em 31/12/2015	3 781 792 15	(106.570.00)		694 529 08	4 521 184 52
Constituição de Reservas (69.452,91 (69.452,91) (123.278,34) (123.278,34) (498.553,94) (213.278,34) (498.553,94) (213.278,34) (498.553,94) (213.278,34) (498.553,94) (213.278,34) (498.553,94) (213.278,34) (498.553,94) (213.278,34) (213.278,			(100.570,00)	.555/25	05 11525/00	
Em Conta Corrente do Associado				69.452.91	(69.452.91)	-
Ao Capital						(123.278.34)
Movimentações de Capital: Por Subscrição Mezilezação 760.384,28 766.780,00 683.604, 28 (133.160,50) (133.160,50) (133.160,50) (133.160,50) (132.023,7,29) (568.888,39) (568.888,39) (568.888,39) (568.888,39) (568.888,39) (568.888,39) (568.888,39) (568.888,39) (567.571,54) (175.751,54)	Ao Capital	498.553,94				
Movimentações de Capital: Por Subscrição/Realização 760.384,28 76.780,00 683.604, 28 76.780,00 683.604, 28 76.780,00 760.384,28 76.780,00 760.384,28 76.780,00 760.384,28 76.780,00 760.384,28 76.780,00 760.384,28 76.780,00 760.384,28 76.780,00 760.384,28 76.780,00 760.384,28 76.780,00 760.384,28 76.780,00 760.384,28 76.780,00 760.384,28 76.780,00 760.384,28 76.780,00 760.384,28 76.780,00 760.384,28 76.780,00 760.384,28 76.780,00 760.384,29 760.384,39 760.	Cotas Capital à Pagar - Ex-associados				(3.243.89)	(3.243.89)
Por Subscrição/Realização ((,,
Sobra / Perda Líquida 1,920,327,29 1,920,327,	Por Subscrição/Realização	760.384,28	(76.780,00)			683.604,28
Provisão de Juros ao Capital Próprio 565.795,59 (568.888,39)	Por Devolução (-)	(133.160,50)				(133.160,50)
Subscrição do Juros ao Capital Próprio (31.209,35) (31	Sobra / Perda Líquida				1.920.327,29	1.920.327,29
IRRF sobre Juros ao Capital Próprio (31.209,35) (405.431,67) (405.431,67) (67.571,94) (77.575,95) (77.575,95) (77.575,95) (77.575,95) (77.575,95) (77.575,95) (77.575,95) (77.575,95) (77.575,95) (77.575,95) (77.575,95) (77.575,95) (77.575,973) (77.575,9	Provisão de Juros ao Capital Próprio				(568.888,39)	
Destinação da Sobra do Exércício: Fundo de Reserva 405.431,67 (405.431,67) (67.571,94) (67						
Fundo de Reserva	IRRF sobre Juros ao Capital Próprio	(31.209,35)				(31.209,35)
FATES Saldos em 31/12/2016 5.442.156,11 (183.350,00) 626.317,87 878.435,29 6.763.559,27 Destinação de Sobras Exercício Anterior: Em Conta Corrente do Associado Ao Capital de Pagar - Ex-associados Movimentações de Capital: Por Subscrição/Realização Provisão de Juros ao Capital Próprio Saldos em 31/12/2017 5.69.409,41 REF Sobre Juros ao Capital Próprio Saldos em 31/12/2017 5.394.937,94 Saldos em 31/12/2017 5.394.937,94 Saldos em 31/12/2017 6.394.947,93 Saldos em 30/06/2017 6.394.947,93 Subscrição do Juros ao Capital Próprio Saldos em 30/06/2017 6.394.947,93 Subscrição do Juros ao Capital Próprio Subscrição do Juros ao Capital Próprio Saldos em 30/06/2017 6.394.947,93 Saldos em 30/06/2017 6.394.947,93 Saldos em 30/06/2017 6.394.947,93 Saldos em 30/06/2017 6.394.947,93 Subscrição do Juros ao Capital Próprio Subscriç						
Saldos em 31/12/2016 5.442.156,11 (183.350,00) 626.317,87 878.435,29 6.763.559,27 Destinação de Sobras Exercício Anterior: Em Conta Corrente do Associado (173.526,59) (173.52				405.431,67		
Destinação de Sobras Exercício Anterior: Em Conta Corrente do Associado 694.305,71 (694.305,71 (694.305,71 (694.305,71 (694.305,71 (694.305,71 (694.305,71 (694.305,71 (694.305,71 (694.305,71 (10.602,99 (10.602,9						
Em Conta Corrente do Associado Ao Capital 694.305,71 (694.305,71) (10.602,99) Movimentações de Capital: Por Subscriçãos (Realização) Por Devolução (190,002,90) Ao Lapital à Pagar - Ex-associados Movimentações de Capital: Por Subscriçãos (Realização) Por Devolução (190,002,00) Por Devolução (190,002,002,00) Por Devolução (190,002,002,002,002,002,002,002,002,002,0			(183.350,00)	626.317,87	878.435,29	6.763.559,27
Ao Capital 694.305,71 (694.305,71) (10.602,99) (10.602		or:			(
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados Movimentações de Capital: Per Subscrição Realização Por Devolução (-) Soldos em 31/12/2017 Saldos em 31/12/2017 Saldos em 31/12/2017 Saldos em 30/06/2017 Saldos		604 205 74				(173.526,59)
Movimentações de Capital: Por Subscrição/Realização 927.513,07 (52.375,00) 875.138,07 Por Subscrição/Realização 927.513,07 (52.375,00) (471.477,75) Sobra / Perda Líquida 1.637.850,45 Forvisão de Juros ao Capital Próprio 569.409,41 (79.380,07) Destinação da Sobra do Exercício:		694.305,/1				
Por Subscrição (Pealização 927.513,07 (52.375,00) 875.138,07 (70.2375,00) 875.					(10.602,99)	(10.602,99)
Pro Devolução (-) Sobra / Perda Líquida Provisão de Juros ao Capital Próprio Subscrição do Juros ao Capital Próprio Subscrição do Juros ao Capital Próprio Sefs. 409,41 IRRF sobre Juros ao Capital Próprio Destinação da Sobra de Exercício: Fundo de Reserva FATES T. 142.516,48 T. 142.516,59 T. 142.		027 542 07	(52.275.00)			
Sobra / Perda Líquida Provisão de Juros ao Capital Próprio Subscrição do Juros ao Capital Próprio Setinação da Sobra do Exercício: Fundo de Reserva FAIES Saldos em 31/12/2017 7.142.516,48 (235.725,00) 943.868,60 688.026,57 8.538.686,65 Saldos em 30/06/2017 6.394.947,93 (222.050,00) 626.317,87 934.397,04 7.733.612,84 Movimentações de Capital: Por Subscrição/Realização 472.423,64 (13.675,00) Fore Devolução (-) Subscrição/Realização 472.423,64 (13.675,00) Fore de Líquida Foreisão de Juros ao Capital Próprio Subscrição do Suros ao Capital Próprio Suros ao Capital			(52.375,00)			
Provisão de Juros ao Capital Próprio Ses 409,41 IRRF sobre Juros ao Capital Próprio Ses 409,41 IRRF sobre Juros ao Capital Próprio Destinação da Sobra do Exercício: Fundo de Reserva Saldos em 31/12/2017 7.142.516,48 6.394.947,93 6.394.947,93 (222.050,00) 7.33.612,84 (235.725,00) 943.868,60 688.026,57 8.538.686,65 688.026,57 8.538.686,65 88.026,57 8.538.686,65 88.026,57 8.538.686,65 88.026,57 8.538.686,65 88.026,57 8.538.686,65 88.026,57 8.538.686,65 88.026,57 8.538.686,65 88.026,57 8.538.686,65 88.026,57 8.538.686,65 88.026,57 8.538.686,65 88.026,57 8.538.686,65 88.026,57 8.538.686,65 88.026,57 8.538.686,65 88.026,57 8.538.686,65 88.026,57 88.386,866,65 88.026,57 88.386		(4/1.4/7,/5)			1 637 050 45	
Subscrição do Juros ao Capital Próprio (19.390,07) Destinação da Sobra de Exercício: (19.390,07) Destinação da Sobra de Exercício: (19.390,07) Destinação da Sobra de Exercício: (19.390,07) ATEL S (19.390,07) TATES (19.390,07)	Sobra / Perda Liquida					
IRRF sobre Juros ao Capital Próprio (19.390,07) (19.		EGO 400 41			(5/9.348,03)	
Destinação da Sobra do Exercício: Fundo de Reserva 317.550,73 (317.550,73) FATES (52.925,12) Fates (52.925						
Fundo de Reserva FATES 317.550,73 (317.550,73) FATES (52.925,12)		(13.330,07)				(13.330,07)
FATES Saldos em 31/12/2017 7.142.516,48 (235.725,00) 943.868,60 688.026,57 8.538.686,65 5340.000 626.317,87 934.397,04 7.733.612,84 Movimentações de Capital: Por Subscrição/Realização 472.423,64 (13.675,00) 470.453,41 703.453,41 70				217 550 72	(217 550 72)	
Saldos em 31/12/2017 7.142.516,48 (235.725,00) 943.868,60 688.026,57 8.538.686,65 5aldos em 30/06/2017 6.394.947,93 (222.050,00) 626.317,87 934.397,04 7.733.612,84 Movimentações de Capital: Por Subscrição/Realização 472.423,64 (13.675,00) 45.691,00 45.691				317.330,73		(52 925 12)
Saldos em 30/06/2017 6.394.947,93 (222.050,00) 626.317,87 934.397,04 7.733.612,84 Movimentações de Capital: Por Subscrição/Realização 472.423,64 (13.675,00) 458.748,64 (274.874,43) 458.748,64 (274.874,43) 470.3453,41 703.453,41 703		7 142 516 48	(235 725 00)	943 868 60		
Movimentações de Capital: Por Subscrição/Realização 472.423,64 (13.675,00) 458.748,64 Por Devolução (-) (274.874,43) (274.874,43) (274.874,43) Sobra / Perda Líquida 703.453,41 Provisão de Juros ao Capital Próprio 569.409,41 (579.348,03) Subscrição do Juros ao Capital Próprio 569.409,41 (79.349,41) RIRF sobre Juros ao Capital Próprio (19.390,07) (19.390,07) Destinação da Sobra do Exercício: (19.390,07) (19.390,07) Partis (19.390,07) (19.390,07) (19.390,07) Partis (19.390,07) (19.390,07) (19.390,07) Partis (19.390,07) (19.390,07) (19.390,07) (19.390,07) Partis (19.390,07) (
Por Subscrição/Realização 472.423,64 (13.675,00) 458.748,64 Por Devolução (-) (274.874,43) (274.874,43) Sobra / Perda Líquida 703.453,41 703.453,41 Provisão de Juros ao Capital Próprio 569.409,41 (579.348,03) IRRF sobre Juros ao Capital Próprio (19.390,07) 569.409,41 Destinação da Sobra do Exercício: 19.390,07) (19.390,07) Fundo de Reserva 317.550,73 (317.550,73) FATES (52.925,12) (52.925,12)		0.554.541,55	(222.030,00)	020.517,07	334.337,04	7.755.012,04
Por Devolução (-) (274.874,33) (274.874,43) (274.874,43) (274.874,43) (274.874,43) (50bra / Perda Liquida (579.348,03) (57	Por Subscrição/Realização	472 423 64	(13 675 00)			458 748 64
Sobra / Perda Líquida 703.453,41 703.453,41 703.453,41 707.545,41 707.5			(13.073,00)			
Provisão de Juros ao Capital Próprio (579.348,03) (579.348,0		(27 1107 1, 15)			703.453.41	
Subscrição do Juros ao Capital Próprio 569.409,41 569.409,41 IRRF sobre Juros ao Capital Próprio (19.390,07) (19.390,07) Destinação da Sobra do Exercício: 317.550,73 (317.550,73) FATES (52.925,12) (52.925,12)						
RRF sobre Juros ao Capital Próprio (19.390,07) (19.390,07) Destinação da Sobra do Exercício:	Subscrição do Juros ao Capital Próprio	569.409,41			,	
Destinação da Sobrá do Exercício: Fundo de Reserva 317.550,73 (317.550,73) FATES (52.925,12) (52.925,12)	IRRF sobre Juros ao Capital Próprio					
Fundo de Reserva 317.550,73 (317.550,73) - FATES (52.925,12) (52.925,12)	Destinação da Sobra do Exercício:	, / /				, ,
	Fundo de Reserva			317.550,73	(317.550,73)	-
Saldos em 31/12/2017 7 142 516 48 (235 725 00) 943 868 60 688 026 57 8 538 686 65	FATES			·	(52.925,12)	(52.925,12)
As Notas Explicativas são parto integrante das demonstrações contábois	Saldos em 31/12/2017	7.142.516,48	(235.725,00)	943.868,60	688.026,57	8.538.686,65

As Notas Explicativas são parte i

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exer

1. Contexto Operacional: A Cooperativa de Economia e Crédito dos Empresarios, Profissionais do Mercado Imbolliário e da CMI/SECOVI - SICOOB SECOVICRED MG, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não
bancária fundada em 08 de agosto de 2011, filíada à CCE CRED EST MG ITDA.

SICOOB ESTRRAL ECEREMGE e componente da Confederação Nacional das
Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras
cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política a es Instituições Monetárias, Bancárias e Crediticias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a
Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2090, que
dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMM

7º 4.344/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. O SICOOB SECOVICRED MG
tem como atividade preponderante a operação na área crediticia, tendo como
finalidade: (i) Proporcionar, através da aniqua mutual dade, assistência financeira a os
associados; (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, pela dumitua da economia sistemática e do
uso adequado do crédito; e (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais) adequado do crédito; e (iii) Praticar, nos termos dos normativos eguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, estação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com utras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro. nclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preser var o poder de compra da moeda e remunerar os recursos. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elabora as de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às insti uições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BA-EN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente quelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº .764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Conrábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 05/03/2018. Na elaboração das de-monstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar eterminados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações con ábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para réditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo nobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os remobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os re-sultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Conta-bilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições fi-nanceiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil São: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMM nº 4.144/2012; CPC 01(R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMM nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN n° 3.566/2008; CPC 03 (R2) Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN n° 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN n° 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN n° 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. -Resolução CMN n° 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução

ercicios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em Reais) CMN nº 3.973/2011; (PC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015. 3. Resumo das principais práticas contábeis: a) Apuração do resultado: Os ingressos/recitas e os são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade. b) Estimativas contábeis: Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. c) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as rela-ções interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. **d) Operações de crédito:** As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos tivos indexadores pactuados. e) Provisão para operações de crédito: Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econô-mica. As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critémica. As Resoluções CMN nº 269/7/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os criterios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AR (risco mínimo) a H (risco máximo). f) Investimentos: Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE, avalidads pelo método de custo de aquisição. g) Invobilizado: Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são de victors, victors, victors de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depre-ciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens. h) Intangível: Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. i) Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total con-trole da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho

demonstracões contábeis

Nota	2° Semestre 2017	31/12/2017	31/12/2016					
	847.438,70	1.838.901,97	2.253.258,17					
	847.438,70	1.838.901,97	2.253.258,17					
	(1.733.003,98)	(3.797.809,04)	(4.165.000,91)					
	(1.301.696,84)	(2.900.440,88)	(3.650.982,01)					
	(431.307,14)	(897.368,16)	(514.018,90)					
	(885.565,28)	(1.958.907,07)	(1.911.742,74)					
	1.594.240,03	3.606.755,09	3.813.837,05					
	1.222.880,28	2.242.159,41	1.243.671,89					
	854.562,92	1.693.702,46	1.182.855,04					
	(781.701,39)	(1.567.590,59)	(1.415.648,31)					
	(1.571.719,26)	(2.934.125,79)	(2.062.233,94)					
	(122.822,70)	(227.434,12)	(150.789,18)					
	2.034.053,84	4.466.370,72	5.006.993,44					
16	171.609,84	310.431,51	269.978,04					
17	(212.623,50)	(376.758,51)	(260.989,93)					
	708.674,75	1.647.848,02	1.902.094,31					
18	(5.221,34)	(5.221,33)	23.088,53					
	703.453,41	1.642.626,69	1.925.182,84					
	-	(2.238,86)	(2.579,51)					
	-	(2.537,38)	(2.276,04)					
	703.453,41	1.637.850,45	1.920.327,29					
		(370.475,85)	(473.003,61)					
		(52.925,12)	(67.571,94)					
		(317.550,73)	(405.431,67)					
		1.267.374,60	1.447.323,68					
15		(579.348,03)	(568.888,39)					
		688.026,57	878.435,29					
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.								
31 de d								
	2° Semestre 2017	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>					
	16 17 18 15 te das da	Nota 2º Semestre 2017 847.438,70 847.438,70 (1.733.003,98) (1.301.696,84) (431.307,14) (885.565,28) 1.594.240,03 1.222.880,28 854.562,92 (781.701,396) (1257.1719,26) (122.822,70) (1257.1719,26) (122.822,70) 2.034.053,84 17 2.034.053,84 17 703.453,41 703.453,41	847.438,70 1.338,901,97 (1.733.003,98) (1.301.696,84) (431.307,14) (885.565,28) 1.594,240,03 1.667,755,09 1.222,880,28 2.242.159,41 854.562,92 (781.701,39) (1.571.719,26) (781.701,39) (1.571.719,26) (12.282,70) (272.434,12) 16 17 (212.623,50) 17 08.674,75 18 (5.221,34) 703.453,41 1.642.626,69 2.238,86) 1.693.783,84 4.466.370,72 1.693.783,84 4.466.370,72 1.693.783,84 1.642.626,69 1.693.783,84 1.642.626,69 1.693.783,84 1.642.626,69 1.693.783,84 1.667.784,84 1.667.784,84 1.667.784,84 1.667.784,84 1.667.784,84 1.667.784,84 1.667.784,84 1.667.784,84 1.667.784,84 1.667.784,84 1.667.784,85 1.667.784,85 1.667.784,85 1.667.784,85 1.667.784,85 1.667.784,85 1.667.784,85 1.667.784,85 1.667.784,85 1.667.784,60 1.593.480,33 1.667.759,348,03 1.667.759,09 1.759,779,779,779,779,779,779,779,779,779,					

Lucio / Frejuzo (Sobia / Ferda) Liquido	15	(570.340.03)	(500,000,00)
Juros ao Capital Próprio	15	(579.348,03)	(568.888,39)
Resultado a Disposição da AGO		688.026,57	878.435,29
As Notas Explicativas são parte integrar			
Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em		16 (Valores expressos	
Descrição	2° Semestre 2017	31/12/2017	31/12/2016
Atividades Operacionais			
Sobra / Perda do Exercício Antes da Tributação	703.453,41	1.642.626,69	1.925.182,84
IRPJ / CSLL	· -	(4.776,24)	(4.855,55)
Depreciações e Amortizações	56.653,96	89.408,92	29.033,86
Provisão para Perda com Operações de Crédito	238.200.00	299.858.82	322.040,75
Provisão de Juros ao Capital Próprio	(579.348,03)	(579.348,03)	(568.888,39)
	418.959.34	1.447.770,16	1.702.513,51
Aumento (Redução) em Ativos Operacionais			02.0 .0,5 .
Operações de Crédito	(116.123.50)	(209.124.33)	(158.805.87)
Outros Créditos	1.003.119,63	(191.601,48)	(228.394,69)
Outros Valores e Bens	(120.659.29)	(119.827.83)	(10.929,03)
Aumento (Redução) em Passivos Operacionais	(120.033,23)	(113.021,03)	(10.323,03)
Depósitos a Vista	997.365.51	3.931.797.72	1.821.311,55
Depósitos a Prazo	4.918.048,38	6.461.009.88	9.210.632,27
Relações Interdependências	(672,22)	0.401.005,00	(490.000,00)
Outras Obrigações	(717.372.50)	320.808.17	178.849.61
Caixa Líguido Aplicado em Atividades Operacionais	6.382.665.35	11.640.832.29	12.025.177,35
Atividades de Investimentos	0.302.003,33	11.040.032,23	12.023.177,33
Aplicação no Intangível	(620,80)	(1.615.30)	(8.668,00)
Inversões em Imobilizado de Uso	(5.926,80)	(573.167,41)	(209.604,27)
Inversões em Investimentos	(3.320,00)	(143.001,47)	(78.854,77)
Outros Ajustes	(53.48)	(53.48)	(83,92)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(6.601,08)	(717.837,66)	(297.210,96)
Atividades de Financiamentos	(0.001,00)	(717.037,00)	(237.210,30)
Aumento por Aportes de Capital	458.748.64	875.138,07	683.604.28
Devolução de Capital à Cooperados	(274.874,43)	(471.477,75)	(133.160,50)
Destinação de Capital à Cooperados Destinação de Sobra de Exercício Anterior em Cotas de Capital à Pagar	(274.074,43)	(10.602,99)	(3.243,89)
Destinação de Sobra de Exercício Anterior em C/C Associados	_	(173.526,59)	(123.278,34)
FATES - Sobra Exercício	(52.925,12)	(52.925,12)	(67.571,94)
Subscrição do Juros ao Capital Próprio	569.409,41	569.409,41	565.795,59
IRRF sobre Juros ao Capital Próprio	(19.390,07)	(19.390,07)	(31.209,35)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	680.968,43	716.624,96	890.935,85
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	7.057.032.70	11.639.619.59	12.618.902,24
Modificações em Disponibilidades Líquida	7.037.032,70	11.055.015,55	12.010.302,24
No Início do Período	43.517.781,67	38.935.194,78	26.316.292,54
No Fim do Período	50.574.814,37	50.574.814,37	38.935.194,78
Variação Líquida das Disponibilidades	7.057.032.70	11.639.619,59	12.618.902,24

No Firm do Periodo

Variação Líquida das Disponibilidades

As Notas Explicativas são parte intego

como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito
provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às
demonstrações contábeis. J) Demais ativos e passivos: São registrados pelo
regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas,
até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. k) Provisões: São reconhecidas
quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implicita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja
requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo
como base as melhores estimativas do risco envolvido. I) Passivos contingentes: São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou
administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas
em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota
de perda não são divulgadas. m) Obrigações legais: São aquelas que decorem de um contrato por meio de termos explícitos ou implicitos, de uma lei ou
outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz. n) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a
contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em

5. Operações de crédito: a) Composição da carteira de crédito por modalidad

grante das demonstrações contabeis.

operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto
3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto

o) Segregação em circulante e não circulante: Os valores realizáveis e

similais com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os o) Segregação em circulante e não circulante: Os valores realizáveis e exigiveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e parazos superiores, no longo prazo (não circulante, e) Valor recuperável de ativos - impairment: A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do perdoo em que foram identificadas. Em 31 de Dezembro de 2017 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Q1 Eventos subsequentes: Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por. • Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis. Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis. Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2017. 4. Relações interfinanceiras: Refere-se à centralização financeira das disponibilidades liquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015. de:

5. Ope	rações de crédi	to: a) Composiçã	o da carteira de crédito po	or modalidade:			•	
Modal	lidade						31/12/20	17 31/12/2016
			_	Circulante	Não C	irculante	To	tal
Adianta	amento a Deposita	inte	_	27.896,69	-	=	27.896,	.69 66.744,44
Emprés	timos '		2	2.955.118,00	3.3	57.145,16	6.312.263,	
	Descontados			30.714.88			30.714	
Financi	amentos			304.972,35	2	06.184,69	511.157	.04 873.309,57
(-) Prov	isões para Operac	ões de Crédito		(869.191,21)			(869.191,	(21) (569.332,39)
Total			2.	.449.510,71	3.56	3.329,85	6.012.840	.56 6.103.575,05
b) Con	nposição por tipo o	de operação, e clas	ssificação por nível de risc	o de acordo com	a Resolução CN	1N nº 2.682/1	999:	•
Nível/I	Percentual de Ri	sco/Situação	Total em 31/12/2017	Provisões	31/12/2017	Total em	31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA	-	Normal	91.684,01		=		-	=
Α	0,5%	Normal	2.829.312,09		(14.146,56)		2.565.828,06	(12.829,14)
В	1%	Normal	2.326.940,04		(23.269,40)		2.411.544,61	(24.115,45)
В	1%	Vencidas	14.148,69		(141,49)		171.251,07	(1.712,51)
C	3%	Normal	573.155,35		(17.194,66)		237.996,96	(7.139,97)
C	3%	Vencidas	17.069,51		(512,09)		18.292,73	(548,78)
D	10%	Normal	83.024,20		(8.302,42)		181.828,93	(18.182,89)
D	10%	Vencidas	3.097,41		(309,74)		276.072,57	(27.607,26)
E	30%	Normal	5.661,04		(1.698,31)		57.050,95	(17.115,29)
E	30%	Vencidas	5.736,06		(1.720,82)		337.580,56	(101.274,17)
F	50%	Normal	· =		-		10.148,89	(5.074,45)
F	50%	Vencidas	12.553,02		(6.276,51)		76.710,78	(38.355,36)
G	70%	Normal	28.733,37		(20.113,36)		14.877,85	(10.414,49)
G	70%	Vencidas	384.703,72		(269.292,60)		29.203,07	(20.442,15)
Н	100%	Normal	91.223,48		(91.223,48)		83.245,93	(83.245,93)
Н	100%	Vencidas	414.989,78		(414.989,78)		201.274,55	(201.274,55)
	Normal		6.029.733,58		(175.948,19)		5.562.522,18	(178.117,55)
	/encidos		852.298,19		(693.243,03)		1.110.385,26	(391.214,78)
Total (Geral		6.882.031,77		(869.191,22)		6.672.907,44	(569.332,39)
Provis	ões		(869.191,21)				(569.332,39)	
	Líquido		6.012.840,56				6.103.575,05	
		a de crédito por fa	aixa de vencimento:					
Descri			Até 90	De 91 até 3			de 360	Total
Emprés			604.715,41	976.595		3.35	7.145,16	4.938.456,03
	Descontados		29.763,27	651			-	30.714,88
	amentos		82.987,52	221.984			5.184,69	511.157,04
Total			717.466,20	1.199.231	,90	3.563	.329,85	5.48 <u>0.327,95</u>

continuação	COOPERA				
d) Composição da cart Descrição	eira de credito por i Conta Corre				atividade ed Financia i
Setor Privado - Servicos			Ellipre	Stillio /	3.686
Pessoa Física	243.105				1.506
Outros	611.018				257.0
Total	1.401.703				5.449.6
e) Movimentação da p	rovisão para crédit	os de lia	uidacão d	duvidosa	
ções de crédito:	rovisuo para creare	os acq	uiuuçuo (auriaosc	, ac opera
Descrição		31/1	2/2017	31/	12/2016
Saldo Inicial		569	1.332.39	24	7.291.64
Constituições / Reversõ	es	754	.332.59	48	3.721.99
Transferência para preji	uízo	(454	.473,77)	(16	1.681,24)
Total		869	191,21	569	3.721,99 1.681,24) 9.332,39
f) Concentração dos Pr	incipais Devedores:				
		Carteira			6Carteira
Descrição	31/12/2017 698.601,91	Total	31/12/	2016	Total
Maior Devedor	698.601,91	10,00%	647.0	15,71	10,00%
10 Maiores Devedores	3.788.856,67	55,00%	2.708.6	10,67	40,00%
50 Maiores Devedores				44,68	74,00%
g) Movimentação de C	réditos Baixados Co	omo Preji	JÍZO:		
Descrição		31/1	2/2017	31/	12/2016
Saldo inicial		186	.891,30	3	9.949,58
Valor das operações tra		10 5//	1.165,51	16	1.681,24
Valor das operações red Valor dos descontos co		10 (43	1.852,61)	(1	4.739,52)
		/10	01410\		
nas operações recupe Total	Iduds).014,18) . 190.02		6.691.30
h) Receitas de operaçõ	ac da crádita:	/10.	190,02	181	0.091,30
Descrição	es de Ciedito.	21/1	2/2017	21/	12/2016
Adiantamento a deposi	tantos		5.586,24		4.172,05
Empréstimos e títulos d					0.030,23
Financiamentos	icacontau03	13/	.058,69	7.54	4.316,37
Recuperação de créd. b	sivados como prais		.728,83		4.739,52
Total	ainados como preju		.901,97		3.258,17
6. Outros créditos		1.030	.501,51	2.23.	J.230, 17
Valores referentes às in	nortâncias devidas	a Coone	rativa no	r nessoa	s físicas ou
jurídicas domiciliadas n				PC3300	.55.045 04
	- p=10, comonne de		Avais e F	iancas	
N/	Di (Cit 7 -				-

E 30%		-			
F 50%	11.2	263,29			
G 70%					
H 100%	4.0	70.75			
Total	15.3	34,04	1		
7. Outros valores e bens					
Descrição	31/12/2017	31/12/2016			
Bens Não de Uso Próprio (a)	121.400,00	-			
Despesas Antecipadas (b)	24.218,77	25.790,94			
Total	145.618,77	25.790,94			
 a) Em Bens Não de Uso Próprio está regis 	trado o valor refer	ente aos bens re-			
cebidos como dação em pagamento de dí-					
ciação ou correção. b) Registram-se ainda	no grupo, as desp	esas antecipadas,			
referentes aos prêmios de seguros, processamento de dados, vale transporte,					
vale refeição e contribuição cooperativista					
presentado por quotas do SICOÓR CENTR.	AL CECREMGE 9	Imohilizado de			

ível/Percentual de Risco/Situacão

uso: Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:				
Descrição		31/12/2016	Taxa Depre- ciacão	
Imobilizado em Curso (a)	-	126,346,07	ciação	
Instalações	533.283,65	18.249,00	10%	
(-) Deprec. Acumulada de Instalações	(40.488,42)	(7.927,87)		
Móveis e equipamentos de Uso	242.169,93	97.780,02	10%	
(-) Denrec Acum Móveis e Equin de III-	sn (41 676 36)	(19 235 89)		

Móveis e equipamentos de Uso 242.169,93 97.780,02 10% (-) Deprec. Acum. Móveis e Equip. de Uso (41.676,36) (19.235,89) Sistema de Comunicação 31.268,96 13.268,96 20% Sistema de Processamento de Dados 119.560,98 87.091,15 10% Sistema de Processamento de Dados 119.560,98 97.740,00 10% (-) Deprec. Acum. Outras Imob. de Uso (75.546,09) (50.242,32) 10% (-) Deprec. Acum. Outras Imob. de Uso (75.546,09) (50.242,32) 270.799,12 (a) As imobilizações em curso foram alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas. 10. Depósitos: É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade. É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré-fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas com base no critério de concentra edutora. Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

ac cicallo e os banco					
		%Carteira			%Carteira
Descrição	31/12/2017		31/12		Total
Maior Depositante	3.901.206,63	8,00%	3.624.8	311,70	9,00%
10 Maiores					
Depositantes	20.188.441,58	41,00%	14.915.4	120,15	39,00%
50 Maiores					
Depositantes	35.863.887,93	74,00%	27.582.8	383,46	72,00%
Despesas com ope	rações de capta	ção de me	rcado:		
Descrição		31/1	2/2017	3	1/12/2016
Despesas de Depósito	os a Prazo	2.836	5.559,96	3.5	598.579,93
Despesas de Contribu					
Garantidor de Crédi	tos	63	3.880,92		52.402,08
Total		2.900	440,88	3.6	50.982,01
11. Outras Obrigaç	ões: 11.1 Sociai	s e Estatu	tárias:		
Descrição		31/1	2/2017	3	1/12/2016
Resultado de Atos co	m Associados (a)	52	2.925,12		67.696,50
Resultado de Atos co	m Não Associados	(a)	-		7.340,45
Cotas de Capital a Pa	gar (b)	157	7.627,54		57.066,84
Total	J	210	.552,66	1.	32.103,79
a) O FATES é destina	do às atividades e	ducacionais	s, à prest	ação d	e assistência
aos cooperados, seus					
do polo rocultado dos	atoc não coopora	tivoc á do 5	0/ dac co	brac líc	uidac do ato

aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituí-do pelo resultado dos atos não cooperativos é de 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas seque determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educa-cional e Social - Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971. b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados. 11.2 Fiscais e Previdenciárias: As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Outras Obrigações estão assim compostas:		
Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e contribuições a recolher	88.773,38	178.153,06
Total	88.773,38	178.153,06
(a) Refere-se a Impostos e Contribuições s		
COFINS/CSLL a recolher retidos s/Notas Fis		
2.289,72 e em 31.12.2016 R\$12.394,82	; Impostos e Con	tribuições s/Salá-

nômica:			
nto	Título Descontado	31/12/2017	% da Carteira
3,21	30.714,88	4.264.657,62	62%
9,23	-	1.749.345,16	25%
0,63	=	868.028,99	13%
3,07	30.714,88	6.882.031,77	100%
Descrição	0	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fia	anças Honrados (a)	15.334,04	110.380,45
Serviços P	restados a Receber (b)	36.580,93	40.769,75
Outras Re	ndas a Receber (c)	310.404,91	524.053,72
Adiantam	entos e antecipações salariais (d	9.825,98	4.531,54
Adiantam	entos p/Pagamentos de Nossa C	onta 244,05	941,52
Impostos	e Contribuições a Compensar	4.776,24	
Adiantam	entos por conta de Imobilizaçõe:	588,32	588,32
Pagament	os a Ressarcir	1.621,73	1.621,73
Títulos e (Créditos a Receber (e)	21.080,80	20.905,89
Devedores	s Diversos (f)	431.817,35	8.648,22
(-) Provisã	o p/Outros Créd. de Lig. Duvidos	sa (g) (9.702,40)	(81.470,67)
Total		822.571,95	630.970,47
(a) Crédito	os por avais e fianças honrados e	stão registrados os	valores de cartões

Total (a) Créditos por avais e fianças homrados estão registrados os valores de carãos de crédito inadimplentes mais de 81 dias. (b) Serviços Prestados a Receber refere-se a rendas de serviço prestado de recebimento de convênios de tributos dederais, estaduais, municipais, convênios com empresas de telecomunicações, saneamento e demais empresas privadas. (c) Outras Rendas a receber de prestação de serviço com convénios com INSS (R\$ 369,92 em 31.12.2017 e R\$ 466,38 em 31.12.2016) e rendimentos a receber do saldo mantido na Centra-lização financeira do SICOOB Central Cecremge, cujo valor R\$ 308.697,49 em 31.12.2017 e R\$ 522.604,32 em 31.12.2016; Outras Rendas a Receber referente comissão de Poupança cooperada cujo saldo em 31.12.2017 R\$ 1.337,50 em 31.12.2016 R\$ 933.02. (d) Adiantamento salariais refere-se a Adiantamento de férias. (e) Títulos e créditos a receber refere-se a tarifas sem concessão de crédito a serem debitadas dos cooperados pela prestação de serviços. (f) Devedores Diversos refere-se a pendências a regularizar Bancoob no montante (em 31.12.2017 R\$ 131,38 e em 31.12.2016 R\$ 8.647,97); Diferença de Caixa em (31.12.2017 R\$ 131,38 e em 31.12.2016 R\$ 11,53); Outras Pendências a regularizar em 31.12.2017 R\$ 131,38 e em 31.12.2016 R\$ 0.25 referente a pagamentos diversos a ressarcir. (g) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nivel de risco, de acordo com a Resolução CMM n° 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

	11.263,29	5.631,65	13.660,71	6.830,37
			21.533,01	15.073,11
	4.070,75	4.070,75	52.873,11	52.873,11
1	5.334,04	9.702,40	110.380,45	81.470,67
	rios, IRRF, INS	S, FGTS, PIS s/Folha d	le Pagamento cujo sa	aldo em 31.12.2017
	R\$ 39.750,34	l e em 31.12.2016 R	\$ 39.245,10; Próvisã	io de Outros Impos-
	tos e Contrib	ouições Obrigatórias -	IRRF s/Aplicações F	inanceiras(saldo em
		\$ 7.989,30 e em 31.1		
	em 31.12.201	17 R\$ 18.126,91 e em	31.12.2016 R\$ 12.	711,08; Pis s/Fatura-
-	mento em 31.	12.2017 R\$ 163,21 e	em 31.12.2016 R\$ 16	55,93; Cofins a Reco-
-		2.2017 R\$ 1.032,34 e		
5,	ao Capital em	31.12.2017 R\$ 19.42	1,56 e em 31.12.2010	5 é de R\$ 31.209,35.

Provisões

31/12/2017

Total em

31/12/2017

Total em

31/12/2016 22.313.62

Provisões

C

11.3 Diversas:		
Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Aguisição de		
Bens e Direitos (a)	2.269,99	43.262,71
Obrigações por Prestação de	•	
Serviços de Pagamento (b)	38.316.78	44.169.92
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	135,492,47	144.910.57
Provisão para Garantias Financeiras		
Prestadas (d)	28,699,68	16.678.80
Credores Diversos - País (e)	417.038.36	41.023.81
Total	621.817,28	290.045,81
100	1 6 1	

Prestadas (d) 28.699,68 16.678,80 Credores Diversos - País (e) 417.038,3 6 41.023,81 Total a) Refere-se a Provisão de para pagamento de Fornecedores por compra de bens. b) Refere-se a prestação de serviço, repasse de salário aos funcionários dos associados. c) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com folha de pagamento e encargos dos funcionários da Cooperativa, Inclui nessa rubrica a provisão de Férias (R\$ 54.098,51 em 31.12.2017 e R\$ 68.148,32 em 31.12.2016); Encargos obrigatórios INSS s/Férias (R\$ 13.903,18 em 31.12.2017 e R\$ 7.941,09 em 31.12.216); FGTS s/ Férias (R\$ 7.21,31 em 31.12.2017 e R\$ 68.148,32 em 31.12.2016 p e PIS s/ 13° Sálário (R\$ 0.00 em 31.12.2017 e R\$ 698,09 em 31.12.2016) e PIS s/ 13° Sálário (R\$ 0.00 em 31.12.2017 e R\$ 631.78 em 31.12.2016) e PIS s/ 13° Sálário (R\$ 0.00 em 31.12.2017 e R\$ 231,78 em 31.12.2016) e PIS s/ 13° Sálário (R\$ 0.00 em 31.12.2017 e R\$ 31.12.2017 e R\$ 13.11.2017 e R\$ 31.12.2017 e R\$ 13.11.2017 e R\$ 31.12.2017 e R\$ 31.12.2017 e R\$ 31.12.2017 e R\$ 31.12.2017 e R\$ 33.11.2017 e R\$ 34.31.2017 e R\$ 34.31.2018 em 34.31.2018 em 34.31.2018 em 34.31.2017 e R\$ 34.31.2018 em 34.31.2017 e R\$ 34.31.2018 em 34.31.2018 em 34.31.2017 e R\$ 34.31.2018 em 34.31.2017 e R\$ 34.31.2017 em 34.31.2017 e 31/12/2017 31/12/2016

Capital Social	6.906.791,48	5.258.806,11
Associados	1.663	1.407
 Reserva Legal: Representada pelas o 	destinações estatutária	is das sobras, no
percentual de 30%, utilizada para repara	ar perdas e atender ao	desenvolvimento
de suas Atividades. c) Sobras Acumula	das: As sobras são dis	tribuídas e apro-
oriadas conforme Estatuto Social, norma	is do Banco Central do	Brasil e posterior
deliberação da Assembleia Geral Ordin	ária (AGO). Atendend	o à instrução do
BACEN, por meio da Carta Circular nº 3	.224/2006, o Fundo de	e Assistência Téc-
nica, Educacional e Social - FATES é re	gistrado como exigibil	dade, e utilizado
em despesas para o qual se destina, c	onforme a Lei nº 5.70	54/1971. Em As-
sembleia Geral Ordinária, realizada em 1	24.04.2017, os cooper	ados deliberaram
pelo aumento do capital social com sobr		
de 2016, no valor de R\$ 694.305,71.	 d) Destinações estatu 	tárias e legais: A
sobra líquida do exercício terá a seguint		9

educacional e social - 5% Sobra à disposição da Assembleia Geral	(52.925,12) 688.026,57	(67.571,94 878.435,29
Reserva legal - 30% Fundo de assistência técnica.	(317.550,73)	(405.431,67
obra líquida, base de cálculo das destinações Destinações estatutárias	1.058.502,42	1.351.438,90
Sobra líquida do exercício	1.058.502,42	1.351.438,90
Descrição	31/12/2017	31/12/2016
obra líquida do exercício terá a seguinte o		

14. Resultado de atos não cooperativos	: O resultado de	atos não coope-
rativos tem a seguinte composição:		
Descrição	2017	2016
Receita de prestação de serviços	263.527,28	210.837,90
Despesas específicas de atos		·
não cooperativos	(33.919,67)	(138.921,69)
Despesas apropriadas na proporção das		
receitas de atos não cooperativos	(110.075,79)	(72.398,44)
Resultado operacional '	119.531,82	(482,23)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	5.221,33	23.088,53
Lucro antes do imposto de renda e		
da contribuição social	124.753,15	22.606,30
mposto de Renda e Contribuição Social	(4.776,24)	(4.855,55)
Resultado de atos não		
cooperativos (lucro líquido)	119.976,91	17.750,75
Total de receitas de vendas de		
seguros com associados (a)	(1.550,09)	(751,95)
Total de receitas de vendas guotas de		
consórcio com associados (b)	(4.554,40)	(23.017,91
Resultado de Atos com Não Associados	113.872,42	(6.019,11)
15. Provisão de Juros ao Capital: A Co	perativa pagou	juros ao capital
próprio visando remunerar o capital do asso		

próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

io. Outros ingressos/rendas operaciona	is:	
Descrição	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas Reversão de Provisão para	26.110,52	2.960,37
Garantias Prestadas	16.678,80	2.026,38
Reversão de Outras Provisões Operacionais	131.080.42	128.429.52
Rendas Juros Cartão de Crédito	76.135.29	119.592.86
Rendas Multas por Atraso - Cartão	70.133,23	115.552,00
de Crédito	11.395,21	29.260,36
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	17,80	-
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	24.282,08	22.824,72
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	24.476.89	18.246.97
Outras Rendas Operacionais	254,50	(53.363,14)
Total	310.431,51	269.978.04
17. Outros dispêndios/despesas operaci		
Descrição	2017	2016
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	58.164,29	23.358,37
Despesas de Descontos Concedidos	38.718,54	-
Despesas de Provisões Passivas	28.699,68	-
Cancelamento de Tarifas Pendentes	71.700,70	63.835,16
Contrib. ao Fundo Ressarc.		
Fraudes Externas	5.550,16	1.793,11
Contrib. ao Fundo Ressarc.		
Perdas Operacionais	5.281,29	1.508,46
Contrib. ao Fundo Tecnologia		
da Informação	67.961,44	60.939,60
Outras Despesas Operacionais	100.682,41	90.850,05
Provisão para Garantias Prestada		18.705,18
[otal	376.758,51	260.989,93
18. Resultado não operacional:	2047	2016
Descrição	2017	2016
Ganhos de Capital	1.055,67	23.310,71
-) Perdas de Capital	(4.000,00)	(222,18)
-) Outras Despesas não Operacionais	(2.277,00)	22 000 52
Resultado Líquido	(5.221,33)	23.088,53

19. Partes Relacionadas: As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa é de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito. As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Montante das operações ativas e

Taxa Aprovada

passivas no exercício de 2	017-		-
Montante das Operações Ativas P.R Vínculo de	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
Grupo Econômico P.R Sem vínculo de	4.159.553,79	13,34%	4.346,00
Grupo Econômico Total	366.217,86 4.525.771.65	1,17% 14.52%	205,76 4.551.76
Montante das			4.331,76
Operações Passivas Operações ativas e passiva	45.922.601,85 as - saldo em 2017:	59,18%	

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	de Crédito em
Cheque Especial	37.080,34	716,85	15%
Conta Garantida	196.901,30	1.993,25	17%
Empréstimo	426.066,13	4.566,90	9%
Financiamento	1.990,15	9,95	0%
Natureza dos	Valor do	% em Relaçã	io Taxa
Depósitos	Depósito	à Carteira Tot	al Média - %
Depósitos a Vista	859.652,50	6,13	% 0%
Depósitos a Prazo	10.002.730,39	28,34	% 0,55%
Foram realizadas transa	ções com partes	relacionadas, na fo	rma de: depósito a
prazo, cheque especial,	conta garantida	, cheques desconta	idos, crédito rural -
RPL crédito rural - repa	sses, empréstim	os, dentre outras, à	taxa/remuneração

Natureza das Operações	Aplicadas em Relação às Partes	pelo Conselho de Administração/
Ativas e Passivas	<u>Relacionadas</u>	Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	2,76%	2,76%
Empréstimos	1,38%	1,38%
Crédito Rural - Repasses	1,11%	1,11%
Financiamento '	99,35%	99,35%
Percentual e Movimenta	m Relação à Carteira ção no Exercício de	a Geral
Empréstimos e Financiamentos	ição no Exercicio de	10.97%

relacionada no quadro abaixo, por modalidade

Empréstimos e Financiamentos 10,97%. As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Natureza da Operação de Crédito Empréstimos e Financiamentos 46.175,47 As coobrigações prestadas pela Cooperativa referente a cartões de crédito às partes relacionadas foram as seguintes:

As Coobrigações Prestadas a Partes Relacionadas no Exercício de 2017 (R\$):

Pessoa Fisca 54.002,67

Pessoa Física 54.002,67
Pessoa Jurídica 13.093,80
No exercício de 2017 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios Monetários no Exercício de 2017 (R\$)

Encargos Sociais No decorrer do e orrer do exercício não houve aquisições, por partes relacionadas, de Bens Parecer do Conselho Fiscal

OS EMPRESÁRIOS, PROFISSIONAIS DO MERCADO IMOBILIÁRIO E DA CMI SECOVI MG SICOOB SECOVICRED MG - CNPJ 14.913.919/0001-80 - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis recebidos pela Singular em dação e pagamento, bem como da venda de bens patrimoniais da Cooperativa. **20. Cooperativa Central:** A Cooperativa de patrimoniais da Cooperativa. 20. Cooperativa Central: A Cooperativa de Economia e Crédito dos Empresários, Profissionais do Morcado Imobiliário e da CMI/SECOVI. - SICOOB SECOVICRED MG, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRED EST MG LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREM-GE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas. O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos exercitor ao laborido Romo Carlo do Porc. suas atividades, de forma autônoma e independente, atrawés dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização reciproca dos serviços, para consecução de seus objetivos. Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB ENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras. O SICOOB ESCOVICRED MG responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB ESTRAL CECREMGE perante terciros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações. Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Descrição

31/12/2017

31/12/2017

porcionalmente à sua participação nessas operações. Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB ÉCNTRAL CECRÉMGE:

Descrição

Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 4)

50.359.848,58

38.785.730,50

Ativo Permanente - Investimentos (nota 8)

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECRÉMGE, em 30/06/2017 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado 10/08/2017 com opinião sem modificação. 21. Gerenciamento de Risco: Risco Operacional: 1. As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob. 2. O processo de gerenciamento do risco operacional para as entidades do Sicoob. 2. O processo de gerenciamento do risco operacional para as entidades do Sicoob. 3. As perdas operacionais são comunicadas à Area de Controles Internos que interage com so gestores das áreas e identificação, avaliação, utatamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação. 3. As perdas operacionais são comunicadas à Area de Controles Internos que interage com so gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles impenmentados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles. 4. Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. 5. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional. (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA). Em cumprimento à Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012. 2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e avigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, o SICOOB SECOVICRED MG aderiu à Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nat. 1) de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de rédito das cooperativas. 4. Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB SECOVICRED MG possui estrutura compatível com a risco de crédito, o SICOOB SECOVICRED MG possui estrutura compativel com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços ofereidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade. Gerenciamento de Capital: 1. A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB SECOVICRED MG objetiva garantir a aderencia às nomas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011. 2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB SECOVICRED MG aderiu à estrutura única de gereniamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sito www.sicoob.com.br. 3. O gerenciamento de capital des consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e e realizado pelas entidades do Sicoob, com bra de capital des consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de a) avallar a necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob y adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob y dodar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado. A dicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no Adicionalmente, sao realizadas tambem simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no
capital das entidades do Sicoob. 22. Seguros contratados - Não auditado:
A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja
cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores
para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada
a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações
contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores
independentes. 23. Indice de Basileia: As instituições financeiras e demais
instituições autorizadas a funcionar pola Banco (entral do Rezell devem manter
instituições autorizadas a funcionar pola Banco (entral do Rezell devem manter instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192, de 01/03/2013, compativel com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

2017 R\$ 8.534.868,07 R\$ 6.758.946,72 de Basiléia Indice de Basiléia

24. Outros assuntos: Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, as Resoluções CMN nº 3.800/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012. Em razão disso, o Sicoob Confederação criou a Superintendência de Gestão de Riscos, e vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

Ariano Cavalcanti de Paula

Director Presidente

Carla Alves de Souza Dias

Carla Alves de Souza Dias Contador CRCMG nº 110071

Rodrigo Silva de Moura Nunes - Conselheiro Efetivo

31.12.2016, e as respectivas Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Balanço e Notas Explicativas elaboradas sob responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Nossos exames foram conduzidos de carrior com as normas de auditoria e compreenderam: o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábli e de controles internos da cooperativa, a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis em conjunto. Em mosas opinião, as demonstrações contábeis es mosas opinião, as demonstrações contábeis em conjunto. Em conjunto. Em conjunto. Em conjunto. Em conjunto. Em conjunto Em conjunto. Em conjunto Em conjunto. Em conjunto Em conjunto Em conjunto. Em conjunto Em conjunto. Em conjunto Em conju Belo Horizonte, 13 de Marco de 2018

Mário Luiz da Cunha - Conselheiro Efetivo

Achilles Riheiro Seahra Firas - Conselheiro Efetivo - Coordenador

Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis

Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito dos Empresá-rios do Mercado Imobiliário e da CMI Secovi MG Ltda. SICOOB SECO-VICRED MG - Belo Horizonte/MG. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito dos Empresários do Mercado Imobiliário e da CMI Secovi MG Ltda. - Sicoob Secovicred MG, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas das mutações do astringos líquidos dos fluvos da caja para obras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercíció findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, ncluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as denonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Secovicred MG em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus luxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas ontábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar elo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas esponsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demons rações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo om os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo om essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficien e e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que

qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das de-monstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Centra do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demons trações contábeis, a administração é responsável pela avallação da capacidade de a coperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A alternativa et alternativa e responsáveis administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supercomprendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações de elaboração das demonstrações contábeis Responsabilitrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, to-madas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opi nião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoría realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevan tes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos ulgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da audito-ria. Além disso: • Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, plane jamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraunossa opiniaci. O risco de nao detecção de distorção relevante resolutante de nad-de é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e confluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes

para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados na circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em rela ção a capacidade de continuídade operacional da cooperativa. Se concluirmo que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis or incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem leval a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamo a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as con respondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela góvernar aprisentação adequada. Cominicianto los Comos los responsaves pela governida ca a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte/MG, 13 de março de 2018. Felipe Rodrigues Beiral - Conta-dor CRC MG - 90.766/0-4 CNÁI 2.994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA/MG

EXTRATO DE RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO Nº001/2017.
O Município de Extrema, Estado de Minas Gerais, torna Público o Edital de Resultado da Prova Escrita e Convocação para Prova Prática e Reaplicação da prova para o cargo de Publicitário do Concurso Público nº 001/2017, realizado no dia 04 de março de 2018 e abre prazo de recurso referente ao resultado conforme item 10 do respectivo edital. O Edital contendo a relação completa dos aprovados encontra – se disponível no site www.consesp.com.br . REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE Extrema/MG, 19 de março de 2018. João Batista da Silva - Prefeito

UNISSUL SUPERMERCADOS S/A

CNPJ/MF 06.311.489/0001-07 - NIRE 3130001992-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam os senhores acionistas da UNISSUL SUPERMERCADOS
S/A convocados para reunirem-se em Assembleia GeralOrdiária e Extraordinária, a se realizar
na sede da Companhia, na Rua Gaspar Lopes, n° 81, Centro, na cidade de Alfenas/MG, CEP 37.130153, no dia 28 de março de 2018, às 9:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia na
Assembleia Ordinária: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as
demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2017; b) deliberar sobre a destinação do
lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício social de 2017; c) eleger nova diretoria; d)
eleger Conselho Fiscal; e na Assembleia Extraordinária: e) aprovação da remodelação do Estatuto
Social; e f) consolidação do Estatuto Social. Instruções Gerais: Os acionistas, nos termos do artigo
126 da Lei 6.404/1976, deverão exibir documento hábil de sua identificação, o podendo ser representados
por mandatários, observadas as determinações e restrições legais. Alfenas, 19 de março de 2018. or mandatários, observadas as determinações e restrições legais. Alfenas, 19 de março de 2018 Carlos Magno de Souza Fonseca - Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM FELÍCIO/MG

A P.M. Joaquim Felício torna público que fará realizar no dia 02/04/2018, às 09:00 hrs, o Prc Licitatório nº. 022/ 2018, Pregão Presencial nº 007/2018, para registro de preços para futura e eventual aquisição de ar condicionado. O edital completo está disponível à Av. Getúlio Vargas, 135 Centro - nesta cidade. Eliana Colen Pimenta de Abuabara Prefeita Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSANCE/MG Torna público que no dia <u>05 DE</u> <u>ABRIL DE 2018</u>, às **09:00** horas,

ABRIL DE 2018, às 09:00 horas, estará realizando Processo Licitatório nº 040/2018, Pregão Presencial nº 028/2018, Registro de Preços nº 015/2018, do Tipo MENOR PREÇO "POR ITEM", tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE MANILHAS DE CONCRETO, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, conforme especificações no Anexo I. O Edital na íntegra está disponível na Prefeitura Municipal de Lassance/ MG, Rua Nossa Senhora do Carmo nº 726 - Centro (38) 3759-1267 licitalassance@hotmail.com Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Edital de Leilão

SICOOB CREDIGERAIS
Edital de Leilão 002/2017- Leiloeiro Fernando C. Moreira
Filho, JUCEMG 445, torna público que levará a leilão online em 12/04/2018 1^a praça e 27/04/2018 2^a praça, às 13:30 h, seu bem imóvel: Um lote com área total de 360,00m² em Unaí/MG. Informações, fotos e edital no site: www.fernandoleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3242-2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Licitação—Credenciamento nº 0001/2018 - Processo nº 099/2018 · C Município de Espera Feliz/MG torna público a realização do Credenciamento nº 0001/2018 Prestação de Serviço de fisioterapia para atender os usuários do Sistema Único de Saúde com disfunções músculo esqueléticas do município. Data e horário da sessão: 10/04/2018, às 14:00 horas. O edital completo encontra – se disponíve no site: www.esperafeliz.mg.gov.br. João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal.

P Bradesco Pra frente

LEILAO SOMENTE ONLINE 58 IMÓVEIS FECHAMENTO: 3ª feira, 27/03/2018 a partir das 16h00

• Apartamentos • Casas • Galpões • Fazendas • Imóveis Comerciais • Terrenos

AM BA CE GO MA MG MS MT PA PR RJ RN SE SP TO → À VISTA COM 10% DE DESCONTO → SINAL E O SALDO EM 12 MENSAIS IGUAIS: 24, 36 OU 48 MESES
→ FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO EM ATÉ 360 MESES

LOTE 13 - SÃO JOÃO DEL REI/MG - IMÓVEL COMERCIAL Rod. BR-383 Km 94 - BAIRRO COLÔNIA DO GIAROLA ÁREA TERRENO: 2.381,00m²

ÁREA CONSTRUÍDA ESTIMADA: 380,00m² o: R\$ 565.000,00

LOTE 16 - RIO VERMELHO/MG - ÁREA RURAL C/ 19,58,80ha (DESTACADA DE ÁREA MAIOR, CONFORME R13-836) Lugar denominado "Chacrinha"

Lance mínimo: R\$ 119.000,00

LOTE 20 - TAIOBEIRAS/MG - TERRENO C/ 150,00m² Rua Unaí, 1.591 (t. 14 da qd. 549)
BAIRRO NILTON CRUZ SANTOS JÚNIOR
Lance mínimo: R\$ 14.000,00 (somente

LOTE 15 - RIO PARANAÍBA/MG ÁREA RURAL C/ 19,03,31ha (CONTENDO BENFEITORIAS) Constituída de um quinhão na Fazenda "Abaete dos Mendes" Lance mínimo: R\$ 313.000,00

LOTE 19 - MORADA NOVA DE MINAS/MG ÁREA RURAL (/ 4,84ha Situada na Fazenda Catas Altas, lugar denominado D. Joana Lance mínimo: RS 36.000,00

Lances "on-line", condições de venda e pagamento, fotos consulte: www.FREITASLEILOEIRO.com.br

Mais informações consulte: www.BRADESCO.com.bi

Mais informações: (11) 3117.1001 | imoveis@freitasleiloeiro.com.br | SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

J-PAR DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 01.152.671/0001-30

RELATORIO DA DIRETORIA

Srs. Quotistas, em cumprimento as disposições legais vimos submeter a apreciação de V.Sras; o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2017.

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais)					
Ativo	31/12/2017	31/12/2016	Passivo	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			Circulante	(2.0(2	46.426
Caixa e equivalentes de caixa	568	1.498	Fornecedores	62.863 5.866	46.426 10.811
Contas a receber de clientes	10.720	9.868	Empréstimos e financiamentos Obrigações sociais e trabalhistas	3.672	3.208
Contas a receber da montadora	1.739	3.488	Obrigações Tributárias	422	545
Estoques	56.337	45.258	Adiantamentos de clientes	1.766	5.430
Impostos a recuperar	636	1.058	Provisão para revisão de veículos	776	781
Despesas antecipadas	115	7	Total do passivo circulante	75,366	67.201
Outros	1.517	1.226	Não circulante	75.500	07.201
Total do ativo circulante	71.633	62,403	Outras Obrigações		
			Empréstimos e financiamentos	5.523	9.033
			Partes Relacionadas	60.437	49.907
Não circulante			Obrigações com Terceiros	98	48
Depósitos judiciais	986	1.012	Obrigações Tributárias	379	379
Impostos a recuperar	1.318	1.197	Provisão Para Riscos Fiscais, Trabalhistas		
Partes Relacionadas A	20.354	14.965	e Cíveis	1.568	1.112
Impostos a Recuperar Diferidos	1.915	1.100	Contas a pagar	73	182
Investimentos	26.393	27.466	Total do passivo não circulante	68.078	60.660
Imobilizado	64.355	64.618	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Intangível	1	1	Capital Social	50.000	
Total do ativo não circulante	115,322	110,358	Lucros (prejuízos) acumulados	(13.775)	(12.387)
	110.022	223,000	Outros Resultados Abrangentes Total do patrimônio líquido	7.286 43.511	7.286 44.899

Total do ativo	186.955	172.760
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTA de dezembro de 2017 e de 2016		
	31/12/2017 3	1/12/2016

de dezembro de 2017 e de 2016 – (Em milhares de reais)				
	31/12/2017	31/12/2016		
Receita Operacional Líquida	345.798	313.078		
Custo dos Produtos Vendidos	(303.504)	(273.947)		
(=) Resultado bruto	42.293	39.131		
(+/-) Despesas e receitas operacionais				
Comerciais	(21.369)	(23.678)		
Gerais e administrativas	(16.001)	(16.206)		
Depreciação e amortização	(2.067)	(1.971)		
Equivalência patrimonial	(896)	(552)		
Outras despesas/receitas operacionais	(2.368)	1.663		
(=) Lucro operacional antes do resultado				
financeiro	(408)	(1.614)		
Receitas Financeiras	455	496		
Despesas Financeiras	(6.049)	(8.400)		
Lucro Antes dos Impostos	(6.002)	(9.518)		
Impostos diferidos	4.615	(458)		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.388)	(9.976)		

|--|

		(,
	Capital social a	Lucros	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	50.000	(2.411)	7.286	54.875
Lucro líquido do exercício 2016 Saldos em 31 de	-	(9.976)	-	(9.976)
dezembro de 2016	50.000	(12.387)	7.286	44.899
Lucro líquido do exercício 2017 Saldos em 31 de	-	(1.388)	-	(1.388)
dezembro de 2017	50.000	(13.775)	7.286	43.511

DIRETORIA: ORLANDO CARLOS DASILVA JUNIOR

CONTADORA: VANDA MARIA FERREIRA CRC-GO8459/S/MG

NOTA:

NOTA: As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com os dispositivos contidos na Lei 6.404/76. e suas alterações, observados os seus procedimentos e os demais exigidos pela legislação em vigor. As Demonstrações Financeiras foram auditadas pela empresa BDO RCS Auditore: Independentes SS. estando o Parecer dos auditores, e as Nota: Explicativas a disposição na sede da companhia.

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

186.955 172.760

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos m 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de reais)

em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (En	n milhares d	e reais)
	31/12/2017	31/12/2016
Das atividades operacionais		
Lucro / Prejuízo do exercício	(1.388)	(9.976)
Ajustes para conciliar o resultado às		
disponibilidades geradas	(2.720)	5.378
Equivalência patrimonial	896	(552)
Depreciação e amortizações	2.067	1.971
Impostos diferidos	(2.983)	458
Provisão para revisão de veículos	(4.492)	69
Provisão para devedores duvidosos	18	150
Provisão para obsolescência dos estoques	2.680	2.346
Provisão para contingências	456	405
Resultado na venda de imobilizado	(725)	1.447
Variação Monetaria e Atualização processual	(638)	(916)
Variações nos ativos e passivos circulantes		(210)
e não circulantes	2,798	5.268
Decréscimo/(acréscimo) em ativos	2.770	3.200
Contas a receber de clientes	(852)	2.211
Contas a receber de enences Contas a receber da montadora	1.749	(2.298)
		12.881
Estoques	(11.081)	516
Impostos a recuperar	300	
Despesas antecipadas	(109)	76
Outros créditos	(292)	282
Depósitos judiciais	25	(392)
(Decréscimo)/acréscimo em passivos		
Fornecedores	16.438	(9.999)
Obrigações sociais e trabalhistas	464	(112)
Obrigações tributárias	(123)	434
Adiantamentos de clientes	(3.664)	1.256
Obrigações com terceiros	(58)	413
Caixa (aplicado) / proveniente das	()	
operações	(1.310)	670
Caixa líquido (aplicado)nas atividades		
operacionais	(1.310)	670
Fluxo de caixa das atividades de		
investimentos		
Investimentos	1.072	5.125
Adições de imobilizado	2.624	(2.231)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de		
investimento	3.696	2.894
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	(8.456)	(7.156)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de		` ′
financiamento	(8.456)	(7.156)
Fluxo de caixa das atividades de		
financiamentos com acionistas		
Partes relacionadas	5.141	3.788
Caixa líquido gerado nas atividades de		
financiamento com acionistas	5.141	3.788
Aumento/(redução) líquido de caixa e		
equivalentes de caixa	(930)	196
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.498	1.302
No final do exercício	568	1.498
Aumento/(redução) líquido de caixa e	500	1.770
equivalentes de caixa	(930)	196
equi, mentes de cuiza	(730)	170

LEILÃO DE TERRENO - LAGOA SANTA/MG

1º Leilão: 5ª feira, 05/04/2018 às 11h00 | 2º Leilão: 5ª feira, 12/04/2018 às 11h00

P Bradesco Pra frente.

ZUKERMAN

Leilão de Alienação Fiduciária - Fabio Zukerman, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 719, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPI sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em leilão (1º au 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presenciais e on-line: Escritório do leiloeiro à Avenida Angélica nº 1.996, 3º andar, em São Paulo-SP. Localização do imóvel: Lagoa Santa-MG. Bairro Mirante do Fidalgo. Rua 05 (It. 01 da qd. 07). Terreno c/ 1.120,00m². Matr. 38.921 do RI local. Obs. Ocupado. (AF). 1º Leilão: 05/04/2018, às 11h00. Lance mínimo: R\$ 521.935,96. 2º Leilão: 12/04/2018, às 11h00. Lance mínimo: R\$ 198.723,78 (caso não seja arrematado no 1º leilão). Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fíduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Para mais informações: (11) 2184-0900 | Os interessados devem consultar o edital completo disponível nos sites www.BRADESCO.com.br | www.ZUKERMAN.com.br

LEILÃO DE CASA - PATOS DE MINAS/MG

 $1^{\rm o}$ Leilão: $5^{\rm a}$ feira, 05/04/2018 às 11h00 | 2º Leilão: $5^{\rm a}$ feira, 12/04/2018 às 11h00

P Bradesco

ZUKERMAN

1º Leilão: 5º feira, 05/04/2018 às 11h00 | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 05/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilão: 5º feira, 12/04/2018 às 11h00 | Pro frente. | 2º Leilã

Para mais informações: (11) 2184-0900 | Os interessados devem consultar o edital completo disponível nos sites: www.BRADESCO.com.br | www.ZUKERMAN.com.br

	ÍCIO
ATIVO CIRCULANTE Septembril Circular	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCIBLO	
Disponíve 876 56 Receitas Brutas de Vendas 94.	
Disponíve 876 56 Receitas Brutas de Vendas 94. Aplicações Financeiras 0 0 0 0 0 Duplicatas a Receber 4.557 5.044 (-) Impostos Incidentes s/ Vendas 15. Adiantamentos 299 236 (-) Custos dos Produtos Vendidos 40. Estoques Matérias Primas Almoxarifado 3.039 2.124 Estoques Produtos 4.318 4.919 (-) Custos dos Produtos Vendidos 40. Impostos a Recuperar 794 723 (-) Despesas Administrativas 10. Impostos a Recuperar 794 723 (-) Despesas Tributárias 10. Dutras Contas 338 1.701 (-) Despesas Tributárias (-)	172.016
Aplicações Financeiras 0 0 0 0 0 0 0 0 0	
Duplicatas a Receber	0 0
Columbo do Signatura National Influence Columbo do Signatura Nationa	
Columbia Serior Columbia S	
A	
Impostos a Recuperar	
Course C	0 0
September Sept	0 0
14.289	7) (257)
ATIVO NÃO CIRCULANTE C Resultados não Operacionais C Despesas não Operacionais C	02 (2.348)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (-) Despesas não Operacionais. (3.0 Impostos a Recupear 6.660 0 IRPJ e CSLL Diferidos 7.408 0 Estoques 1.648 1.648 Outras Contas 28 28 PERMANENTE EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017 Imobilizado 32.280 30.805 (-) Depreciações e Exaustões Acumuladas (19.859) (19.187)	
Impostos a Recupear	0 0
RPJ e CSLL Diferidos	-
Augusta Augu	
1.648 1.64	
PERMANENTE EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017 Imobilizado 32.280 30.805 (-) Depreciações e Exaustões Acumuladas (19.859) (19.187) Lucro Liquido do Exercício 25.	
TERMANEAL Imbolilizado	PARA
Imobilizado	
(-) Depreciações e Exaustões Acumuladas (19.859) (19.187) Lucro Liquido do Exercício	17 2.016
	93 1.598
	87 (2.272)
	1.340
TOTAL DO ATIVO NÃO CIDICILIANTE 28 756 24 774 Aumento / redução em estoques	
TOTAL DO ATIVO NAO CIRCULANTE 58.750 24.774 Aumento / redução em outros ativos circulantes 1.5 Aumento / redução em outros ativos	16 (1.569)
não circulantes (5	8) 1.660
	83 537
PASSIVO CIRCULANTE Aumento / redução em empréstimos	(6) 92
	90 417
	28 (130)
Obrigações Tributárias	(6) (127)
Empréstimos Bancários	09 18.633
Contas a Pagar	0) 10.055
Contas Provisionadas	
TOTAL DO CIRCULANTE	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE Aumento / redução em Venda de Ativos	0 40
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO Caixa líquido usado nas atividades de	(1.207)
Financiamentos	(1.387)
Obrigações Tributárias	0 (2.350)
TOTAL EXIGÍVEL A LONGO PRAZO . 526 902 Aumento / redução de Reservas	0 (79)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO Aumento / redução em Lucros Acumulados.	1) (31)
Capital Social	8) (14.980)
Reservas de Contingências 13.575 0 Ajuste de Avaliação Patrimonial	
Posonyos Logois 2 000 2 000 Caixa ilquido usado nas atividades societarias (27.2	
Posonyos de Posyeliação 1146 1250	20 (898)
Aiuste de Avelicação Petrimonial 0.446 10.228 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DE C	AIXA
Disponiter Disponiter	56 954
110 IIIIcio do Excicicio	
	76 56
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2016 E 31/12/2017 (Em Milhares d	76 56 20 (898)
	20 (898)
Capital Reservas de Reservas Reservas de Ajuste de Av. Reservas Social Contingências Legais Reavaliação Patrimonial de Lucros	20 (898)

16.000 2.578 Reavaliação 1.329 saldos em 31.12.2015 Saldos em 31.12.2015
Aumentos do capital social
Constituição e Reversão de AVP.
Valores do Exercício
Ajustes de Anos Anteriores
Constituição e Reversão de Reservas
Distribuiçao de Dividendos
Reduções do capital social
Outras Saidas
IRPJ e CSLL Diferidos
Saldos em 31.12.2016
Aumentos do capital social 29.213 Aumentos do capital social Valores do Exercício 25.440 Diminuição do capital social Saldo em 31.12.2017 40.842 10.000 4.676

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31/12/2017

Principais Práticas Contábeis: a) Estoques: De produtos foram valorizados por seus respectivos custos de Produção. De Matérias Primas e Materiais Secundários pelo custo médio ponderado de aquisição. b) Imobilizado: As imobilizações são demonstradas por seus respectivos custos de aquisição. No exercício de 2010 foi avaliado o imobilizado a valor justo através de laudos técnicos dos valores de ercado e vida útil dos bens para conformidade com a convergência

das normas internacionais de contabilidade. c) Encargos Financeiros:
As Despesas Financeiras estão demonstradas subtraídas das Receitas
Financeiras, e estão gravadas basicamente pelos juros dos
financiamentos bancários.

Salustiano Costa Lima da Silva C.P.F. 030.996.958-15 - Diretor

Paulo Sérgio Castro Renesto C.P.F. 003.651.538-85 - Diret Reinaldo Franco - Contador CRC.SP.1SP122962/O-5 - SMG

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Licitação-Pregão nº 0019/2018- Processo nº 095/2018. O Municípi de Espera Feliz/MG torna público a realização do Pregão nº 0019/201 registro de preço para futuras aquisições de diversos materiais de armarinh para atender aos programas sociais desenvolvidos no município. Data e norário da sessão: 04/04/2018, às 14:00 horas. O edital completo encontra-se lisponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br.

João Carlos Cabral de Almeida – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG

Processo n.º 015/2018 - Concorrência n.º 003/2018 - Objeto: Execução de obra pavimentação com blocos sextavados de concreto, no município Contrato de Repasse: 805.539/2014 -MCIDADES/CAIXA. Data: 09:00 horas 24/04/2018. O Edital se encontra disponível http://buenopolis.mg.gov.br/953-2/. Informações: email: licitacao@buenopolis.mg.gov.br- CPL. Célio Santana - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS/MG

AVISO - EDITAL DE LEILÃO
A Prefeitura Municipal de Delfinópolis, torna público que no dia 04 de abril de 2018 A Preteitura Municipai de Delinnopolis, forna publico que no dia u4 de abril de 2018 às 08h30min no Pátio I, na Secretaria Municipal de Viação e Transporte, localizada na Rua José Abrão Pedro, nº 330 - Centro, nesta cidade de Delfinópolis/MG, será realizado o Leilão nº 001/2018, que tem como objeto a: "ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E BENS INSERVÍVEIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE DELFINÓPOLIS", cujo critério de julgamento será o de "Maior Lance por Item Ofertado" - Edital e informações pelo site: www.delfinopolis.mg.gov.b ou pelo fone (35) 3525-1585. Delfinópolis/MG, 19 de março de 2018. Suely Alves Ferreira Lemos - Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MANSO/MG

Aviso de Licitação Pregão 009/2018 - A Prefeitura Municipal de Rio Manso, MG, torna público que fará realizar Processo Licitatório Nº. 022/2018, Pregão Presencial Nº. 009/2018, para Registro de Preços para eventual aquisição de gás GLP classe II (Gás de cozinha 13 Kg) para atender as diversas secretarias do Município de Rio Manso, com entrega parcelada mediante requisição. Data da sessão: 04/04/2018, às 09:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal. Informações na Prefeitura de Rio Manso - Telefax (31) 3573 1120.

Magna Teresinha Teixeira de Sousa - Pregoeira Municipal. Prefeitura Municipal de Rio Manso, 20 de Março de 2018.

Pro frente.
Pro fr

Imóveis localizados em: BA CE GO MA MG MT PE PR RJ RS SC SE SP TO

• Apartamentos • Áreas Rurais • Casas • Imóveis Comerciais • Terrenos

→ À VISTA COM 10% DE DESCONTO → SINAL E O SALDO EM 12 MENSAIS IGUAIS: 24, 36 OU 48 MESES 🗸 FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO EM ATÉ 360 MESES

LOTE 27 - PEDRO LEOPOLDO/MG - CASA Rua Antenor Pereira, 121 LAGOA SANTO ANTÔNIO ÁREA TERRENO: 1.912,73m² ÁREA CONSTRUÍDA ESTIMADA: 150,00m² Lance mínimo: R\$ 207.000,00

LOTE 30 - CLÁUDIO/MG ÁREA RURAL C/ 4,35,00ha Denominada São Bento (com casa de morada em mau estado de conservação Lance mínimo: R\$ 42.000,00

Lances "on-line", condições de venda e pagamento, fotos consulte: www.FREITASLEILOEIRO.com.br Mais informações consulte: www.BRADESCO.com.br

Edital completo (descrição dos imóveis, condições de venda e pagamento) encontra-se registrado no 2° Oficial de Registro de Titulos e Documentos de Osasco/SP sob o n° 328.052 e no 2° Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital sob o n° 3.663.460.

Mais informações: (11) 3117.1001 | imoveis@freitasleiloeiro.com. SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

EDITAL DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EXERCÍCIO DE 2018
A FEDERAÇÃO SINDICAL E DEMOCRÁTICA DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS MÉC. E MAT E DE MG, com sede à Rua da Bahia, 573 salas 902/903, centro Belo Horizonte/MG, com base territorial nos Municípios de Araxá, Itaúna, Florestal, Itaguara, Itatiaiuçu, Juatuba, Mateus Leme, Divinópolis, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Itapecerica, Lagoa da Prata, Nova Serrana, São Gonçalo do Pará, Itajubá, Paraisópolis, Brasópolis, Cristina, Delfim Moreira, Maria da Fé, Pedralva, Piranguçu, Piranguqinho, São José do Alegre, Sapucai-Mirim, Wenceslau Braz, Barão de Cocais, Itabira, Lambari, Carmo de Minas, Sasuânia, Olimpio Noronha, Patos de Minas, São João Del Rei, Andrelândia, Barroso, Carrancas, Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Itutinga, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, Resende Costa, Ritápolis, São Tiago, São Vicente de Minas, Tiradentes, Ouro Preto, Governador Valadares, Pirapora e Várzea da Palma, pelo presente Edital, faz saber aos senhores empregadores nas industrias siderúrgicas, metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico, eletrônico e informática, nos Municípios de Araxá, Itaúna, Florestal, Itaguara, Itatiaiucu, Juatuba, Mateus Leme, Divinópolis, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Itapecerica, Lagoa da Prata, Nova Serrana, São Gonçalo do Pará, Itajubá, Paraisópolis, Brasópolis, Cristina, Delfim Moreira, Maria da Fé, Pedralva, Pirangucu, Pirangucuh, Pirang EDITAL DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EXERCÍCIO DE 2018 correspondente a um dia de trabalho dos salários do mês de Março de 2018, devidamente aprovado em assembleia. O valor deverá ser recolhido às Agências da CEF, até o dia 30 de Abril de 2018 (Art. 586 da CLT). Uma vez recolhida a CONTRIBUIÇÃO os empregadores deverão remeter ao Sindicato no prazo de 15 (quinze) dias do recolhimento, a seguinte documentação: - relação nominal dos Empregados Contribuirês, indicando a função de cada um, o salário percebido no mês a que corresponder a Contribuirão, o com o respectivo valor recolhido, bem como a indispensável GRCS (Guia de Recolhimento a Contribuição Sindical) devidamente quitada. Ficam os interessados, cientificados, desde já que o não recolhimento da Contribuição Sindical de seus empregados até o dia 30 de Abril de 2018, importará na multa de 10% (dez por cento) nos primeiros trinta dias, com adicional de 2% (dois por cento) ao mês subsequente, juros de 1% (hum por cento) e atualização monetária conforme estabelece o art. 600 da CLT. Belo Horizonte, 15 de março de 2018. ANTONIO CARLOS DE FREITAS – COORDENADOR ADMINISTRATIVO.



Cartório de Registro de Imóveis

Comarca de Ribeirão das Neves -MG- Estado de Minas Gerais

Marisa S.N.O. Andrade

Ribeirão das Neves 27 de dezembro de 2017

EDITAL DE INTIMAÇÃO - MARISA SILVEIRA NETO OTAVIANO ANDRADE, Oficial de Registro de Imóveis de Ribeirão das Neves/MG, na forma da lei, etc., utilizando-se das atribuições conferidas pelo art. 26 da lei 9.514/97, bem como pela credora do contrato de ento nº 855552476074-0, Intima o Sr. Eder Soares dos Anjos, residente em local ncerto e não sabido, para satisfazer, tendo em vista a infrutifera tentativa de intimação pessoal, na forma da lei no prazo de 15 días, as prestações vencidas e as que vencerem data do pagamento com juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáv imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação referente ao contrato e venda garantindo por alienação fiduciária, firmado em 28/12/2012, registrado sob o nº R- 4, e na trícula 31183 deste serviço referente ao imóvel situado a Rua Topázios, nº 345, Ap 14 BI 1 Bairro: Vale da Prata, CEP:33825550, Ribeirão das Neves/MG, com saldo devedor em 27/12/2017 Perfaz o montante de R\$ 6.013,19, relativo as prestações vencidas e não pagas rendo comparecer a CAIXA ECONOMICA FEDERAL, onde devera pagar o debito acima descriminado, purgando-se a mora sob pena de se consolidar a propriedade em nome do

Dado e passado nesta cidade de Ribeirão das Neves

A Oficial



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL/MG Torna público o aviso de licitação, objetivando a CHAMADA PÚBLICA PARA HABILITAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, NO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL/MG - PROCESSO Nº 017/18 - CHAMADA PÚBLICA 001/2018. Apresentação de documentos: 20/03/18 a 04/04/18 de 07:00h às 13:00h. Abertura no dia 05/04/2018 às 08:30h. Interessados manter contato pelo telefone (38) 3811-1597 ou diretamente na sede do município na Pça. Cel. Jonathas, 220, Centro, Monte Azul/MG - 19/03/2018.

Carlos Carmelo José Santos - Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA/MG

RATIFICO o ato praticado pela Comissão Permanente de Licitação, referer RATIFICU o ato praticado pela Comissão Permanente de Licitação, re elevente ao Processo de Licitação, re 004/2018, Concorrência Pública nº 001/2018, mantendo https://mailtagas as licitantes: (CRISTINA DEHON FERNANDES 83787704604, SÉRGIO HENRIQUE ALVES 94959200600, GYSELE CASTRO DE ARRUDA 69863369691, RONALDO JOSÉ BELO 29276721649, MARIA LUIZA ALVES MENDONÇA 38805898287) e <a href="https://mailtagas.nc.nicitagas. abertura dos envelopes de proposta comercial das licitantes habilitadas para dia 23 de março de 2018, às 08:30 horas. Formiga (MG), 16 de março de 2018. EUGÊNIÓ VILELA JÚNIOR. PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO/MG SO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO Nº 010/2018 - PROCE AVISO DE RETIFICAÇAO – PREGAO № 010/2018 – PROCESSO LICITATÓRIO № 022/2018 – A Administração Municipal de Visconde do Ric Branco, através da sua Pregoeira, torna público a retificação do edital en epigrafe, que tem por objeto a seleção de empresa(s) especializada(s) no ramo, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em a condicionado, para atender ás necessidades das Secretarias Requisitantes (Ver maiores especificações no Edital de retificação) – Por se tratar de mudança que manifestadamente altera a formulação da proposta fica designado o dia 09/04/2018 às 09h para a entrega da documentação, proposta e credenciais, quando será dado início aos trabalhos. Cópia do edital de retificação já se encontra disponível para os interessados, à Praça 28 de Setembro, Centro, ou pelo site: www.viscondedoriobranco.mg.gov.br. Informações pelo Tel: (32) 3559-1911.

(Ass.) Flaviana Lima Teixeira - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG Pregão Presencial N.º 02/2018 do Processo Licitatório N.º 04/2018 – Aquisição de fraldas descartáveis infantis e geriátricas, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do municipio de Sã Gonçalo do Rio Abaixo. A Pregoeira e Equipe de Apoio declara que fic ANULADO o referido processo, de modo que serão saneados os vícios havidos e posteriormente publicado novo instrumento convocatório, conform consta na Ata de Realização da Reunião Extraordinária do Pregão

consta na Ata de Realização da Reunião Extraordinária do Pregão Presencial Nº 02/2018. São Gonçalo do Rio Abaixo, 19 de março de 2018. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, através da CPL, informa que em 16/03/2018 às 09:00 horas realizou licitação, sob a modalidade Pregão Presencial N.º 07/2018 – Aquisição de pães e biscoitos atendendo as necessidades da PMSGRA –MG, onde a empresa Panificadora e Lanchonete Central Ltda ME, foi julgada Vencedora do certame, após apresentação da prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Válida, conforme consta em Ata Extraordinária, anexa ao processo.

São G. do R. Abaixo, 19 de março de 2018. Antônio Carlos Noronha Bicalho – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA – AVISC RETIFICAÇÃO DO EDITAL – Tomada de Preços nº001/2018 Processo Licitatório nº024/2018. A Prefeitura Municipal de Pirapora/ MG torna público que o edital da Tomada de Preços nº 001/2018, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de reforma, adaptações e melhorias do imóvel onde funciona a Casa de Proteção Dr. Carlos Roberto Martins Tavares, foi RETIFICADO em razão dos apontamentos enviados pelo CAU/MG. Informamos que foi inserida no site da Oficial da Prefeitura uma Nota de Esclarecimento quanto a referida retificação. Esclarecemos que a entrega e abertura dos envelopes permanece agendada para o dia 23/03/2018 às 09:00h. O presente edital poderá ser obtido no seguinte endereço eletrônico: www.pirapora.mg.gov.br e demais esclarecimentos na Rua Antônio Nascimento, 274- Centro, nos dias úteis de segunda a sexta-feira das 12:00h às 18:00h ou pelo telefone (38) 3740-6121. Pirapora/MG, 19/03/2018 - Ailton Barreto - Presidente CPL.

PREFEITURA DE VESPASIANO.

PL 06/2018 - PE 01/2018. HOMOLOGAÇÃO. Município de Vespasiano e as empresas Confeções MCB EIRELI-EPP, Valor: R\$ 14.605,00, Diamante Confeções e Comercio Eireli-me Valor: R\$ 24.878,00, Tania de Fatima Gozzo-ME Valor: R\$ 4.890,00 e RWAF – Textil Ind. Com. e Imp. de Tecidos Eireli-EPP R\$ 21.270,50 . Objeto: Eventual aquisição de uniformes para as divisões de serviços gerais, funerários, cemitérios, escolas, creches e secretaria, em atendimento as solicitações das Secretarias de Administração e Educação. PATRÍCIA F. MACIEIRA. Sec. Mun. de Adm.

PL 198/2017 - PP RP 63/2017: A Prefeitura de Vespasiano torna frustrado o referido processo, tendo em vista, que nenhuma das empresas participantes do certame, atendeu às exigências do edital. A partir desta publicação, abre se vista e prazo recursal. Camila Lorraine Pereira Perdigão - Pregoeira.

PL 18/2018 - PE 05/2018. A Pregoeira declara vencedoras e habilitadas Citopharma Manipulacao De Medicamentos Especiais, Lote 1: Acolhimento Recurso até 15:00:26 do dia 20/03/2018; Elfa Medicamentos Ltda, Lote 02: Acolhimento Recurso até 15:01:40 do dia 20/03/2018; Lote 04: Acolhimento Recurso até 15:02:56 do dia 20/03/2018; Biohosp Produtos Hospitalares Ltda, Lote 03: Acolhimento Recurso até 15:02:14 do dia 20/03/2018, no www. licitacoes-e.com.br.

39/2018 - PP 11/2018, AVISO DE LICITAÇÃO: Prestação de sen solução de impressão cópia e digitalização corporativa com cessão de direito de uso de equipamentos c/manutenção preventiva e corretiva c/fornecimento de peças e suprimentos necessários (exceto papel). Credenciamento e entrega dos envelopes: das 9h30m às 9h45m do dia 06/04/2018. Edital disponível no site www.vespasiano.mg.gov.br. Carolina Valadares, Pregoeira

PL 25/2018 - TP 01/2018. ATA DE JULGAMENTO - HABILITAÇÃO. A CPL julga habilitadas E.P.L. Construções Eireli EPP e Flat Engenharia e Construções Ltda. EPP; e inabilitadas MCM Empreendimentos Eireli EPP e Tecnoar Empreiteira e Locação de Máquinas Ltda. Vespasiano 16/03/2018. Lecia Soares, Pres. CPL.

PL 25/2018 - TP 01/2018. ATA DE JULGAMENTO – PROPOSTA COMERCIAL. A CPL julga vencedora E.P.L. Construções Eireli EPP no valor global de R\$ 266.425,68. Vespasiano 19/03/2018. Lecia Soares, Pres. CPL.

PROCESSO 35/2018 - ADESÃO 02/2018: Homologo o certame à empresa Friominas Máquinas Representações Ltda., no valor total de R\$ 38.378,38 ref. Adesão ARP 62/2017 - Proc SISUP 1901/2016 - Planejamento/SIAE 370/2016 — PE 08/2017, realizada pelo TJMG, visando a aquisição de condicionadores de ar e prest de serv de instal e assist técnica equipamentos. Pref. de Vespasiano. PL 198/2017 PP. RP. 063/2017 — Retificação. Na publicação do dia 15/03/2018, onde se lê: convoca as empresas interessadas no referido processo para abertura do envelope de Habilitação da empresa 3ª colocada, leia-se: convoca as empresas interessadas no referido processo para abertura do envelope de Habilitação da empresa 4ª colocada.

A NOVAMETAIS METALURGIA LTDA. CNPJ nº 04.796.985/0001-64, por determinação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental do Município de Betim - CODEMA, torna público que foi concedida através do Processo Administrativo nº 33.235/2017, a Licença de Operação Corretiva - Classe 3, para atividade conforme DN COPAM 74/04 - B-04-02-2 - fundição de alumínio, beneficiamento de borra e de sucata de alumínio, localizada a Rua Juiz de Fora, N° 25, Bairro Distrito Industrial Paulo Camilo Norte, no Município de Betim, no Estado de Minas Gerais.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais – SINDADOS/MG, por meio de sua diretora Administrativa, Rosane Maria Cordeiro, convoca todos os trabalhadores da UNISYS BRASIL, para Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 22/03/2018 às 13 horas em primeira convocação e às 13:30 horas em segunda convocação, à Alameda Oscar Niemeyer, 119 / Vila da Serra / Nova Lima / MG / CEP 34000-000. Referida assembleia deverá discutir a seguinte ordem do dia: 1) – Aprovação das Reivindicações dos trabalhadores de Minas Gerais a serem encaminhadas à Plenária Nacional de Campanha; 2) – Discussão e deliberação sobre a Concessão de poderes à Federação Nacional dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares – FENADADOS para representação e negociação junto às empresas e firmar Acordos Coletivos de Trabalho e/ou Contratos Coletivos de Trabalho ou, na sua frustração suscitar Dissídios Coletivos; 3) – Discussão e deliberação sobre Concessão de poderes ao SINDADOS/MG, para representação e negociação junto às empresas e para firmar Acordos Coletivos de Trabalho e/ou Contratos Coletivos de Trabalho ou, na sua frustração suscitar Dissídios Coletivos; 4) – Assuntos gerais envolvidos com a temática dos itens anteriores. Belo Horizonte, 20 de março de 2018. (a) Rosane Maria Cordeiro Diretora Administrativa do SINDADOS/MG.

SAAE-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR VALADARES/MG EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2018 - PREGÃO PRESENCIA

Nº 009/2018. O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município d Governador Valadares, torna público que fará realizar o **Processo Licitatório** nº 016/2018, na modalidade de Pregão Presencial nº 009/2018 - tipo meno preço por item, que tem por objeto a aquisição de BOMBA CENTRÍFUGA SUBMERSÍVEL. O Edital encontra-se disponível no site: www.saaegoval.com.br, podendo ser obtido também através do email icitacao@saaegoval.com.br. O início de julgamento dar-se-á às **09h00min do** dia 04 de abril de 2018. Governador Valadares, 19 de março de 2018. (a): Alcyr Nascimento Júnior - Diretor Geral do SAAE.

EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2018 - PREGÃO PRESENCIAL № 010/2018. O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Governador Valadares, torna público que fará realizar o Processo Licitatório Governador valadares, torna publico que tara realizar o Processo Licitatorio nº 017/2018, na modalidade de Pregão Presencial nº 010/2018 - tipo meno preço por item, que tem por objeto a LOCAÇÃO DE CAMINHÃO GUINDAUTO (MUNCK). O Edital encontra-se disponível no site www.saaegoval.com.br, podendo ser obtido também através do emai licitacao@saaegoval.com.br. O início de julgamento dar-se-á às **09h00min do** dia 03 de abril de 2018. Governador Valadares, 19 de março de 2018. (a): Alcyr Nascimento Júnior - Diretor Geral do SAAE.

UBERLÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS №. 0068/2018 CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM"

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio da DIRETORIA DE COMPRAS -Realizará licitação supramencionada - Objeto: Registro de Preços para futura ou eventual contratação de empresa para fomecimento de materiais médicos hospitalares (lâmina para oisturi, luva cirúrgica e outros), em atendimento à Secretaria acima citada. O Credenciamento nara este Pregão deverá ser efetuado até às 23:59 horas do dia 06/04/2018, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no site da Caixa Econômica Federa www.licitacoes.caixa.gov.br . A sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até as 09:00 horas do dia 09/04/2018 e o início dos Lances na Internet será das 13:00 até às 14:00 horas do dia 10/04/2018, no mesmo endereço WEB. Uberlândia, 16 de março de 2018. GLADSTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0839/2017 CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM"

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio da DIRETORIA DE COMPRAS -Realizará licitação supramencionada - Objeto: Registro de Preços para futura ou eventual contratação de empresa para fornecimento de materiais médicos hospitalares (abaixado de lingua, atadura de crepe e outros), em atendimento à Secretaria acima citada. O Credenciamento para este Pregão deverá ser efetuado até às 23:59 horas do dia 06/04/2018, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no site da Caixa Econômica Federal - www.licitacoes.caixa.gov.br . A sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até as 09:00 horas do dia 09/04/2018 e o inicio dos Lances na Internet será das 14:00 até às 15:00 horas do dia 10/04/2018, no mesmo endereço WEB. Uberlándia, 16 de março de 2018. GLADSTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - torna público a Sanção Administrativa de Advertência e Multa enviada à empresa Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda CNPJ 05.520.829/0001-40, Ata de Registro de Preços A Sanção Administrativa encontra-se n.° 33/2017. disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº 8646//2017. Em 16/03/2018. Maria Aparecida Pires de Moura/Presidente da COPECAF.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - torna público a Análise e enviada à empresa Cristal Pharm - CNPJ 06.073.848/0001-27 Ata de Registro de Preços n.º 050/2017. A Sanção Administrativa encontrase disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº 9182//2017. Em 16/03/2018. MARIA Aparecida Pires de Moura/Presidente da COPECAF.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - torna público a Sanção Administrativa de Advertência e Multa enviada à empresa Drogafonte Ltda - CNPJ 08.778.201/0001-26, Ata de Registro de Preços n.º 033/2017. A Sanção Administrativa encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº 9019/2017. Em 16/03/2018. Maria Aparecida Pires de Moura/Presidente da COPECAF.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - torna público a Sanção Administrativa de Advertência e Multa enviada à emprésa Alfalagos - CNPJ 05.194.502/0001-14, Atas de Registro de Preços n.º 009/2017, 033/2017 e 050/2017. A Sanção Administrativa encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº 8636/2017. Em 16/03/2018. Maria Aparecida Pires de Moura/Presidente da COPECAF

EDITAL DE RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - EXERCÍCIO DE 2018 Pelo presente Edital o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE ARCOS E REGIÃO, CNPJ 20.939.336/0001-21, faz saber aos Senhores Empregadores do Grupo 2º do Plano da C.N.T.T.T. do quadro a que se refere o Art. 577 da CLT, NOTIFICA AS EMPRESAS DE ARCOS E REGIAO, CNPJ 20.939.336/0001-21, faz saber aos Senhores Empregadores do Grupo 2º do Plano da CN. TT.T. do quadro a que se refero o At. 577 da CLT, NOTIFICA AS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVÍARIOS DE PASSAGEIROS (INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL, FRETAMENTO E TURISMO) DO TRANSPORTE DE CARGAS EM GERAL E AS EMPRESAS QUE EMPREGAM TRABALHADORES NAS CATEGORIAS DIFERENCIADAS (MOTORISTAS, TRATORISTAS, CONDUTORES DE TRATOR DE RODAS, DE ESTEIRA, MISTO OU EQUIPAMENTO AUTOMOTOR DESTINADO A MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS OU EXECUÇÃO DE TRABALHO AGRÍCOLA, DE TERRAPLANAGEM, DE CONSTRUÇÃO OU PAVIMENTAÇÃO), SEJAM NO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, AGRICULTURA, CORDITURA, C

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIPÓ/ MG EXTRATO DE EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO Nº43/2018 PREGÃO Nº 24/2018

A Prefeitura Municipal de Matipó/ MG, através de seu Pregoeiro Oficial. torna pública a abertura do Processo Licitatório nº 43/2018, na modalidade Pregão nº 24/2018, na forma presencial, do tipo menor poi ltem, regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, e demais condições fixadas no instrumento convocatório. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar de rotas remanescentes para o Município de Matipó/MG. Credenciamento e abertura dos Licitantes: 05/04/2018 até 13:00 horas. Local: Praça Independência nº 242, Centro, CEP: 35.367-000, Matipó/MG. Informações pelo telefone (31) 3873-1680, das 13:00 às 16:00 horas. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima na sede. - Pregoeira PATRICIA TRAVASSOS VIEIRA.

EXTRATO DE EDITAL- PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 44/2018

CONCORRÊNCIA №. 01/2018 A Prefeitura Municipal de Matipó / MG, através de seu Presidente Oficial, torna pública a abertura do Processo Licitatório nº. 44/2018, na modalidade Concorrência nº. 01/2018, na forma presencial, regido pela Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, e demais condições fixadas no instrumento convocatório. Objeto: Cessão de uso Espaço Público de áreas centrais do Município de Matipó/MG Abertura da Sessão Oficial será dia: 23/04/2018 às 08:30 horas Local:Praça da Independência nº242, Centro, Matipó/MG. Informações pelo telefone (31) 3873-1680, das 13:00 às 16:00 horas. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereco acima. Prefeito Municipal de Matipó/MG.

EXTRATO DE EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 45/2018 CONCORRÊNCIA Nº. 02/2018

A Prefeitura Municipal de Matipó / MG, através de seu Presidente Oficial, torna pública a abertura do Processo Licitatório n^2 . 45/2018, na modalidade Concorrência n^2 . 02/2018, na forma presencial, regido pela Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, e demais condições fixadas no instrumento convocatório. Objeto: Permissão de uso de espaço Público para fixação de Banca de Jornal no Município de Matipó/MG. Abertura da Sessão Oficial será dia: 23/04/2018 às 14:30 horas. Local:Praça da Independência nº242, Centro, Matipó/MG. Informações pelo telefone (31) 3873-1680, das 13:00 às 16:00 horas. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima Prefeito Municipal de Matipó/MG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

Proc. 27/18 - Dispensa 5/18 - contratação de empresa especializada para realização de serviços em aparelho de Raio X móvel CDK - Sr. Prefeito, Marcelo M. Mendonça, Ratifica e Homologa a favor de X - Service Manut. Com. Equip. Médicos EIRELI-EPP - CNPJ 07.817.955/0001-85 - CTR 25/18 - Vr: R\$ 5.800,00 - Vig: 31/5/18 - Assina p/ Contratada Teodomiro D. O. Filho.

Proc. 29/18 - PP 16/18 - Aquis. Plantas e insumos p/ jardins - Credenc 9/4/18 - 09h - licitacao.prefeituraromão2017@gmail.com saoromao.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

Proc. 25/16 - Pregão 15/16 - Contr. T. Escolar - 5° Aditivo ao CTR 31/ 18 - Aplica reaiuste IPCA 5.1594%, Inc. XXI, art. 37, CC/88. Proc. 25/16 - Pregão 15/16 - Contr. T. Escolar - 4° Aditivo ao CTR 32/

18 - Aplica reajuste IPCA 5,1594%, Inc. XXI, art. 37, CC/88.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - O Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS DE VARGINHA, com sede no Município de Varginha, ancorando-se em dispositivos legais e estatuários, CONVOCA todos os trabalhadores lotados na empresa de Transporte Coletivo Urbano da cidade de Varginha, ou seja, funcionários da empresa TURILESSA LTDA - Autotrans, associados ou não do Sindicato, para uma Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 26 de março de 2018, em dois turnos, as 900 e as 15:00 horas, em primeira convocação, na sede do Sindicato, situado na Avenida Agenor Aguinaldo Braga, 140 - Bairro Vila Verde - Varginha/MG, para tratar dos seguintes assuntos: a) Leitura do Edital de convocação; b) Discussão e deliberação sobre reivindicações salariais e condições de trabalho dos trabalhadores lotados nas empresas de Transporte Coletivo Urbano da cidade de Varginha, cuja pauta após aprovada, será remetida ao Sindicato Patronal, bem como á empresa lotados nas empresas de Acordo Coletivo de Trabalho, para vigorar de 01/05/2018 a 30/04/2019; c) Autorização à Diretoria do Sindicato para firmar acordo administrativo e na inviabilidade, poderes para ajuizar Dissídio Coletivo; e) Deliberar sobre contribuições à entidade observando o disposto nos Artigos 8% inciso IV da Constituição Federal, combinado com disposto nos artigos 545, 513, alínea e, 578, 579 e 582 da CLT, tudo com observância do que dispõe a Lei 13.467/2017, TAC e, também com o disposto no art. 8º da Convenção 95 da OIT. Não havendo número iegal de presentes e ma primeira convocação, no mesmo dia e local, com qualque número de presentes e, as decisões tomadas prevalecerão para todos os efeitos. Varginha (MG), 19 de março de 2018. JOSÉ PAULINO NETO - Presidente.

AVISO AOS ACIONISTAS

AVISO AOS ACIONISTAS

Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – COHAB MINAS – CNPJ: 17.161.837/0001-15 – Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, em nossa sede social, na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Bairro Serra Verde - Edifício Gerais, 14º andar, os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei n.º 6.404, de 15.12.76, relativos ao exercício findo em 31.12.2017. Belo Horizonte, 20 de março de 2018. (as) Alessandro Marques – Presidente do Conselho de Administração.

SECRETARIA DA 19ª VARA CÍVEL - COMARCA DE BELO HORIZONTE. EDITAL DE CITAÇÃO, COM PRAZO DE 30 DIAS. A Dra. Maria da Glória Reis, Juíza de Direito da 19ª Vara Cível, na forma da lei, faz saber a todos quantos o conhecimento do presente deva pertencer que, por este juízo e secretaria, têm andamento os autos da Ação de Rescisão Contratual, processo nº 0024.11.309.122-7, secretaria, têm andamento os autos da Ação de Rescisão Contratual, processo nº 0024, 11 309, 122-7, requerida por MRV SERVÍÇOS DE ÉNGEMHARIA LTDA. em face de MARIA JOSE DE CARVALHO PINHEIRO e EDSON SANTANA MOREIRA JÚNIOR, referente ao Contrato Particular de Promessa de Compra e Venda do apartamento 403, do bloco 04, do Residencial Montreal, localizado na Rua José Cleto, 423, Bairro Santa Cruz, Belo Horizonte/MC; e por não lograrem éxito em desobrir o paradeiro do segundo réu EDSON SANTANA MOREIRA JÚNIOR, que se encontra em local incerto e não sabido, expediu-se o presente edital para citá-lo, para tomar conhecimento dos termos da ação e para, querendo, contestá-la, no prazo de 15 (quinze dias). Não sendo contestada a ação presumir-seão a cestlos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (NCPC, ar 344). E, para que ninguém possa dalegar ignorância, será o presente publicado na forma da lei e afixado em local de costume. Belo Horizonte, 27 de setembro de 2017. O escrivão; (ass.) Hebertt Marinho Gonçalves. (ass.) Juiza de Direito.

EDITAL DE RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - EXERCÍCIO 2018
PELO PRESENTE EDITAL O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA
ALIMENTAÇÃO E AFINS DE ARCOS E REGIÃO, NOTIFICA AS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS
DA PANIFICAÇÃO, CONFEITARIA, MASSA ALIMENTÍCIA E BISCOITOS, INDÚSTRIAS DE
ATRICINOS E PRODUTOS DERIVADOS, INDÚSTRIAS DE CAFE, INDÚSTRIAS DE CERVEJA E
BEBIDAS EM GERAL, INDÚSTRIAS DE CARNES E DERIVADOS E DO FRIO, DA INDÚSTRIA DE
ALIMENTAÇÃO ANIMAL E INDÚSTRIAS DE PRODUTOS AVÍCOLAS, de conformidade com o Art.
511 da C.L.T. em seu parágrafo 3º, FICAM OBRIGADOS AO DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDÍCAL
exercicio 2018 de seus empregados representados por este Sindicato na Base Territorial: Arcos, Bambuí,
Bom Despacho, Candeias, Capitólio, Camacho, Estrela do Indaía, Formiga, Iguatama, Itamonte,
Lavras, Luz, Pains, Piumhi, Santo Antônio do Monte, São Gonçalo do Pará e São Sebastião do
Oeste, conforme determina o Art. 582 da C.L.T. O referido desconto deve ser efetuado sobre os salários
de março de 2018 e recolhido em estabelecimento bancánio credenciado pela Caixa Econômica Federal de
o dia 30 de abril de 2018. O não recolhimento na data prevista implicará em multa prevista no Art. 600 da
C.L.T. As guias de recolhimento serão expedidas, devendo os senhores Empregadores que não as receber
de 30 de março, solicitá-las a este Sindicato: Rua Efraim Procópio, 58 - Centro - Arcos/MG - Telefone: (37)
3351-1020 - horários de 07h30min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min. E-mail:
sindalimentacao@astom.com.br. Arcos/MG , 19 de março de 2018. ANTONIO GONTIJO NETO - PRESIDENTE



ANUNCIE AQUI (31) 3236-8001

CÂMARA MUNICIPAL DE VIRGEM DA LAPA/MG
Torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial nº 002/2018, para a Contratação de empresa especializada para fornecimento de Gêneros Alimentícios necessários à manutenção das atividades operacionais da Secretaria desta Câmara Municipal de Virgem da Lapa, com entrega dos envelopes de Proposta e habilitação até às 10:30 horas do dia 02 de abril de 2018. Maiores informações bem como a Maiores informações bem como a retirada do edital completo estará a disposição na Câmara Municipal, situada a Av. Capitão Mor Antônio Pereira, nº 110 - Centro - 39630-000 - Virgem da Lapa - Minas Gerais.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DA SEDE DA COMARCA DE SABARÁ/MG RUA MARIETA MACHADO, Nº 103, CENTRO, SABARÁ/MG, CEP 34505-390 (31) 3671-1075 Habilitações de Casamento:

FREDERICO ALVES DE OLIVEIRA e NIELY ESTEFANI DA SILVA CRUZ BARBOSA, resd. Sabará. Ele, n. 07/10/1991, f. Milton Rosário de Oliveira e Patrícia Alves Teixeira. Ela, n. 28/11/1992, f. Laurindo da Cruz Barbosa e Márcia Lourenço da

ADÃO PEREIRA DOS SANTOS e IDARLIANE APARECIDA ASSUNÇÃO DA CRUZ, resd. Sabará/MG. Ele, n. 09/10/1987, f. José Faustino dos Santos e Lucidalva Pereira dos Santos. Ela, n. 29/10/1981, f. Carlos Antonio da Cruz e Maria do Rosario

HANS MÜLLER BARBOSA e TATIANA MAGALHÃES SOARES, resd. Sabará. Ele, n. 16/09/1991, f. Ronaldo Barbosa e Maria Augusta Barbosa de Andrade, Ela, n. 03/12/1995, f. Lamir do Nascimento Soares e Ivany Luiza Magalhães

RONALDO FERREIRA DA SILVA e DANIELA MÁRCIA PEREIRA, resd. Sabará. Ele, n. 03/07/1991, f. Jorge Roberto da Silva e Maria de Lourdes. Ela, n. 28/07/1997, f. Hailton Márcio Pereira e Ana Cláudia de Oliveira Pereir

NÍCOLAS EDUARDO DO CARMO MORAIS MARTINS e ANA LUIZA MIRANDA MOREIRA, resd. Sabará. Ele, n. 30/04/1992, f. Raimundo do Carmo Martins e Maria Celeste Morais Martins. Ela, n. 21/02/1997, f. Wilton Moreira e Jomara Roberta Miranda. ROGERIO DE OLIVEIRA e SOLANGE APARECIDA FERREIRA, resd. Sabará. Ele, n. 15/05/1973, f. José Ribeiro de Oliveira e Conceição Brigida de Oliveira. Ela, n. 11/10/1987, f. Ana Lúcia Ferreira

GENILSON PEQUENO DO NASCIMENTO e JOSIANE ROSA **DE JESUS**, resd. Sabará. Ele, n. 20/12/1991, f. Dalvaneid. Pequeno do Nascimento. Ela, n. 10/05/1987, f. Paulo de Jesus Nilda Rosa de Jesus

JOSIMAR FERNANDES PESSOA e VANESSA CRISTINA DA CONCEIÇÃO SOUZA, resd. Sabará. Ele, n. 28/07/1987, f. Deroci Fernandes Pessoa e Maurilda Maria Pessoa. Ela, n. 25/05/1992, f. Roberto Ferreira de Souza e Edna Marilac Conceição

ANTONIO SILVA DE DEUS e DIRLENE RIBEIRO ALVES, resd. Sabará. Ele, n. 26/12/1959, f. Pedro Ribeiro de Deus e Georgina Ribeiro da Silva. Ela, n. 17/09/1982, f. Ananias Bernardo Ribeiro e Matilde Silva de Pinho.

VALDEIR NUNES SILVA SOUZA e EMILY SOARES DA SILVA, resd. Sabará. Ele, n. 24/09/1993, f. Vicente de Paula de Souza e Valdecina Orcelina Silva Souza. Ela, n. 08/08/1995, f. Silvano Soares da Silva e Maria Aparecida Evangelista.

EDITAL DE PROCLAMAS: REGISTRO CIVIL E NOTAS DO DISTRITO DO BARREIRO RUA JOSÉ BRANDÃO, 86, BARREIRO DE BAIXO, CEP 30.640-020 - BELO HORIZONTE/MG - (31)2535-7238 Faz saber que pretendem casar-se:

THIAGO PATRICIO BATISTA DE OLIVEIRA, solteiro, empresario, nascido em 01/02/1987 em Belo Horizonte MG, residente na Rua Santa Cruz, 300, Bloco D1, Apt.402, Lagoa Santa MG, filho de WESBREM DE OLIVEIRA e EDIRLENE NONATO BATISTA SANTANA Com SABRINA HELEN OLIVEIRA DIAS, solteira, do lar, nascida em 08/03/1992 em Contagem MG, residente na Rua Italo Dinelli, 120, Belo Horizonte MG, filha de EMANUEL LUCAS DIAS e IRANI DE OLIVEIRA SILVA DIAS.//

JOSE ARNALDO DE MATOS, solteiro, operador industrial, nascido em 19/03/1984 em Senador Modestino Goncalves, MG, residente a Rua Luizito Ferreira, 462, Olaría Do Barreiro Barreiro , Belo Horizonte, filho de HUMBERTO NORBERTO DE MATOS e MARIA DAS GRACAS FERREIRA DE MATOS Com LUFLAVIA BANDEIRA DE SOUSA, solteira, televendedor, nascida em 05/05/1990 em Brumadinho, MG, residente a Rua Luizito Ferreira, 462, Olaría Do Barreiro Barreiro , Belo Horizonte, filha de MAURICIO BANDEIRA DE SOUSA e MARIA NATALICIA DE SOUSA.//

MATHEUS ALVES PEREIRA, solteiro, tatuador, nascido em MATHEUS ALVES PEREIRA, solteiro, tatuador, nascido em 11/04/1997 em Vitoria, ES, residente a Rua Delfim, 588, Miramar Barreiro , Belo Horizonte, filho de NELSON DA SILVA PEREIRA e ROSSANA CORDEIRO ALVES PEREIRA Com THALYA DA SILVA GOMES FAGUNDES, solteira, teleatendente, nascida em 01/09/1997 em Vitoria, ES, residente a Rua Delfim, 588, Miramar Barreiro , Belo Horizonte, filha de JOSE FAGUNDES DA SILVA e ALESSANDRA DA SILVA GOMES FAGUNDES.//

FABIO MARCOS COSTA, solteiro, operador maquinas, nascido em 20/09/1978 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Afeganistao, 21, Tirol Barreiro , Belo Horizonte, filho de OSMAR VITOR COSTA DE JESUS e MARIA JUVENTINA COSTA Com ROSEMARY DA SILVA RIBEIRO, solteira, vendedora, nascida em 03/09/1969 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Afeganistao, 21, Tirol Barreiro , Belo Horizonte, filha de ANTONIO RIBEIRO DE SOUSA e MARISTELA DA SILVA RIBEIRO.//

GILBERTO WAGNER SANTOS PONTES, solteiro, autonomo, nascido em 19/01/1989 em Belo Horizonte, MG, residente a Avenida Olinto Meireles, 2617, Milionarios Barreiro , Belo Horizonte, filho de FABIO MANOEL DE SOUZA PONTES e SANTOS ROCHA Com GABRIELA NEVES DE OLIVEIRA GOMES, solteira, enfermeira, nascida em 09/02/1985 em Governador Valadares, MG, residente a Avenida Olinto Meireles, 2617, Milionarios Barreiro , Belo Horizonte, filha de EDUARDO VIEIRA GOMES e MARCIA NEVES DE OLIVEIRA

WELLINGTON RODRIGUES MACHADO, solteiro, tecnico em manutencao, nascido em 09/01/1983 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Argental Drumond, 93, Santa Cecilia Barreiro, Belo Horizonte, filho de GERCI RODRIGUES MACHADO Com , Belo Horizonte, filho de GERCI RODRIGUES MACHADO Com REGIANA CESARIO DA SILVA, solteira, operadora de loja, nascida em 23/04/1985 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Argental Drumond, 93, Santa Cecilia Barreiro , Belo Horizonte, filha de BEMILTON ANTONIO DA SILVA e EVA CESARIO DA SILVA.//

MARCIO VIEIRA, solteiro, servente, nascido em 04/09/1971 em Vitoria, ES, residente a Rua Da Olaria, 550 /101, BI 8, Diamante Barreiro , Belo Horizonte, filho de ONOFRE JOSE VIEIRA e MARIA DA CONCEICAO VIEIRA Com WALDENICE

MENDES SILVA, solteira, auxiliar de servicos gerais, nascida em 19/03/1962 em Pitangui, MG, residente a Rua Da Olaria, 550 /101, BI 8, Diamante Barreiro , Belo Horizonte, filha de MADALENA FERREIRA DA SILVA.//

BRUNO ALTIMERSON SOARES ALMADA, solteiro, gesseiro, nascido em 07/05/1992 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Azevinho, 112, Olaria Barreiro , Belo Horizonte, filho de ALTIMISON AGUIAR ALMADA e CLEONICE ANTONIO SOARES Com ESTER MARTINEZ FLORES SILVA, solteira, estudante, nascida em 12/12/1998 em Jacinto, MG, residente a Rua Coletora, 269, Vila Pinho Barreiro , Belo Horizonte, filha de PABLO MARTINEZ FLORES e IVANETE DA SILVA.//

GUSTAVO HENRIQUE DIAS DA SILVA, solteiro, vendedor, nascido em 07/04/1981 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Orvalino Peixoto, 230, Teixeira Dias Barrieiro , Belo Horizonte, filho de ANTONIO GERALDO DA SILVA e ISABEL CRISTINA DIAS DA SILVA Com DANIELE CHRISTINA SANTOS DE CARVALHO, divorciada, professora, nascida em 31/05/1976 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Vicente Surette, 340, Magonueiras Rarreiro Relo Horizonte filha de ROBERTO DE Mangueiras Barreiro , Belo Horizonte, filha de ROBERTO DE CARVALHO e MARIA DAS GRACAS SANTOS CARVALHO.//

THALES HENRIQUE BERNARDINO GONCALVES, solteiro auxiliar administrativo, nascido em 19/02/1999 em Contagem, MG, residente a Rua Paramirim, 125, Milionarios Barreiro Belo Horizonte, filho de MARCIO DE JESUS GONCALVES e CLEIA BERNARDINO Com DEBORA EVANGELISTA PACHECO CONSECTA estraira contratarta exercida em 24/02/2002, em Pale FONSECA, solteira, estudante, nascida em 13/03/2002 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Dos Esportes, 32, Bonsucesso Barreiro , Belo Horizonte, filha de DANIEL EVANGELISTA Barreiro , Belo Horizonte, filha de DANIEL EVA FONSECA e CARLA DOS SANTOS EVANGELISTA.//

AVANDIL ALVES DE OLIVEIRA, solteiro, taxista, nascido em 16/12/1961 em Gouveia, MG, residente a Avenida Flor De Seda, 1181, Lindeia Barreiro , Belo Horizonte, filho de JOSE RAIMUNDO DE OLIVEIRA e NATALINA ALVES Com TAMARA ADIB HENRIQUES SOARES, solteira, salgadeira, nascida em 10/06/1967 em Belo Horizonte, MG, residente a Avenida Flor Deda, 1181, Lindeia Barreiro , Belo Horizonte, filha de LAIR SOARES e IGNEZ DA CONCEICAO HENRIQUES SOARES.//

THIAGO DE FIGUEIREDO COTA, solteiro, aposentado, nascido em 15/06/1985 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Sac Tome, 98 A, Brasil Industrial Barreiro , Belo Horizonte, filho de JURACI DE FIGUEIREDO COTA e SIZARLETE ANGELA FONSECA DE FIGUEIREDO COTA Com MILIANE APARECIDA TORRES, solteira, professora, nascida em 28/09/1983 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Sao Tome, 98 A, Brasil Industrial Barreiro, Belo Horizonte, filha de ABADIA DANIEL TORRES.//

GILMAR SANTOS SOUZA, solteiro, seguranca, nascido em 04/06/1983 em Camaca, BA, residente a Rua Doutor Gervasio Goncalves Barbosa, 138 C, Olhos D Agua Barreiro , Belo Horizonte, filho de JAIRO ARAUJO DE SOUZA e DORALICCE ALVES DOS SANTOS Com ELIANE NATALIA GODINHO Solleira, do lar, nascida em 09/12/1981 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Doutor Gervasio Goncalves Barbosa, 138 C, Olhos D Agua Barreiro , Belo Horizonte, filha de RAIMUNDO GODINHO BRAZ e MARIA JOSE GODINHO.//

IVAN ALMEIDA GUEDES, divorciado, serralheiro, nascido em

27/02/1976 em Conselheiro Lafaiete, MG, residente a Avenida Djalma Vieira Cristo, 664, Vale Do Jatoba Barreiro , Belo Horizonte, filho de IVAN GUEDES e NEUZI DE ALMEIDA Com ANDREZA APARECIDA PINTO COELHO, solteira, auxiliar de cozinha, nascida em 24/06/1977 em Belo Horizonte, MG, residente a Avenida Djalma Vieira Cristo, 664, Vale Do Jatoba Barreiro, Belo Horizonte, filha de ARNALDO EUSTAQUIO PINTO COELHO e APARECIDA ROBERTA PINTO COELHO.//

WELTON PESSOA, solteiro, montador de moveis, nascido em 10/10/1988 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Doutor Cristiano Resende, 1457, Bonsucesso Barreiro , Belo Horizonte, filho de SEBASTIANA MARIA PESSOA ALVES Com NATALIA MUNIZ ALENCAR, solteira, operadora de caixa, nascida em 03/05/1988 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Doutor Cristiano Resende, 1457, Bonsucesso Barreiro , Belo Horizonte, filha de JOSE DONIZETE PEREIRA ALENCAR e MARTA COSTA MUNIZ ALENCAR.//

MATEUS DAMASCENO DA FONSECA, divorciado, vendedor Jose Zuquim, 202 Casa B, Barreiro Barreiro , Belo Horizonte, filho de MARCO ANTONIO SOARES DA FONSECA e MARINETE fillio de MARCO AN IONIO SOARES DA FONSECA e MARRINE I E SOUZA DAMASCENO DA FONSECA Com JESSICA LUANA DE MELO AMANCIO ALVES, viuva, gerente, nascida em 23/04/1991 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Jose Zuquim, 202 Casa B, Barreiro Barreiro, Belo Horizonte, filha de FERNANDEL LUIZ AMANCIO e KATIA FATIMA DE MELO AMANCIO.//

DIEGO NASCIMENTO DE SOUZA, solteiro, empresario, nascido em 05/09/1995 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Elis Regina, 47, Vila Santa Rita Barreiro , Belo Horizonte, filho de JAIR SOARES DE SOUZA e ROSENI APARECIDA NASCIMENTO DE SOUZA Com MISLAYNE CAROLINE ALEIXO LIMA, solteira atendente, nascida em 30/10/1993 em Raposos, MG, residente a Rua Elis Regina, 47, Vila Santa Rita Barreiro , Belo Horizonte filha de JUVENIL RODRIGUES LIMA e MARILENE ALEIXO.//

GABRIEL HENRIQUE FRANCIS DE ALVARENGA, solteiro, //, nascido em 17/11/1995 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Wladmir Herzog, 294, Independencia Barreiro , Belo Horizonte, filho de ENIZIA DE ALVARENGA Com THAMIRIS FERREIRA DE SOUZA, solteira, do lar, nascida em 12/07/1999 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Wladmir Herzog, 294, Independencia Barreiro , Belo Horizonte, filha de ELISMAR TEIXEIRA DE SOUZA e ROSANGELA FERREIRA.//

em 08/07/1970 em Ouro Branco, MG, residente a Rua Cyrilo Bastos, 444, Lindeia Barreiro , Belo Horizonte, filho de JÓSE OLAVIO RESENDE e EVA DE PAULA RESENDE Com SABRINA DE MELO FERNANDES, divorciada, auxiliar de fiscal, nascida em 30/01/1982 em Contagem, MG, residente a Rua Cyrilo Bastos, 459, Lindeia Barreiro , Belo Horizonte, filha de OTAVIANO CARLOS FERNANDES e EVA DA CONCEICAO DE MELO

AMALIRI IOSE DE RESENDE divorciado autonomo nascido

WASHINGTON ALVES LIMA, solteiro, monitoramento veiculo, nascido em 18/10/1991 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Carlos Soares Silva, 95, Vila Pinho Barreiro , Belo Horizonte, filho de EDSON FERREIRA LIMA e CLEIDE DE FATIMA ALVES Com STEFANI THAYS TEIXEIRA DE PAULA, solteira, auxiliar financeiro, nascida em 04/09/1992 em Contagem, MG, residente

a Rua 2, 300, Novo Santa Cecilia Barreiro , Belo Horizonte, filha de NILTON DE PAULA FILHO e MARIA HELENA TEIXEIRA DE PAULA.//

DEVANIR SANT ANA DO NASCIMENTO, divorciado, polido DEVANIR SANI ANA DO NASCIMENTO, divorciado, polidor automotivo, nascido em 29/09/1991 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Tapaiaras, 149, Milionarios Barreiro , Belo Horizonte, filho de SEBASTIAO ROSA DO NASCIMENTO EVANILDA DO CARMO SANT ANA DO NASCIMENTO Com JENNIFER LORRAYNE FERREIRA SILVA, sotleira, operadora de caixa, nascida em 06/02/1998 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Divisa Santa, 474, Milionarios Barreiro , Belo Horizonte, filha de JOSE EZEQUIEL SILVA e NAZARENA SILVA FERREIRA.//

GLEIDMILSON LUCIO DOS SANTOS, solteiro, tecnico de GLEIDMILSON LUCIO DOS SANTOS, solteiro, tecnico de planejamento, nascido em 09/05/1989 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Professor Joao Moreira, 75, Independencia Barreiro, Belo Horizonte, filho de VALDELI DOS SANTOS COM SELLA PAULA ALVES, solteira, operadora de caixa, nascida em 16/10/1989 em Contagem, MG, residente a Rua Carmelita Coelho Da Rocha, 113, Independencia Barreiro, Belo Horizonte, filha de JOSE ALVES BATISTA e MARIA LUIZA FIALHO ALVES.//

COSMO DOS SANTOS DE SOUSA, divorciado, servicos gerais, nascido em 21/03/1983 em Itambacuri, MG, residente a Rua Ipameri, 160 Cx 1, Bonsucesso Barreiro, Belo Horizonte, filho de MARIA DAS DORES DOS SANTOS DE SOUZA Com ADRIANA DE ARAUJO MATIAS, solteira, do lar, nascida em 16/07/1983 em Itapecerica Da Serra, SP, residente a Rua Ipameri, 160 Cx 1, Bonsucesso Barreiro, Belo Horizonte, filha de ADILSON MATIAS e DAMIANA MARIA DE ARAUJO SANTOS.//

LEANDRO DA SILVA BRAGA, solteiro, lider de producao, nascido em 03/07/1986 em Contagem, MG, residente a Rua F, 15, Brasil Industrial Barreiro, Belo Horizonte, filho de NIVALDO BRAGA DA SILVA e VICENTINA MARIA DA SILVA BRAGA Com RENATA MARIA DA SILVA, solteira, analista de logistica, nascida em 16/02/1984 em Piedade Do Paraopeba, MG, residente a Rua F, Brasil Industrial Barreiro Belo Horizonte, filha de ADILSON JOSE DA SILVA e EL ENA RODRIGUES PARREIRAS SILVA //

RONIERISON DA SILVA solteiro desenvolvedor front nascido em 14/02/1990 em Contagem, MG, residente a Rua Graunas, 425, Flavio Marques Lisboa Barreiro , Belo Horizonte, filho de CARLOS CESAR DA SILVA e ADACIA SOARES DE OLIVEIRA DA SILVA Com NAYARA LAIS OLIVEIRA, solteira, auxiliar de departamento pessoal, nascida em 18/02/1990 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Graunas, 425, Flavio Marques Lisboa Barreiro , Belo Horizonte, filha de VICENTE MACIEL DE OLIVEIRA e MARIA DALVA PARREIRAS OLIVEIRA.//

WALLACE RAMOS DE JESUS ALVES, solteiro, orcamentista, nascido em 05/04/1994 em Contagem, MG, residente a Rua Sao Mateus, 248, Brasil Industrial Barreiro , Belo Horizonte, filho de JOSE CARLOS DE JESUS ALVES e ANA MARIA RAMOS TOLENTINO Com LETICIA DE JESUS SILVA, solteira, auxiliar de producao, nascida em 19/04/1997 em Contagem, MG, residente a Rua Graunas, 428, Flavio Marques Lisboa Barreiro , Belo Horizonte, filha de JUMAR JESUS SILVA e ALESSANDRA MARIA

Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 do Código Civil Brasileiro. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Belo Horizonte, 19/03/2017.

Leticia Franco Maculan Assumpcao Oficial do Registro Civil